

As administrações públicas apresentaram um défice até novembro de 2016, o qual representa uma melhoria face ao período homólogo. A execução da receita encontra-se aquém da prevista, mesmo considerando a recente estimativa para 2016 divulgada no âmbito do OE/2017, sobretudo das outras receitas correntes e da receita de capital, mas também da receita fiscal. Em compensação, a despesa também evidencia um grau de execução abaixo do previsto, designadamente ao nível dos subsídios, transferências e investimento. Merecem destaque as poupanças obtidas ao nível da segurança social, nomeadamente em subsídios de desemprego e outras prestações sociais. Em dezembro de 2016 a execução de algumas receitas e despesas deverá acelerar, nomeadamente receitas fiscais, despesas com pessoal, dotação provisional e transferências correntes e de capital, estas últimas também dependentes do recebimento de fundos comunitários. No caso da receita, a cobrança de impostos do último mês contará com o resultado do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado e do plano de reavaliação de ativos fixos tangíveis empresariais.

Síntese da execução orçamental

1 A análise que se segue tem como fonte principal a Síntese de Execução Orçamental publicada pela Direção-Geral do Orçamento (DGO) no dia 23 de dezembro, relativa às contas das administrações públicas até novembro de 2016, na ótica da contabilidade pública. De referir que o período em análise inclui um regime transitório duodecimal que vigorou no primeiro trimestre, uma vez que o OE/2016 entrou em vigor no final de março.¹ Enquanto referencial anual para esta análise foi utilizada a estimativa de execução para 2016, uma vez que nesta constam previsões atualizadas de receita e despesa para o ano 2016. Os valores relativos ao OE/2016 também se apresentam enquanto referência nos quadros em anexo.

Tabela 1 – Saldo global por subsetor
(em milhões de euros)

Subsetor	Jan-nov 2015	Jan-nov 2016	variação homóloga	Referencial anual		
				2015	Estimativa 2016	variação homóloga
1. Estado	-6 101	-6 540	-439	-5 606	n.d.	-
2. Serviços e Fundos Autónomos	79	262	183	-730	n.d.	-
do qual: EPR	-954	-716	238	-1 190	n.d.	-
3. Administração Central (1+2)	-6 022	-6 278	-256	-6 337	-7 411	-1 074
4. Segurança Social	832	1 302	470	1 037	1 149	112
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	-5 189	-4 975	214	-5 300	-6 262	-962
6. Administração Regional	-141	35	176	-193	-156	37
7. Administração Local	601	605	4	741	918	177
8. Administrações Públicas, contabilidade pública (5+6+7)	-4 730	-4 336	394	-4 752	-5 500	-748

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Os valores relativos a 2015 referem-se à CGE/2015. O referencial anual de 2016 corresponde à estimativa para 2016 fornecida à UTAO pelo Ministério das Finanças no âmbito do OE/2017.

2 Em termos não ajustados, as administrações públicas registaram um défice orçamental até novembro de 2016, o qual corresponde a uma melhoria em relação ao verificado no período homólogo. De acordo com os dados divulgados pela DGO, i.e. sem qualquer ajustamento, as administrações públicas registaram um défice de 4 336 M€ até novembro de 2016, o qual representa uma redução de 394 M€ face ao registado no mesmo período de 2015 (Tabela 1 e Tabela 32). Recorde-se que a execução até outubro tinha subjacente uma melhoria homóloga de montante inferior (357 M€). De referir que o objetivo anual para 2016 em contabilidade pública tem prevista uma deterioração homóloga do saldo orçamental em 748 M€ (Tabela 1), o que contrasta com a melhoria homóloga prevista em contabilidade nacional de 820 M€ (Tabela 2).²

¹ O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro definiu as normas de aplicação deste regime, bem como as dotações que se encontram excecionadas. Também deve ser considerada a legislação em vigor desde 1 janeiro de 2016 com efeitos na execução orçamental corrente, anteriores à entrada em vigor da Lei do OE/2016, sendo que os respetivos impactos orçamentais anuais se encontram refletidos na Lei do OE/2016. De referir ainda a Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro que determina a extinção progressiva da sobretaxa de IRS, a Lei n.º 159-B/2015, de 30 de dezembro que determina a extinção progressiva da contribuição extraordinária de solidariedade, bem como a Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro que determina a extinção faseada da redução remuneratória na Administração Pública.

² O objetivo para o défice de 2016 em contabilidade nacional foi recentemente revisto em alta no âmbito da apresentação da Proposta de Lei do OE/2017, correspondendo agora a 2,4% do PIB.

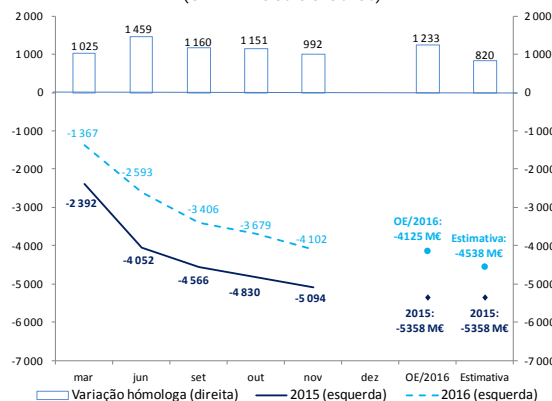
3 Em termos ajustados, as administrações públicas também registaram um défice até novembro de 2016, o qual tem diferentes interpretações em termos de variação homóloga, consoante a ótica contabilística utilizada. A análise que se segue na presente nota encontra-se elaborada em termos ajustados dos fatores mais relevantes que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo.³ Numa primeira aproximação à ótica da contabilidade nacional, a estimativa elaborada pela UTAO aponta para um défice de 4 102 M€ até novembro, o qual representa uma melhoria de 992 M€ em relação ao período homólogo (Tabela 2).⁴ Utilizando como termo de comparação a estimativa de execução para 2016, a qual recorde-se veio rever o défice em alta (de 2,2% para 2,4%), verifica-se que a variação homóloga registada até novembro fica acima da prevista para o final do ano (Gráfico 1).

Tabela 2 - Saldo global ajustado, por subsetor e por ótica contabilística
(em milhões de euros)

Subsetor	Jan-nov 2015	Jan-nov 2016	variação homóloga	Referencial anual		
				2015	Estimativa 2016	variação homóloga
1. Estado	-4 284	-5 757	-1 473	-4 426	-	-
2. Serviços e Fundos Autónomos	-92	-148	-56	-903	-	-
do qual: EPR	-1 126	-1 127	-1	-1 363	-	-
3. Administração Central (1+2)	-4 376	-5 905	-1 529	-5 329	-6 876	-1 547
4. Segurança Social	-101	515	616	135	458	323
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	-4 477	-5 391	-914	-5 194	-6 418	-1 224
6. Administração Regional	27	35	8	11	-156	-167
7. Administração Local	610	605	-5	753	918	165
8. Administrações Públicas, contabilidade pública (5+6+7)	-3 840	-4 751	-911	-4 431	-5 656	-1 226
9. Ajustamento para contas nacionais	-1 254	649	1 903	-927	1 118	2 046
10. Administrações Públicas, contabilidade nacional (e) (8+9)	-5 094	-4 102	992	-5 358	-4 538	820

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo.

Gráfico 1 – Saldo global ajustado das administrações públicas
(em milhões de euros)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

³ Os ajustamentos têm por base a relevância do montante e a possibilidade de quantificação e referem-se ao biénio 2015-2016.

⁴ Para a estimativa em contabilidade nacional foram tidos em consideração os dados até ao 3.º trimestre de 2016, divulgados pelo INE no dia 23 de dezembro de 2016, e a estimativa da UTAO para o saldo em contabilidade nacional de outubro e novembro.

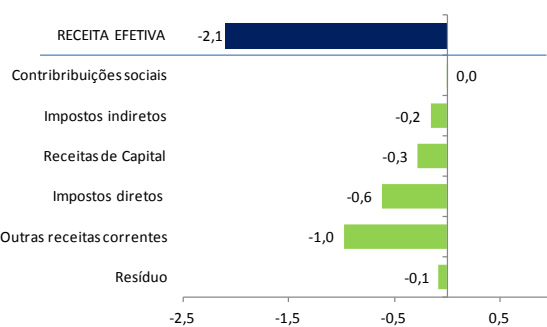
4 Até novembro, os crescimentos homólogos da receita e da despesa ficaram aquém dos previstos para o conjunto do ano. A receita efetiva registou um aumento de 0,7%, contrastando com o crescimento de 2,8% previsto para o total do ano (Tabela 3). Relativamente ao grau de execução da receita efetiva, este situou-se em 87,8% do valor anual previsto, sendo 1,9 p.p. inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior. Para o desvio entre a taxa de crescimento da receita executada até novembro e a prevista para 2016 contribuiu tanto a receita corrente como a receita de capital, com destaque para as outras receitas correntes e os impostos diretos (Gráfico 2). Ao nível da despesa efetiva verificou-se um acréscimo de 1,9%, situando-se abaixo do crescimento de 4,2% previsto para o total do ano (veja-se a análise da despesa a partir do parágrafo 11).

Tabela 3 – Conta das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-novembro		var. homóloga		Ref. anuais		VH estimativa		Grau execução	
	2015	2016	M€	%	2015	Estimativa 2016	M€	%	2015	Estimativa 2016
Receita efetiva	68 381	68 859	478	0,7	76 247	78 384	2 137	2,8	89,7	87,8
Corrente	66 983	67 378	395	0,6	74 246	76 079	1 833	2,5	90,2	88,6
Capital	1 398	1 481	83	5,9	2 001	2 305	304	15,2	69,9	64,3
Despesa efetiva	72 221	73 610	1 389	1,9	80 678	84 040	3 362	4,2	89,5	87,6
Corrente primária	60 785	62 023	1 238	2,0	67 424	69 863	2 439	3,6	90,2	88,8
Juros	7 182	7 425	243	3,4	8 036	8 273	238	3,0	89,4	89,7
Capital	4 254	4 163	-92	-2,2	5 218	5 903	685	13,1	81,5	70,5
Ajustamentos de contas nacionais	-1 254	649	1 903		-927	1 118	2 046			
Saldo global	-5 094	-4 102	992		-5 358	-4 538	820			

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: Os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, os quais se encontram identificados na Caixa 1 em anexo. O referencial anual para 2015 tem por base a CGE/2015.

Gráfico 2 – Principais contributos para o desvio da receita face à estimativa para 2016
(face ao objetivo anual, em pontos percentuais)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: A soma dos contributos das componentes de receita diverge do desvio da taxa de variação da receita efetiva devido à existência de diferenças de consolidação, gerando um resíduo. Os montantes das diferenças de consolidação encontram-se detalhados na Tabela 30 e na Tabela 32.

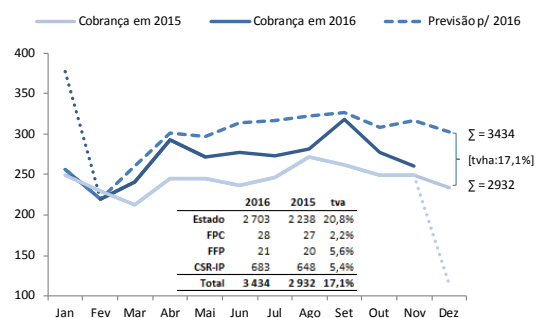
5 A receita fiscal até novembro, acumulada desde o início do ano, aumentou face ao período homólogo, embora se mantenha uma diferença de cerca de 600 M€ face ao crescimento previsto para o total do ano. A previsão de crescimento para a receita fiscal das administrações públicas é de 1,5% para 2016, sendo que se encontra previsto um aumento dos impostos indiretos de 5,1% e uma redução dos impostos diretos de 2,4% (Tabela 4 e Gráfico 4). Até novembro, a receita fiscal cresceu apenas 0,2%, o que em termos nominais corresponde a um aumento de 73 M€ face ao período homólogo, contrastando com o crescimento previsto para o conjunto do ano, de 669 M€. A taxa de variação homóloga acumulada dos impostos indiretos até novembro foi de 4,4%, o que compara desfavoravelmente com o crescimento previsto para 2016. Por seu turno, os impostos diretos registaram uma redução de 4,8%, a qual se deveu ao desempenho desfavorável da receita de IRC e de IRS.

Tabela 4 – Receita fiscal e contributiva das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-novembro		var. homóloga		Ref. anuais		VH estimativa		Grau execução	
	2015	2016	M€	%	2015	Estimativa 2016	M€	%	2015	Estimativa 2016
Receita Fiscal	40 345	40 418	73	0,2	44 906	45 575	669	1,5	89,8	88,7
Impostos diretos	18 589	17 706	-884	-4,8	21 481	20 966	-515	-2,4	86,5	84,5
Impostos indiretos	21 756	22 712	956	4,4	23 425	24 609	1 184	5,1	92,9	92,3
Contribuições Sociais	16 867	17 488	622	3,7	18 663	19 347	684	3,7	90,4	90,4
dos quais: Segurança Social	12 619	13 192	573	4,5	14 043	14 695	651	4,6	89,9	89,8
dos quais: CGA	3 665	3 701	36	1,0	3 984	3 971	-14	-0,3	92,0	93,2
dos quais: ADSE	511	525	14	2,7	557	602	45	8,1	91,8	87,2
Receita Fiscal e Contributiva	57 212	57 906	694	1,2	63 568	64 922	1 353	2,1	90,0	89,2

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

Gráfico 3 – Receita de Imposto sobre Produtos Petrolíferos: cobrança vs previsão mensal
(valores mensais, em milhões de euros)



Fontes: DGO, Autoridade Tributária e cálculos da UTAO. | Nota: A receita refere-se ao total da administração pública, incluindo Estado e serviços e fundos autónomos, para 2015 e 2016. O quadro embutido no gráfico representa o total de receita estimada para 2016, a receita cobrada em 2015 e a taxa de variação anual prevista. A linha pontilhada representa, para dezembro de 2015 e para janeiro de 2016, o efeito decorrente do transporte de receita de 2015 para 2016 na sequência do Despacho de SESEAF de 29 de abril, no valor de 120,5 M€. Este efeito encontra-se corrigido na presente nota para efeitos de comparabilidade. As siglas representam: FPP-Fundo Português do Carbono; FFP – Fundo Florestal Permanente e CSR-IP – Contribuição do Serviço Rodoviário da empresa Infraestruturas de Portugal, S.A..

6 Os impostos indiretos apresentaram um crescimento homólogo devido essencialmente ao aumento expressivo do Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) e do Imposto sobre o Tabaco. No que se refere à receita de ISP, esta representa o maior contributo para o crescimento dos impostos indiretos, com um aumento de 10% ao nível da administração central (i.e. incluindo a contribuição de serviço rodoviário registada em 2015 no subsetor dos serviços e fundos autónomos).^{5,6} Embora o crescimento da receita de ISP até novembro tenha sido expressivo, encontra-se a evoluir aquém do previsto para o conjunto do ano: 10% face a 17,1% (Gráfico 3). A manter-se a taxa de crescimento até ao final do ano, a receita de imposto de ISP ficará cerca de 210 M€ abaixo da prevista.⁷ Ao nível do Imposto sobre o Tabaco, a receita cresceu 20,7% até novembro 2016, aquém da estimativa para o crescimento anual, de 31,4%. A evolução reflete as alterações da taxa de imposto e desfasamentos temporais associados à data de entrada em vigor do OE/2016.⁸ Relativamente ao IVA, este imposto apresentou uma variação de 0,7% até novembro, quando se encontrava estagnado até outubro, contrastando com o aumento previsto de 3,2% no OE/2016, mas acima dos 0,4% que

⁵ A UTAO procedeu a ajustamentos à receita de ISP, os quais se encontram explicitados na Caixa 1. Um dos ajustamentos refere-se a uma receita de cerca de 120,5 M€, a qual resultou de um Despacho de SESEAF com data de 29 de abril que permitiu o registo à posteriori de receita fiscal em janeiro de 2016, a qual já tinha sido considerada receita do ano 2015 por outro Despacho com data de 29 de dezembro, devido à tolerância de ponto do dia 31 de dezembro. Um ajustamento semelhante ocorreu ao nível da receita de Imposto sobre o Tabaco, por força dos mesmos Despachos, embora com valores menos expressivos (28,6 M€).

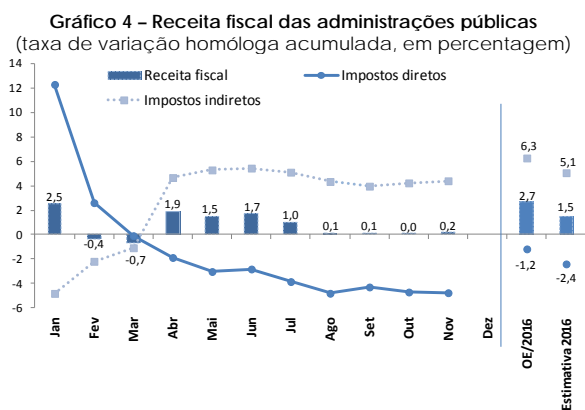
⁶ Cf. Portaria n.º 24-A/2016 de 11 de fevereiro de 2016, que determinou um aumento de 6 céntimos por litro no imposto aplicável à gasolina sem chumbo e ao gasóleo rodoviário e um aumento de 3 céntimos por litro no imposto aplicável ao gasóleo colorido e marcado.

⁷ A estimativa de receita de ISP para 2016 não foi revista no âmbito do OE/2017, tendo-se mantido inalterada face à orçamentada no OE/2016.

⁸ O aumento de receita verificado em 2016, em particular no mês de abril, terá resultado da antecipação da desalfandegagem por parte das empresas tabaqueiras de modo a evitar o aumento da tributação em vigor após a aprovação do OE/2016. A variação anual prevista para a receita do Imposto sobre o Tabaco é, em grande medida, determinada pela não ocorrência em 2015 do referido efeito de antecipação, que se verifica habitualmente no final do ano económico, efeito esse que pelo contrário se deverá verificar duas vezes em 2016.

constam na recente estimativa para a execução de 2016.⁹ Note-se que na execução do 3.º trimestre já se terá feito sentir o efeito da redução da taxa de IVA na restauração, num montante estimado em 175 M€ para 2016, sendo que o efeito relativo às empresas da restauração que se encontram no regime trimestral refletiu-se na execução do mês de novembro.

7 Ao nível dos impostos diretos a redução homologa foi superior à prevista para o conjunto do ano. De acordo com o Ministério das Finanças, a descida da receita de IRC encontra-se justificada essencialmente pela alteração da tributação dos fundos de investimento, em resultado da revogação, em junho de 2015, do regime de tributação vigente. A redução de 9,7% que se observou até novembro (-8,8% até outubro) contrasta com a diminuição de 1,1% prevista no OE/2016 e com a diminuição de 3% prevista na recente estimativa de execução. Por seu turno, a receita de IRS desceu 4,7% até novembro em grande medida devido ao aumento dos reembolsos (364,5 M€), mas também por via da redução da receita bruta, a qual se encontra influenciada entre outros fatores pela descida da sobretaxa de IRS. Ao nível da administração local, verificou-se um aumento do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT) e da Derrama, mas uma descida do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).



Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: O referencial anual para 2015 tem por base a CGE/2015. A receita dos impostos diretos de agosto de 2016 foi corrigida de um desfasamento temporal relativo às notas de cobrança de IRS, as quais se materializaram em receita fiscal no mês de setembro.

8 A receita de contribuições sociais até novembro cresceu a um ritmo inferior ao previsto no OE/2016 para o total do ano, mas em linha com a recente estimativa de execução para 2016 divulgada no âmbito do OE/2017. O grau de execução da receita de contribuições sociais situou-se em 90,4%, igual ao observado no mesmo período de 2015. Em termos de crescimento homologo, até novembro o crescimento de 3,7% ficou aquém do aumento previsto no OE/2016, que era de 4,4%, devido às contribuições sociais para a segurança social e para a ADSE, mas ficou em linha com o crescimento previsto no âmbito da recente estimativa de execução para 2016. Ao nível das contribuições para a ADSE, o crescimento verificado até novembro encontra-se aquém do previsto para o conjunto do ano. Em compensação, no que se refere às contribuições para a CGA, a execução revelou-se favorável, com um crescimento de 1%, contrastando com uma taxa de variação prevista de -0,3%.

9 As outras receitas correntes e as receitas de capital evidenciaram um crescimento face ao mesmo período do ano anterior, ainda assim aquém do aumento estimado para 2016. As outras receitas correntes e as receitas de capital aumentaram em conjunto 111 M€ (Tabela 29), o que contrasta com o aumento previsto de 1080 M€ para 2016. Estas rubricas da receita

⁹ Os reembolsos cresceram 9,1% até novembro. O montante de reembolsos pagos nos primeiros meses de 2015 terá sido mais baixo na sequência do Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho, que alterou as condições dos pedidos de reembolso.

encontram-se influenciadas pela execução de transferências da União Europeia sendo habitual verificar-se uma execução significativa no último mês do ano.¹⁰ Por seu turno, regista-se o baixo grau de execução da venda de bens de investimento da administração central e segurança social, tendo a execução até novembro sido de apenas 202,6 M€, contrastando com receitas orçamentadas de 349,7 M€.

10 No que se refere à execução da receita até ao final do ano, para se cumprir a estimativa para 2016, apresentada recentemente no âmbito do OE/2017, será necessário arrecadar uma receita superior à obtida no período homólogo em cerca de 1658 M€ no último mês de 2016, o que corresponde a uma taxa de variação homologa de 21,1% em dezembro, e que por sua vez contrasta com o aumento de apenas 0,7% registada até novembro (Tabela 5). No que concerne à receita fiscal, será necessário arrecadar 5 157 M€ no último mês de 2016, o que representa um aumento de 596 M€ face aos 4 561 M€ obtidos em igual período de 2015, do qual 368 M€ em impostos indiretos e 228 M€ em impostos diretos. A receita de impostos do último mês contará com o resultado do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), que segundo informação oficial será de 511 M€. De outra forma não se afiguraria plausível a concretização da estimativa de execução da receita fiscal para 2016. No caso das contribuições sociais o PERES, até 23 de dezembro tinham sido cobrados 40 M€, tendo sido emitidos documentos de cobrança no valor de 290 M€, nem todos a receber integralmente em 2016. No que se refere às outras receitas correntes e de capital, a concretização da estimativa para 2016 impõe uma execução muito significativa no último mês (mais 969 M€ que no período homólogo), cuja concretização não se afigura exequível.

Tabela 5 – Receita executada e por executar
(em milhões de euros e em percentagem)

	Receita Executada				Receita por executar			
	2015		2016		2015		2016 (e)	
	jan-nov	jan-nov	em %	em M€	dez	dez	em %	em M€
Receita Fiscal	40 345	40 418	0,2	73	4 561	5 157	13,1	596
Impostos Diretos	18 589	17 706	-4,8	-884	2 892	3 260	12,7	368
Impostos Indiretos	21 756	22 712	4,4	956	1 669	1 897	13,6	228
Contribuições Sociais	16 867	17 488	3,7	622	1 796	1 859	3,5	63
Outras Receitas Correntes	9 387	9 414	0,3	28	871	1 619	85,9	748
Receitas de Capital	1 398	1 481	5,9	83	603	824	36,6	221
Receita Efetiva	68 381	68 859	0,7	478	7 866	9 524	21,1	1 658

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: A receita por executar em 2016 tem por base a estimativa de execução orçamental apresentada no âmbito do OE/2017. Para a elaboração do quadro não foram consideradas as diferenças de consolidação.

11 Até novembro de 2016, a despesa efetiva registou um grau de execução inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior. Tendo por referência a estimativa de despesa para 2016 divulgada em outubro no âmbito do OE/2017, o grau de execução da despesa efetiva situou-se em 87,6% até ao final de novembro, sendo 1,9 p.p. inferior ao observado no período homólogo. A execução até novembro de 2016 inclui o período abrangido pelo orçamento transitório, bem como a execução efetuada após a entrada em vigor do OE/2016.¹¹ No entanto, de salientar que desde 1 de janeiro de 2016 encontra-se em vigor legislação com impacto orçamental, nomeadamente o efeito decorrente da reversão da redução remuneratória para o setor público.¹² Quanto ao tipo de despesa e tendo por referência o objetivo implícito à estimativa de execução para 2016, o grau de execução até novembro de 2016 da despesa corrente (88,9%) foi superior ao registado para a despesa de capital (70,5%),

¹⁰ A título de exemplo, em dezembro de 2016 foram executadas 871 M€ de outras receitas correntes e 603 M€ de receitas de capital. Para 2016 falta executar no mês de dezembro 1619 M€ e 824 M€ de outras receitas correntes e de receitas de capital, respetivamente, para que seja atingida a previsão anual de receita.

¹¹ As normas de aplicação do regime duodecimal foram detalhadas no Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro. A Lei do OE/2016 entrou em vigor em 31 de março de 2016 (Lei n.º 7 -A/2016, de 30 de março).

¹² Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, que aprovou os termos da extinção da redução remuneratória na Administração Pública.

sendo que em ambos os tipos de despesa o grau de execução em 2016 situou-se abaixo do verificado no período homólogo. Consequentemente, quer a despesa corrente quer a despesa de capital apresentaram taxa de variação homóloga abaixo do crescimento implícito à estimativa para 2016 (Tabela 3). A dotação orçamental para a despesa corrente inclui a dotação provisional e a dotação para a reversão remuneratória no orçamento do Ministério das Finanças, bem como a reserva orçamental dos organismos da administração central.^{13, 14} Para a concretização do montante de despesa efetiva implícito à estimativa de 2016 será necessário que a execução mensal de dezembro de 2016 seja cerca de 23,3% acima do valor mensal registado em dezembro de 2015 (Tabela 6). Com efeito, na estimativa para 2016 prevê-se um acréscimo anual de 3362 M€ para a despesa (de 80,7 mil M€ em 2015 para 84 mil M€ em 2016), sendo que até novembro de 2016 o acréscimo de despesa foi de 1389 M€. As principais poupanças até novembro concentram-se o nível das despesas de capital, nomeadamente o investimento, dos subsídios, bem como das transferências correntes, nas quais se incluem as despesas com pensões e prestações da segurança social.

Tabela 6 – Despesa executada e por executar
(em milhões de euros e em percentagem)

	Despesa Executada				Despesa por executar			
	2015		2016		2015		2016 (e)	
	jan-nov	jan-nov	Variação obs. em %	em M€	dez	dez	Variação nec. em %	em M€
Despesas com pessoal	17 314	17 938	3,6	623	1 626	1 583	-2,6	-43
Aquisição de bens e serviços	9 931	9 871	-0,6	-60	1 665	1 504	-9,7	-161
Outras despesas correntes	641	625	-2,6	-16	142	399	180,3	257
Subsídios	1 068	1 060	-0,8	-8	281	705	151,2	424
Juros e outros encargos	7 182	7 425	3,4	243	854	849	-0,6	-5
Transferências correntes	31 830	32 528	2,2	697	2 924	3 139	7,3	215
Despesas de capital	4 254	4 163	-2,2	-92	964	1 741	80,5	776
Dotação provisional	-	-	-	-	-	486	-	-
Despesa Efetiva	72 221	73 610	1,9	1 389	8 457	10 430	23,3	1 973

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: A despesa por executar em 2016 tem por base a estimativa de execução orçamental apresentada no âmbito do OE/2017. Para a elaboração do quadro não foram consideradas as diferenças de consolidação, pelo existe um diferencial entre a soma das componentes de despesa e o total da despesa efetiva.

Tabela 7 – Despesa corrente primária e principais rubricas
(variações homólogas, em milhões de euros e percentagem)

	Janeiro-novembro				Ref. Anuais				Grau execução	
	2015		2016		2015		Estimativa 2016		2015	Estimativa 2016
	M€	%	M€	%	M€	%	M€	%	%	%
Despesa Corrente Primária	60 785	62 023	1 238	2,0	67 424	69 863	2 439	3,6	90,2	88,8
d. q.: Despesas com pessoal	17 314	17 938	623	3,6	18 941	19 521	581	3,1	91,4	91,9
Aquisição de bens e serviços	9 931	9 871	-60	-0,6	11 596	11 375	-221	-1,9	85,6	86,8
- Transferências correntes d.q.	31 830	32 528	697	2,2	34 754	35 666	912	2,6	91,6	91,2
Seg. Social (Pensões + Prestações)	19 272	19 554	283	1,5	20 960	21 415	455	2,2	91,9	91,3
- Caixa Geral de Aposentações	8 783	8 791	8	0,1	9 522	9 568	46	0,5	92,2	91,9
Outras despesas correntes	641	625	-16	-2,6	784	1 024	240	30,6	81,8	61,0

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo. Os dados são consolidados, pelo que a rubrica "Transferências correntes" não incorpora as operações ocorridas entre entidades das administrações públicas.

12 As despesas com pessoal evidenciaram um grau de execução até novembro de 2016 superior ao observado no período homólogo. A estimativa de execução para 2016, divulgada em outubro no âmbito do OE/2017, tem subjacente uma revisão em alta no montante de 142 M€ face ao OE/2016, essencialmente concentrada no ensino básico e secundário (+469 M€). O objetivo implícito à estimativa de execução para 2016 evidenciou uma aproximação entre a taxa de variação homóloga anual e as taxas de variação homólogas observadas

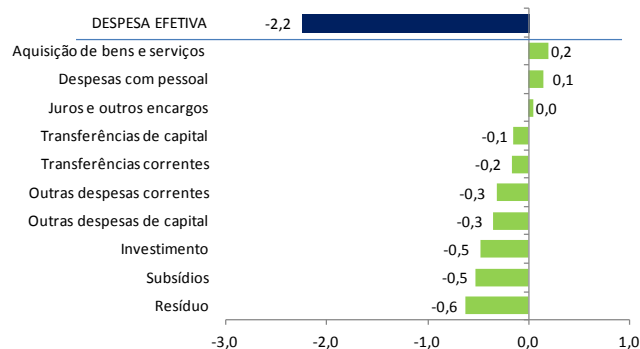
¹³ A Lei do OE/2016 para a administração central inclui na componente "outras despesas correntes" a dotação provisional (501,7 M€), bem como a reserva orçamental (428,6 M€). Até novembro, a dotação provisional reafectada situou-se em 16 M€ e a reserva orçamental em 150,9 M€. A dotação provisional reafectada teve essencialmente como finalidade as transferências para o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (13,9 M€) com vista ao pagamento de indemnizações compensatórias à Infraestruturas de Portugal, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (1,5 M€) com vista ao pagamento de encargos devido à antecipação de fundos europeus, bem como a Universidade de Lisboa no sentido de assegurar os recursos adicionais necessários à cobertura de encargos no decurso da integração por fusão do Instituto de Investigação Científica e Tropical (0,5 M€).

¹⁴ De referir que o montante de reserva orçamental de 428,6 M€ incluído na Lei do OE/2016 encontra-se repartido entre 193,2 M€ e 235,4 M€ para dotações orçamentais financiadas por receitas próprias e para dotações orçamentais financiadas por receitas gerais, respetivamente.

na execução acumulada ao longo do ano 2016. Contudo, apesar da revisão em alta do objetivo anual para 2016, as despesas com pessoal têm apresentado um grau de execução superior ao verificado no período homólogo (Tabela 7 e Tabela 29). Com efeito, a taxa de variação homóloga das despesas com pessoal até ao final de novembro de 2016 ficou acima do crescimento implícito à estimativa para 2016. De referir que a Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro, a qual determinou uma reversão gradual trimestral das reduções remuneratórias no setor público, tem contribuído para uma maior concentração das despesas com pessoal à medida que a execução se aproxima do final de 2016 (Gráfico 6 e Tabela 8). Da dotação orçamental para compensação da reversão remuneratória na administração central, de 447 M€, registada no orçamento inicial do Ministério das Finanças, o montante de 183,2 M€ permaneceu disponível para reafectação no mês de dezembro. A manter-se a taxa de crescimento de 3,6% até ao final do ano, a despesa com pessoal será superior ao montante da estimativa para 2016 em cerca de 100 M€, sendo necessário recorrer a outras dotações orçamentais para além da dotação para a reversão remuneratória, nomeadamente descativações, dotação provisional e/ou reserva orçamental.¹⁵

Gráfico 5 – Principais contributos para o desvio da despesa efetiva face à estimativa para 2016

(em termos acumulados face ao objetivo anual, em pontos percentuais)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: No OE/2016, o agrupamento de despesa "outras despesas correntes" inclui a reserva orçamental. A componente "resíduo" reflete a dotação provisional e as diferenças de consolidação. Os montantes das diferenças de consolidação encontram-se detalhados na Tabela 29 e na Tabela 32.

Tabela 8 – Despesas com pessoal das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-novembro				Ref. anuais				Grau execução		
	2015		2016		2015		Estimativa 2016		2015	Estimativa 2016	
	M€	%	M€	%	M€	%	M€	%	%	%	
Administração Central, por programa	13 911	14 469	557	4,0	15 218	15 570	15 713	495	3,3	91,4	92,1
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	4 100	4 263	163	4,0	4 381	4 088	4 556	175	4,0	93,6	93,6
Saúde	3 210	3 441	231	7,2	3 556	3 771	3 842	286	8,0	90,3	89,6
Segurança Interna	1 445	1 476	31	2,1	1 571	1 516	1 593	22	1,4	92,0	92,6
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1 144	1 183	39	3,4	1 253	1 295	1 275	21	1,7	91,3	92,8
Defesa Nacional	1 140	1 141	0	0,0	1 276	1 234	1 248	-28	-2,2	89,4	91,4
Justiça	948	961	13	1,4	1 039	1 018	1 044	5	0,5	91,2	92,0
Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	287	331	44	15,4	317	374	320	3	0,8	90,3	103,4
Finanças	485	487	2	0,4	545	574	571	26	4,7	88,9	85,2
Segurança Social	230	232	2	0,9	248	262	274	26	10,5	92,5	84,5
Administração Regional e Local	3 174	3 238	64	2,0	3 475	3 547	3 534	59	1,7	91,3	91,6
Total	17 314	17 938	623	3,6	18 941	19 380	19 521	581	3,1	91,4	91,9

Fontes: DGO, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Nota: A coluna "Estimativa 2016" inclui o montante integral para a reversão remuneratória distribuída pelos programas orçamentais, admitindo que esta se concretiza em despesa efetiva. Até novembro, dos 447 M€ para o conjunto do ano foram distribuídos 264 M€.

13 A despesa com aquisição de bens e serviços até ao final de novembro de 2016 apresentou um grau de execução acima do verificado no mesmo período de 2015. A estimativa de execução para 2016 implicou uma revisão em baixa no montante de 391 M€ face ao OE/2016, essencialmente concentrada ao nível da administração central (326 M€). Até novembro de 2016, o grau de execução da despesa com aquisição de bens e serviços foi de 86,8% do montante implícito à estimativa de execução para 2016, sendo 1,1 p.p. superior ao registado no período homólogo, sobretudo devido aos

¹⁵ De acordo com informação preliminar relativa ao último mês do ano, a dotação provisional de 502 M€ foi integralmente utilizada no mês de dezembro (até novembro tinham sido utilizados apenas 16 M€), tendo permanecido por utilizar cerca de 109 M€ da dotação a para reversão remuneratória.

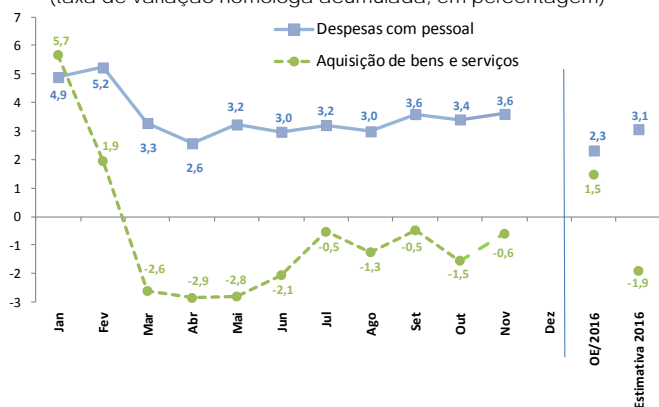
contributos da administração central e da administração regional e local. Deste modo, até novembro observou-se uma redução da despesa aquém do objetivo da estimativa para 2016. Quanto à variação homóloga no período janeiro-novembro, de acordo com a DGO na administração central assistiu-se a uma combinação de fatores, evidenciando-se no sentido descendente o Ministério da Defesa devido às forças nacionais destacadas e à Lei de Programação Militar, os efeitos base associados aos contratos relativos a meios aéreos e a redução de encargos com a subconcessão do Metro do Porto, sendo que no sentido ascendente destaca-se o Serviço Nacional de Saúde devido ao aumento da despesa com medicamentos devido à regularização de faturas. Quanto à evolução do passivo não financeiro até novembro de 2016 para a aquisição de bens e serviços, de acordo com dados da DGO registou-se um crescimento face a dezembro de 2015 na administração central no montante de 150 M€, refletindo a existência de compromissos de despesa ainda não pagos e que poderão concretizar-se em despesa efetiva nos próximos meses. Nos subsectores da administração local e regional verificou-se uma descida entre dezembro de 2015 e novembro de 2016. Relativamente aos pagamentos em atraso nos Hospitais EPE, o montante total situou-se em 757 M€ no final de novembro de 2016, refletindo um acréscimo de 306 M€ face ao verificado no final do ano 2015. Deve notar-se que no âmbito do exercício de passagem da ótica da contabilidade pública para a ótica da contabilidade nacional foi previsto pelo Ministério das Finanças um montante para pagamentos a fornecedores em 2016 superior aos compromissos que se preveem que venham a ser assumidos.

Tabela 9 – Aquisição de bens e serviços das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-novembro		var. homóloga		Ref. anuais			VH estimativa		Grau execução	
	2015	2016	M€	%	2015	OE/2016	Estimativa 2016	M€	%	2015	Estimativa 2016
Administração Central, por programa	7302	7136	-166	-2,3	8533	8618	8292	-241	-2,8	85,6	86,1
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	75	77	3	3,7	93	152	147	55	59,4	80,5	52,4
Saúde	4876	4906	30	0,6	5563	5213	n.d.	-	-	87,6	-
Segurança Interna	205	179	-27	-13,1	249	275	292	43	17,4	82,5	61,1
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	238	225	-13	-5,6	297	303	480	184	62,0	80,4	46,8
Defesa Nacional	340	307	-32	-9,5	482	521	593	111	23,0	79,5	53,8
Economia	549	-	-	-	623	-	n.d.	-	-	88,1	-
Ambiente	-	105	-	-	-	195	193	-	-	-	54,4
Planeamento e Infraestruturas	-	389	-	-	-	677	738	-	-	-	52,7
Segurança Social	54	40	-14	-26,7	65	127	83	18	27,9	83,3	47,7
Administração Regional	644	622	-21	-3,3	737	720	678	-59	-8,0	87,4	91,8
Administração Local	1972	2072	100	5,1	2303	2301	2322	19	0,8	85,6	89,2
Total	9972	9871	-101	-1,0	11638	11766	11375	-263	-2,3	85,7	86,8
Por memória (após ajustamentos):											
Administração Regional	606	622	-	-	699	720	678	-	-	-	-
Administração Local	1968	2072	-	-	2299	2301	2322	-	-	-	-
Total (após ajustamentos)	9931	9871	-60	-0,6	11596	11766	11375	-221	-1,9	85,6	86,8

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Na coluna "Estimativa 2016" os valores dos subsectores correspondem à estimativa apresentada no âmbito do relatório do OE/2017, enquanto os valores de cada programa orçamental correspondem à dotação corrigida em novembro (OE/2016 e alterações orçamentais).

Gráfico 6 – Principais despesas das administrações públicas
(taxa de variação homóloga acumulada, em percentagem)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Para o cálculo das taxas de variação homóloga referentes aos objetivos anuais utiliza-se a CGE/2015 enquanto referência para o ano de base. A taxa de variação homóloga acumulada até setembro foi revista de 4,1% para 3,6% devido à correção de um montante de 64,4 M€ referente a 2015 e relativo ao universo das freguesias.

14 A despesa com subsídios até novembro de 2016 apresentou um grau de execução abaixo do verificado no período homólogo.¹⁶ O grau de execução dos subsídios foi de 60,1% do montante constante na estimativa de execução para 2016, sendo 19,1 p.p. abaixo do verificado no mesmo período do ano anterior (Tabela 10 e Tabela 29). Relativamente aos principais contributos para o baixo grau de execução em 2016, de destacar o subsector da segurança social devido às ações de formação profissional, o subsector Estado através dos subsídios e indemnizações compensatórias, bem como o subsector dos serviços e fundos autónomos, nomeadamente o Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas. De referir que a baixa execução da receita de transferências de fundos da União Europeia por intermédio da segurança social tem impacto ao nível da execução da despesa com subsídios visto que esta depende em parte de financiamento comunitário. Com efeito, a taxa de variação da despesa com subsídios é negativa (-0,8%), o que contrasta com o crescimento subjacente à estimativa para 2016 (30,9%).

Tabela 10 – Subsídios das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-novembro		var. homóloga		Ref. anuais			VH estimativa		Grau execução	
	2015	2016	M€	%	2015	OE/2016	Estimativa 2016	M€	%	2015	Estimativa 2016
Administração Central, dos quais:	607	523	-84	-13,9	739	735	677	-63	-8,5	82,1	77,3
Subsídios e indemnizações compensatórias	39	42	3	8,1	57	66	66	9	15,9	68,6	64,0
IEFP	430	351	-80	-18,6	525	478	470	-55	-10,5	82,0	74,6
IFAP	29	27	-2	-7,1	34	54	52	18	51,5	85,5	52,4
Segurança Social	379	450	72	18,9	503	945	948	445	88,6	75,4	47,5
Administração Regional e Local	86	87	0	0,6	112	121	140	29	25,8	77,2	61,7
Total	1072	1060	-12	-1,2	1353	1801	1765	412	30,4	79,2	60,1
Por memória (após ajustamentos):											
Administração Regional e Local	82	87	-	-	107	121	140	-	-	-	-
Total (após ajustamentos)	1068	1060	-8	-0,8	1349	1801	1765	416	30,9	79,2	60,1

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

15 Até novembro de 2016, as transferências correntes evidenciaram um grau de execução abaixo do registado no mesmo período do ano anterior. Até novembro de 2016, o grau de execução das transferências correntes foi de 91,2% do montante que consta na estimativa de execução para 2016, sendo 0,4 p.p. inferior ao verificado no período homólogo, sobretudo devido ao contributo dos subsectores da administração central e da segurança social (Tabela 11). Entre o OE/2016 e a estimativa de execução para 2016 verificou-se uma revisão em baixa essencialmente no subsector da segurança social (198 M€), o qual inclui as prestações sociais, com destaque para as prestações de desemprego, subsídios familiar a crianças e jovens e ação social. Relativamente à administração central, de referir o baixo grau de execução das transferências correntes do Fundo de Contragarantia Mútuo, do Fundo Português do Carbono, do Instituto de Emprego e Formação Profissional (ver adiante a análise à execução do IEFP), do Instituto de Turismo de Portugal, do Fundo de Acidentes de Trabalho, bem como da ausência de execução da transferência para a Grécia no valor estimado de 107 M€, relativa aos lucros do BCE com a compra de dívida pública grega no mercado secundário.¹⁷ Quanto às outras despesas correntes, de salientar a ausência de execução até novembro de 2016 do Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético (valor orçamentado no OE/2016 foi de 87,3 M€) para efeitos de redução do défice tarifário, sendo que até novembro de 2016 o subsector Estado registou a correspondente receita de Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético no montante de 87,6 M€ não tendo ainda efetuado a transferência para o fundo acima referido, o que contribuiu para uma melhoria temporária do saldo orçamental das administrações públicas naquele montante. De referir que

¹⁶ De referir que em classificação económica a componente "subsídios" não incluiu subsídios de desemprego, os quais estão registados como transferências correntes para as famílias.

¹⁷ A transferência para a Grécia constou da execução provisória de 2015 como tendo sido executada, tendo a situação sido alterada no âmbito da CGE/2015 constando como não executada. No OE/2016 foi novamente orçamentada como despesa, permanecendo na estimativa de execução 2016. De acordo com uma referência da imprensa escrita em maio, após acordo entre autoridades gregas e o Eurogrupo, a transferência não deverá ocorrer em 2016.

em 2015 não foi efetuada a transferência da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético para o Fundo para a Sustentabilidade Sistemática do Setor Energético no valor aproximado de 50 M€.

Tabela 11 – Transferências correntes para entidades exteriores às administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-novembro		var. homóloga		Ref. anuais		VII estimativa		Grau execução		
	2015	2016	M€	%	2015	OE/2016	Estimativa 2016	M€	%	2015	Estimativa 2016
Administração Central , dos quais:	11 777	11 934	157	1,3	13 008	13 375	13 425	417	3,2	90,5	88,9
CGA - pensões e outros abonos	8 783	8 791	8	0,1	9 522	9 508	9 508	46	0,5	92,2	91,9
Contribuição financeira União Europeia	1 486	1 465	-21	-1,4	1 660	1 782	1 773	113	6,8	89,5	82,6
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	276	319	43	15,5	338	376	370	32	9,5	81,8	86,3
IFAP	175	290	115	65,8	210	166	137	107	51,0	83,3	91,5
Fundação para a Ciência e Tecnologia	105	96	-9	-9,0	116	121	126	10	8,9	90,8	76,0
Contribuições e quotas para organizações internacionais	69	61	-7	-10,8	86	72	70	-16	-18,6	80,5	88,1
Transferência para a Ciência	0	0	0	0	0	107	107	107	100	0	0
Fundo de Acidentes de Trabalho	37	36	-1	-1,9	41	51	51	10	23,2	90,0	71,7
Fundo de Ação Social (ensino superior)	124	117	-7	-6,0	140	137	142	3	1,9	89,0	82,2
IEFP	64	43	-20	-32,1	74	80	65	-9	-12,1	86,1	66,5
Fundo de Contragarantia Mútua	-	35	-	-	-	103	103	-	-	-	34,5
Instituto de Turismo de Portugal	19	15	-3	-18,5	36	37	37	0	1,2	51,9	41,8
Fundo Português de Carbone	58	51	-6	-11,1	81	98	99	19	23,4	71,6	51,6
Autoridade Nacional de Proteção Civil	70	71	1	0,8	77	59	77	0	-0,3	91,3	92,4
Segurança Social	19 613	19 996	283	1,4	21 327	21 905	21 707	379	1,8	92,0	91,7
Administração Regional e Local	501	530	29	5,8	538	574	556	18	3,3	93,0	95,3
Total	31 891	32 359	468	1,5	34 874	35 854	35 666	793	2,3	91,4	90,7

Por memória (após ajustamentos):
 Contribuição financeira União Europeia: 1 522 / 1 633 / 1 660 / 1 782 / 1 773
 Administração Regional e Local: 405 / 530 / 419 / 574 / 556
Total (após ajustamentos): 31 830 / 32 528 / 697 / 2,2 / 34 754 / 35 854 / 35 666 / 912 / 2,6 / 91,6 / 91,2
 Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Na coluna "Estimativa 2016" os valores dos subsetores correspondem à estimativa apresentada no âmbito do relatório do OE/2017, enquanto os valores de cada programa orçamental correspondem à dotação corrigida em novembro (OE/2016 e alterações orçamentais).

16 As despesas de capital registaram uma variação homóloga negativa até novembro de 2016, o que contrasta com um crescimento implícito à estimativa para 2016.¹⁸ Tendo por referência a estimativa para 2016, o grau de execução das despesas de capital foi de 70,5%, situando-se 11 p.p. abaixo do verificado no mesmo período de 2015 (Tabela 3 e Tabela 29). Importa destacar que entre o OE/2016 e a estimativa de execução para 2016 (Tabela 12), verificou-se uma revisão em baixa da despesa com investimento no montante de 336 M€, essencialmente no subsetor da administração local (199 M€). Tendo como referência a estimativa para 2016, registou-se um grau de execução inferior ao observado no período homólogo nos subsetores da administração central, essencialmente nas áreas da defesa nacional, saúde, ensino, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Programa Polis e Metro do Porto, bem como no subsetor da administração regional. Adicionalmente, o baixo grau de execução das despesas de capital também se encontra influenciado pelo contributo da empresa Infraestruturas de Portugal (veja-se o tópico apresentado adiante nesta Nota).¹⁹ Excluindo a despesa com concessões, o grau de execução do investimento até novembro de 2016 nas administrações públicas seria de 58,6% do valor da estimativa (Tabela 12), o qual já tinha sido revisto em baixa face ao OE/2016 (de 3 221 M€ para 2 755 M€). Relativamente às transferências de capital (Tabela 13), de destacar o baixo nível de execução no subsetor da administração central, quando comparado com o registado no período homólogo, sobretudo a Fundação para a Ciência e Tecnologia, o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas e o IAPMEI.

¹⁸ Para efeitos de comparabilidade, os dados encontram-se ajustados dos pagamentos das despesas com concessões e subconcessões da empresa Infraestruturas de Portugal (ver Caixa 1 em anexo).

¹⁹ O orçamento da empresa Infraestruturas de Portugal para 2016 inclui a dotação orçamental inicial em despesas com investimento de 1 821,9 M€, destacando-se essencialmente a componente concessões e subconcessões a PPP (1 659,2 M€), tendo sido reforçadas até ao final de novembro para 1 938 M€ e 1 790 M€, respetivamente, devido a alterações orçamentais. No período janeiro-novembro de 2016, a execução desta componente principal das despesas de investimento situou-se em 1 433 M€, o qual inclui pagamentos à subconcessionária Transmontana. No que se refere aos pagamentos no período janeiro-novembro de 2015, a execução foi de 1 177 M€.

Tabela 12 – Investimento das administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-novembro		var. homóloga		Ref. anuais		VII estimativa		Grau execução		
	2015	2016	M€	%	2015	OE/2016	Estimativa 2016	M€	%	2015	Estimativa 2016
Administração Central , dos quais:	2 229	1 956	-273	-12,3	2 764	3 167	3 105	341	12,3	80,6	63,0
Infraestruturas de Portugal (IP)	1 377	1 496	119	8,6	1 523	1 822	1 938	415	27,2	90,4	77,2
Concessões	1 177	1 433	256	21,8	1 297	1 659	1 790	493	38,0	90,8	80,1
Outros investimentos da IP	200	63	-137	-68,7	227	163	149	-78	-34,4	88,2	42,1
Defesa Nacional	87	96	9	10,2	185	247	300	116	62,6	47,3	32,0
Saúde	129	90	-39	-30,4	163	211	224	60	36,9	78,8	40,1
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	107	28	-79	-74,1	128	107	121	-7	-5,3	83,8	23,0
EDIA	149	29	-120	-80,2	172	49	48	-123	-71,7	87,0	60,8
Programas Polis	11	6	-6	-50,6	44	72	31	-13	-29,2	26,3	18,4
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	24	12	-12	-49,3	25	56	43	18	74,0	96,4	28,1
Metro do Porto	23	6	-17	-	24	38	32	8	33,1	94,6	18,8
Metropolitano de Lisboa	15	11	-3	-22,1	32	34	26	-7	-21,2	45,3	44,8
Segurança Social	17	7	-10	-57,1	26	37	33	7	25,9	64,7	22,0
Administração Regional	159	131	-29	-18,1	225	315	243	18	8,0	70,9	53,8
Administração Local	1 052	955	-97	-9,2	1 342	1 362	1 164	-179	-13,3	78,4	82,1
Total	3 458	3 049	-409	-11,8	4 357	4 880	4 545	187	4,3	79,4	67,1
Sub total, sem concessões da IP	2 281	1 616	-665	-29,2	3 061	3 221	2 755	-306	-10,0	74,5	58,6

Por memória (após ajustamentos):
 Infraestruturas de Portugal (IP): 1 389 / 1 748 / 359 / 1 523 / 1 822 / 1 938 / 415
 Concessões: 1 189 / 1 685 / 496 / 1 297 / 1 659 / 1 790 / 493
 Outros investimentos da IP: 200 / 63 / -137 / 227 / 163 / 149 / -78
 Administração Regional: 140 / 131 / -9 / 193 / 315 / 243 / 50
 Administração Local: 1 048 / 955 / -93 / 1 337 / 1 362 / 1 164 / -173
Total (após ajustamentos): 3 445 / 3 301 / -145 / -4,2 / 4 320 / 4 880 / 4 545 / 224 / 5,2 / 79,8 / 72,6
 Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Na coluna "Estimativa 2016" os valores dos subsetores correspondem à estimativa apresentada no âmbito do relatório do OE/2017, enquanto os valores de cada programa orçamental correspondem à dotação corrigida em novembro (OE/2016 e alterações orçamentais).

Tabela 13 – Transferências de capital para entidades exteriores às administrações públicas
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-novembro		var. homóloga		Ref. anuais		VII estimativa		Grau execução		
	2015	2016	M€	%	2015	OE/2016	Estimativa 2016	M€	%	2015	Estimativa 2016
Administração Central , dos quais:	457	572	115	25,3	499	761	761	262	52,6	91,6	75,2
Fundo de Resolução	0	145	145	-	0	149	149	149	100,0	100,0	96,9
Comissões e outros encargos: Min. Finanças	39	51	12	29,4	39	57	57	18	44,6	100,0	89,5
IAPMEI	51	68	17	11,3	69	57	57	12	18,4	88,0	82,7
Fundação para a Ciência e Tecnologia	102	112	10	10,2	115	168	171	55	47,9	98,1	65,6
IFAP	225	186	-39	-17,4	238	292	234	-14	-5,9	94,6	83,0
Segurança Social	6	4	-1	-24,8	7	9	9	2	29,0	81,3	47,4
Administração Regional e Local	249	218	-31	-12,4	291	377	251	-40	-13,8	85,3	86,6
Total	711	794	83	11,7	797	1 147	1 012	215	27,0	89,2	78,5

Por memória (após ajustamentos):
 Administração Regional e Local: 237 / 218 / 95 / 13,6 / 280 / 377 / 251
Total (após ajustamentos): 700 / 794 / 95 / 13,6 / 786 / 1 147 / 1 012 / 227 / 28,9 / 89,0 / 78,5
 Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Na coluna "Estimativa 2016" os valores dos subsetores correspondem à estimativa apresentada no âmbito do relatório do OE/2017, enquanto os valores de cada programa orçamental correspondem à dotação corrigida em novembro (OE/2016 e alterações orçamentais).

Tópicos sobre a execução orçamental

Segurança Social

17 A segurança social registou, até novembro, um excedente acima do projetado para o ano como um todo. Até novembro, a segurança social apresentou um saldo orçamental de 1302 M€, um acréscimo de 470 M€ face ao registado no período homólogo (Tabela 14). Para tal contribuiu a variação da receita efetiva de 4,2% acompanhada por um acréscimo da despesa efetiva de apenas 2,2%. Adicionalmente, o saldo verificado supera o previsto para 2016 (1149 M€) na projeção efetuada no OE/2017. Em termos mensais, novembro apresentou um saldo positivo de 94 M€, um valor superior ao registado em outubro (55 M€), o que representa o quarto mês consecutivo de saldo positivo (Tabela 15). Para tal contribuiu, sobretudo, a transferência do Fundo Social Europeu de 138 M€ que compara com os 55 M€ de outubro. Quando ajustado dos fatores que comprometem a comparabilidade homóloga: (i) da transferência extraordinária para compensação do défice da segurança social (que foi já utilizada na totalidade);²⁰ e (ii) das transferências do Fundo Social Europeu, de forma a garantir o princípio da neutralidade dos fundos comunitários, o saldo da segurança social fixou-se em 515 M€ (valor superior ao registado no período homólogo, que foi de -101 M€).

18 O sistema previdencial apresentou um saldo positivo. O sistema previdencial, sistema de natureza contributiva que assegura, em consequência da verificação das eventualidades legalmente definidas, prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido, apresentou um saldo de 836 M€ (Tabela 16). Excluindo a transferência extraordinária para compensação do défice do sistema previdencial (650 M€) da

²⁰ A transferência extraordinária para compensação do défice da segurança social em 2015 foi de 894 M€, e em 2016 foi de 650 M€.

segurança social, o saldo foi de 186 M€, o que representa um valor inferior ao projetado para o conjunto do ano (428 M€).

19 A receita com contribuições e quotizações registou um acréscimo em linha com as projeções para 2016 incluídas no OE/2017. A receita com contribuições e quotizações até novembro ficou-se em 13 192 M€, o que representa um acréscimo de 4,5% em termos homólogos, encontrando-se em linha com a previsão de execução para 2016 apresentada no OE/2017 (4,6%). Desta receita, 535 M€ provêm de cobrança coerciva, (44,7 M€ em novembro) sendo de esperar um aumento da cobrança coerciva em dezembro devido ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) que se iniciou em novembro.²¹ Nesse sentido, o aumento da receita com contribuições e quotizações em 2016 deverá ser superior ao projetado no OE/2017. Em termos mensais a receita foi de 1162 M€, um aumento de 4,9% face ao homólogo (Tabela 15 e Gráfico 7).

Tabela 14 - Execução orçamental da segurança social de novembro
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-Nov		Variação Tvh (%)	2015 (CGE 2015)	2016 (OE/2016)	previsão 2016 (OE/2017)	
	2015	2016				Tvh (%)	Tvh (%)
1. Receita Corrente - da qual:	22 414	23 346	4,2	24 585	26 232	6,7	26 088
Contribuições e quotizações	12 619	13 192	4,5	14 043	14 843	5,7	14 694
Transf. correntes da Ad. Central	8 461	8 403	-0,7	9 027	8 966	-0,7	8 966
— Financ. da LBSS	5 803	6 221	7,2	6 464	6 621	2,4	6 621
— IVA Social	685	708	3,3	743	774	4,1	774
Transferência do FSE	498	823	65,3	622	1 440	131,6	1 440
Transferência do FEAC	0	19	:	0	40	40	40
Outras transferências	2	1	-6,6	2	2	-4,1	:
Outras receitas correntes	667	708	6,1	707	763	8,0	:
2. Receita de Capital	16	28	76,4	17	18	4,1	18
3. Receita Efetiva (1+2)	22 430	23 373	4,2	24 602	26 250	6,7	26 106
4. Despesa Corrente - da qual:	21 578	22 063	2,2	23 536	25 096	6,7	24 915
Prestações Sociais - das quais:	19 272	19 554	1,5	20 960	21 593	3,0	:
Pensões, das quais:	14 066	14 420	2,5	15 266	15 750	3,2	15 650
— Sobrevivência	2 000	2 043	2,1	2 170	2 209	1,8	2 226
— Invalidez	1 198	1 181	-1,4	1 302	1 299	-0,2	1 293
— Velhice	10 831	11 158	3,0	11 756	12 204	3,8	12 093
Sub. familiar a crianças e jovens	575	591	2,8	629	684	8,7	654
Subsídio por doença	403	445	10,4	453	398	-12,2	469
Sub. desemprego e apoio ao emp.	1 617	1 392	-13,9	1 761	1 638	-7,0	1 572
Complemento Solidário p/ Idosos	175	186	6,6	191	210	10,3	203
Outras prestações	657	708	7,8	721	788	9,4	:
Ação social	1 516	1 507	-0,6	1 654	1 771	7,1	1 736
Rendimento Social de Inserção	263	306	16,2	287	355	23,6	344
Pensões do Regime Sub. Bancário	453	429	-5,3	488	482	-1,2	479
Outras despesas correntes	1 078	1 106	2,5	1 127	1 167	3,5	1 184
— das quais: Transf. e sub. correntes	1 078	1 106	2,5	1 127	1 167	3,5	1 183
Ações de Formação Profissional	522	727	39,2	682	1 541	125,9	1 523
— das quais: c/ suporte no FSE	459	685	49,4	614	1 415	130,5	1 398
5. Despesa de Capital	19	8	-57,6	29	42	46,5	42
6. Despesa Efetiva (4+5)	21 597	22 071	2,2	23 565	25 138	6,7	24 957
7. Saldo Global (3-6)	832	1 302	:	1 037	1 112	:	1 149
Por memória: após ajustamentos							
1. Receita Corrente - da qual:	21 481	22 558	5,0	23 683	25 558	7,9	25 396
Transf. correntes da Ad. Central	7 567	7 753	2,5	8 132	8 317	2,3	8 315
Transferência do FSE	459	685	49,4	614	1 415	130,5	1 398
3.A Receita Efetiva (1+2)	21 496	22 586	5,1	23 700	25 576	7,9	25 414
4. Despesa corrente	21 578	22 063	2,2	23 536	25 096	6,6	24 915
Ações de Formação Profissional	522	727	39,2	682	1 541	125,9	1 523
— das quais: c/ suporte no FSE	459	685	49,4	614	1 415	130,5	1 398
Despesa efetiva	21 597	22 071	2,2	23 565	25 138	6,7	24 957
7A. Saldo Global (3A - 6)	-101	515	:	135	438	:	458

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Os fatores de ajustamento encontram-se descritos na Caixa 1. O referencial anual para 2015 é o referente à apresentada na Conta Geral do Estado de 2015. Os referenciais anuais apresentados para 2016 são os referentes ao OE/2016, bem como ao OE/2017.

Tabela 15 - Execução orçamental mensal da segurança social
(valores não ajustados, em milhões de euros)

	jun-16	jul-16	ago-16	set-16	out-16	nov-16	Total
Receita Efetiva	2 250	2 733	2 068	2 049	1 951	2 063	23 373
Contribuições e quotizações	1 173	1 363	1 297	1 200	1 145	1 162	13 192
Transf. extr. para comp. do déficit	44	264	-	-	-	-	650
Transf. do FSE	133	129	45	107	55	138	823
Despesa Efetiva	1 936	3 070	1 931	1 925	1 896	1 969	22 071
Pensões	1 208	2 319	1 214	1 208	1 247	1 214	14 420
Prestações de desemprego	121	123	118	122	112	123	1 392
Ação social	144	138	139	153	134	136	1 507
Ações de formação profissional	90	87	111	86	54	94	727
Saldo mensal	314	- 337	137	124	55	94	1 302

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

²¹ Segundo o Gabinete do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado no âmbito da Segurança Social teve a adesão de 48 575 contribuintes, originando o compromisso de cobrança de 290 M€. O valor cobrado a 23 de dezembro ascendeu a cerca de 40 M€, podendo os contribuintes que aderiram ao pagamento integral fazê-lo até ao próximo dia 30 de dezembro.

Tabela 16 - Execução orçamental do sistema previdencial da segurança social
(em milhões de euros)

	2015	OSS 2016	Jan - Nov 2016
Sistema previdencial			
Receita Efetiva	16 787	18 148	15 842
Contribuições e quotizações	14 042	14 843	13 192
da qual: cobrança coerciva	640	-	535
Transferências do OE	1 222	994	985
Transferências da CGA (Pensões unificadas)	138	139	133
Rendimentos	386	448	448
Outras	999	1 724	1 084
Despesa Efetiva	15 960	17 070	15 006
Pensão de Velhice	8 775	9 139	8 420
Pensão de Invalidez	855	849	774
Pensão de Sobrevivência	1 807	1 841	1 707
Subsídio de desemprego	1 340	1 196	1 043
Transferências para a CGA (pensões unificadas)	515	517	487
Ações de formação profissional com suporte no CPN	67	125	41
Outras	2 601	3 403	2 533
Saldo	826	1 078	836
Saldo excluindo trans. Extraordinária	-68	428	186

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. | Nota: Os valores projetados para 2016 são os referentes ao OE/2016 e não os previstos no âmbito OE/2017, por falta de informação.

Tabela 17 - Execução orçamental do sistema proteção social de cidadania da segurança social
(em milhões de euros)

	2015	OSS 2016	Jan - Nov 2016
Sistema de proteção social de cidadania			
Receita Efetiva	7 475	7 674	7 139
Transferência do OE	6 750	7 175	6 710
PES e ASECE	251	5	4
Outras receitas	474	494	425
Despesa Efetiva	7 273	7 670	6 673
Complementos sociais	1 764	1 848	1 649
Ação Social	1 724	1 876	1 571
Pensões por antecipação da idade de reforma	830	884	772
Abono de Família	629	684	591
Subsídio social de desemprego	276	272	215
Pensões sociais	886	842	776
Prestações por dependência (complementos)	349	348	321
Prestações por deficiência (complementos)	140	150	139
Outra despesa	676	767	638
Saldo	202	4	466

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. | Nota: Os valores projetados para 2016 são os referentes ao OE/2016 e não os previstos no OE/2017 por falta de informação.

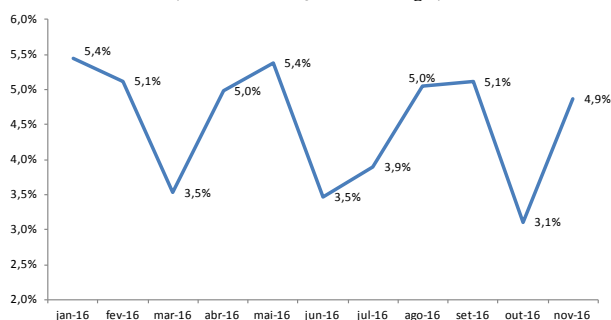
20 Em termos ajustados, verificou-se um aumento nas transferências correntes da administração central em linha com o projetado no OE/2017 para 2016. Em termos ajustados, i.e., excluindo a transferência extraordinária para compensação do déficit da segurança social, as transferências correntes da administração central fixaram-se em 7753 M€, o que representa um aumento face ao período homólogo (2,5%).²² Por componente, as transferências do OE fixaram-se em 6710 M€. Destas 6220 M€ para cumprimento da LBSS, registando um acréscimo de 7,2%. Por seu turno, a transferência do OE no âmbito da contrapartida pública nacional (sistema previdencial) situou-se em 116 M€, tendo a transferência no âmbito do regime substitutivo bancário sido de 429 M€.^{23,24} Por último, de referir que se registou um acréscimo dos rendimentos (juros, dividendos, etc.) de 391 M€ em 2015 para 448 M€ em 2016, em resultado, na sua maioria, das aplicações financeiras do sistema previdencial - capitalização.

²² Em 2016 deixou de existir a fonte de financiamento Plano de Emergência Social, sendo que a despesa passa a ser financiada pela transferência do OE (Lei de Bases da Segurança Social).

²³ As transferências provenientes do Ministério da Educação (complemento de educação pré-escolar/ IPSS e financiamento/ bolsas de estudo e educação especial) fixaram-se em 132 M€, tendo a transferência da CGA no âmbito da pensão unificada sido de 119 M€.

²⁴ Adicionalmente, as transferências provenientes do Fundo Social Europeu para formação profissional foram de 823 M€ e para o Auxílio às Pessoas Mais Carentes - FEAC foi de 19 M€.

Gráfico 7 – Receita mensal de contribuições e quotizações para a segurança social (taxa de variação homóloga)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

21 A despesa com pensões registou um acréscimo até novembro em concordância com o implícito para o conjunto do ano. A despesa com pensões fixou-se em 14420 M€, das quais 11158 M€ em pensões de velhice (acréscimo homólogo de 3,0%), 1181 M€ em pensões de invalidez (-1,4%) e 2043 M€ em pensões de sobrevivência (2,1%). Nesse sentido, a despesa com pensões apresentou um aumento de 2,5% em termos homólogos, valor similar ao projetado para o conjunto do ano.²⁵ Considerando as pensões de velhice, verifica-se que a despesa com as pensões do regime não contributivo por antecipação da idade de reforma (pensão de velhice antecipada das pessoas que estejam involuntariamente numa situação de desemprego de longa duração e que tenham esgotado o subsídio de desemprego ou o subsídio social de desemprego e que satisfaçam os pressupostos legais) fixou-se em 772 M€, apresentando um grau de execução inferior ao respetivo duodécimo. Adicionalmente, as pensões de velhice do regime contributivo (sistema previdencial) fixaram-se em 8408 M€ (Tabela 18).

Tabela 18 - Execução orçamental das pensões de velhice (em milhões de euros)

	Exec. Prov. de 2015	ago-16	set-16	out-16	nov-16	Jan-Nov 2016	OSS 2016
RNC - complemento social - Velhice	1 340	106	106	106	106	1 255	1 381
Pensões por antecipação da idade de reforma	830	65	64	63	63	772	855
RC - Pensão Velhice	8 775	712	709	713	715	8 420	9 147
outras	811	59	59	58	58	711	775
Total	11 756	942	938	941	943	11 158	12 158

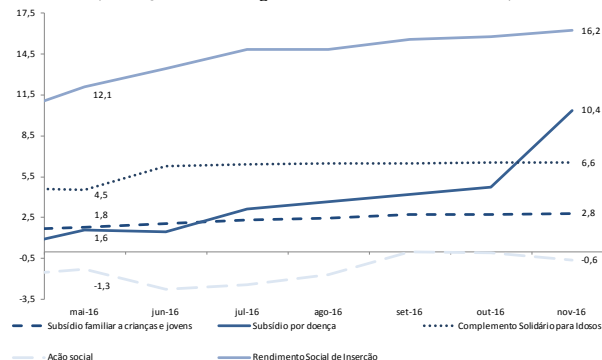
Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

22 A tendência de aceleração da despesa de algumas das prestações sociais permaneceu em novembro. A despesa com prestações de desemprego e apoio ao emprego fixou-se em 1392 M€, dos quais 1043 M€ dizem respeito ao subsídio de desemprego e 215 M€ ao subsídio social de desemprego, o que representa uma redução de 13,9% face ao mesmo período do ano anterior. Se esta evolução permanecer em dezembro prevê-se uma menor despesa em 2016 do que a projetada quer no OE/2016 (diminuição de 7,0%), quer no OE/2017 (decréscimo de 10,7%). Em termos mensais, a despesa com prestações de desemprego e apoio ao emprego em novembro foi de 123 M€, valor similar ao de setembro, após os 112 M€ de outubro. No que se refere às outras prestações sociais, de referir o aumento expressivo do subsídio e complemento por doença em 10,4% (até outubro o acréscimo foi de 4,7%), quando se prevê um acréscimo de 3,7% para o ano como um todo; o aumento da despesa com o rendimento social de inserção em 16,2% (até outubro o aumento foi de 15,8%, projetando-se um acréscimo anual de 19,9%); o acréscimo do abono de família em 2,8% (previsão de 4,0% em termos anuais) e do complemento solidário para idosos em 6,6% (previsão de 6,4% para o ano como um todo). Para tal contribuem medidas como: (i) o levantamento da suspensão do regime de atualização de prestações sociais; (ii) o

²⁵ Para este acréscimo contribuiu, em parte, a atualização em 0,4% das pensões do RGSS até 1,5 IAS (628,82€), bem como o acréscimo do número de pensionistas.

aumento do abono de família entre 2% e 3,5% e majoração de 20% para 35% para crianças em famílias monoparentais; (iii) a alteração da escala de equivalência no rendimento social de inserção; e (iv) a alteração da escala de equivalência do complemento solidário para idosos. De referir que a despesa das prestações sociais referidas, com exceção do subsídio de desemprego, têm evidenciado desde o início do ano uma aceleração (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Prestações sociais (variação homóloga, em termos acumulados)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

Caixa Geral de Aposentações

23 A Caixa Geral de Aposentações apresentou até novembro um saldo positivo superior ao perspetivado para o ano como um todo. A CGA apresentou, até novembro, um excedente de 79 M€ (Tabela 19), valor superior ao previsto no OE/2016 para o conjunto do ano (12 M€), apesar de inferior ao registado nos primeiros dez meses do ano (162 M€). Em termos comparáveis, i.e., ajustado da transferência para a CGA de 24 milhões de euros relativamente ao plano de pensões do Fundo de Pensões dos ENVC e de 34 milhões de euros relativos ao plano de pensões do Fundo de Pensões da Gestnave efetuada em 2015, o saldo apresentou uma deterioração em termos homólogos de 148 M€, encontrando-se projetado uma melhoria de 38 M€ para o ano como o todo, o que não se afigura de plausível ao faltar contabilizar apenas o mês de dezembro para o fecho do ano. Tal é resultado do decréscimo da receita em 1,4% e do aumento da despesa em 0,2%.

24 A receita com contribuições e quotizações registou um acréscimo em termos homólogos. A receita com contribuições e quotizações para a CGA fixou-se em 3701 M€, um acréscimo de 1,0% (aumento de 36 M€ face a 2015), o que contrasta com a previsão de contração de 0,3% para o ano como um todo. Tal é resultado, sobretudo, da subida remuneratória que se tem vindo a verificar desde o início do ano, efeito que tem superado o decorrente da diminuição do CES e da redução do número de subscritores.^{26,27} Em termos mensais, a receita em novembro com contribuições e quotizações foi de 302 M€, o que representa uma redução face a outubro (333 M€), apresentando, no entanto, um aumento homólogo de 4,0% (Gráfico 9).²⁸ Relativamente às transferências correntes provenientes do OE fixaram-se em 5070 M€, o que representa um decréscimo de 2,9% face ao período homólogo, apresentando um grau de execução de 92,8% em linha com o respetivo duodécimo (em 2015 o grau de execução em novembro era já de 96,8%).

²⁶ Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro de 2015.

²⁷ Ao ser um regime fechado, o número de subscritores da CGA tem registado um decréscimo ao longo dos anos (464,9 mil em novembro de 2016 o que compara com 474,5 mil em outubro de 2015).

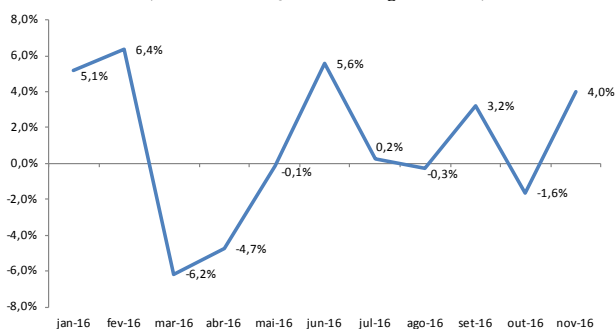
²⁸ As quotas descontadas nas remunerações dos subscritores e as contribuições das entidades empregadoras são entregues à Caixa Geral de Aposentações até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que digam respeito.

Tabela 19 - Execução orçamental acumulada da CGA em novembro
(em milhões de euros e em percentagem)

	2015	2016	Variação		CGE 2015	OE/2016	Tvh (%)	Grau de Execução (%)
			Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)				
1. Receita corrente	9 167	9 034	-1,4	-1,4	9 666	9 761	1,0	92,6
Contribuições para a CGA	3 665	3 701	1,0	0,4	3 984	3 971	-0,3	93,2
Transferências correntes, das quais:	5 219	5 070	-2,9	-1,6	5 396	5 464	1,3	92,8
Orçamento do Estado	4 724	4 572	-3,2	-1,6	4 858	4 938	1,6	92,6
Outras receitas correntes	283	264	-6,7	-0,2	286	326	14,2	80,9
2. Receita de capital	58	-	-	-	58	-	-	-
3. Receita Efetiva	9 225	9 034	-2,1	-2,1	9 724	9 761	0,4	92,6
4. Despesa corrente, da qual:	8 940	8 955	0,2	0,2	9 692	9 749	0,6	91,9
Transferências correntes, das quais:	8 911	8 925	0,2	0,2	9 661	9 708	0,5	91,9
Pensões e abonos respons. de:	-	-	-	-	-	-	-	-
CGA	7 984	7 979	-0,1	-0,1	8 656	8 678	0,3	91,9
Orçamento do Estado	233	242	3,8	0,1	252	273	8,2	88,7
Outras entidades	566	570	0,7	0,0	614	617	0,5	92,4
Outras transferências correntes	128	135	5,4	0,1	139	140	1,4	95,8
5. Despesa de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Despesa Efetiva	8 940	8 955	0,2	0,2	9 692	9 749	0,6	91,9
7. Saldo global	285	79	-	-	32	12	-	-

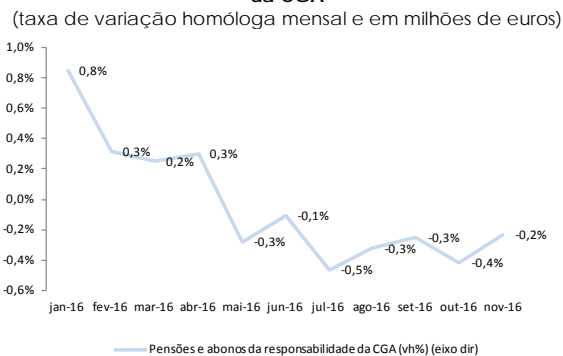
Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | O referencial anual para 2015 é o referente à CGE da CGA. Em 2015, registou-se a transferência para a CGA de 24 milhões de euros relativamente ao plano de pensões do Fundo de Pensões dos ENVC e de 34 milhões de euros relativos ao plano de pensões do Fundo de Pensões da Gestnave.

Gráfico 9 – Contribuições mensais para a CGA
(taxa de variação homóloga mensal)



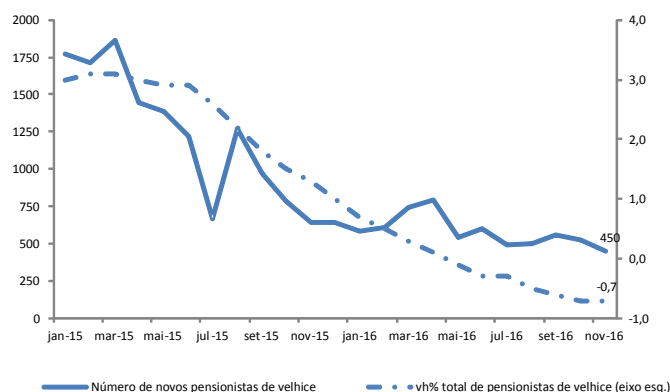
Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

Gráfico 10 – Despesa mensal com pensões e abonos da responsabilidade da CGA



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

Gráfico 11 – Número de novos pensionistas de velhice e total de pensionistas de velhice
(taxa de variação homóloga mensal e em unidades)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

25 A despesa com pensões e abonos da responsabilidade da CGA até novembro estagnou em termos homólogos. A despesa com pensões e abonos da responsabilidade da CGA fixou-se em 7979 M€, o que representa uma estagnação em termos homólogos, encontrando-se em linha com o perspectivado no OE/2016. Para tal contribuiu a diminuição do número total de pensionistas (redução homóloga de 0,7%), a qual se poderá dever, em parte, à subida remuneratória dos funcionários no ativo. Adicionalmente, em termos quantitativos, o número mensal de novos pensionistas de velhice em outubro foi de somente 450.²⁹ Em termos mensais, a despesa com pensões e abonos da responsabilidade da CGA fixou-se nos 669 M€, mantendo a tendência de decréscimo homólogo registada desde maio de 2016 (

26 Tabela 20 e Gráfico 11).

Tabela 20 - Execução orçamental mensal da CGA
(em milhões de euros)

	jul-16	ago-16	set-16	out-16	nov-16	Total
Receita Corrente	1 433	773	668	850	666	9 034
Contribuições para a CGA	507	303	314	333	302	3 701
Transferências Correntes	913	469	341	447	361	5 070
Despesa Corrente	1 411	761	751	755	750	8 955
Pensões e Abonos da resp. da CGA	1 266	669	670	669	669	7 979

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

²⁹ Desde o início do ano foram aposentados 6,4 mil funcionários, o que compara com os 20 mil previstos pelo Ministério das Finanças.

27 O défice global da empresa Infraestruturas de Portugal até novembro de 2016 situou-se acima do registado no período homólogo. O défice aprovado no orçamento inicial para 2016 foi de 1131 M€ para a empresa Infraestruturas de Portugal, tendo implicada uma deterioração homóloga de 496 M€ para o conjunto do ano (Tabela 21). No período janeiro-novembro registou-se um défice de 751 (tendo sido 850 M€ até outubro), o que reflete uma deterioração homóloga de 54 M€. Tendo por referência o OE/2016, o grau de execução da despesa (75,8%) ficou abaixo do verificado no período homólogo (89,9%). Para se concretizar o orçamento aprovado para 2016, a receita mensal em dezembro deveria situar-se em 224 M€, enquanto a despesa deveria situar-se em 605 M€, refletindo um défice de 381 M€.³⁰ De referir as alterações orçamentais efetuadas até novembro têm subjacente um aumento de receita efetiva e despesa efetiva, determinando uma deterioração do saldo global da empresa face ao aprovado no OE/2016, caso se concretizem.

³⁰ De referir que no âmbito da estimativa de execução para 2016 não se conhece o detalhe sobre os montantes da receita e despesa da empresa Infraestruturas de Portugal, pelo que a presente análise teve em consideração o orçamento inicial, bem como a previsão e dotação corrigida registada no final de novembro.

Tabela 21 – Execução da empresa Infraestruturas de Portugal
(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	Jan-novembro		Anual			Grau de execução		Taxa de variação	
	2015	2016	CGE 2015	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.	2015	OE/2016	Jan-novembro	OE/2016
1. Receita corrente	1 061	772	1 145	681	978	92,7	113,4	-27,2	-40,6
Impostos indiretos	595	163	649	0	163	91,8		-72,6	-100,0
Contribuição de serviço rodoviário	595	163	649	0	163	91,8		-72,6	-100,0
Taxas, multas e outras penalidades	320	314	322	336	336	99,3	93,5	-1,8	4,3
Portagens	317	312	319	328	328	99,5	95,0	-1,6	3,0
Transferências correntes	32	163	39	195	329	82,2	83,5	-	-
Contribuição de serviço rodoviário		162		159	279		102,4		
IMT		0		36	50		0,0		
Vendas de bens e serviços	107	101	122	130	130	87,1	77,8	-5,2	6,1
Outras receitas correntes	8	31	14	20	20	58,9	156,7	284,2	44,3
2. Receita de capital	81	377	266	692	482	30,5	54,4	364,0	160,4
Venda de bens de investimento	2	2	4	8	8	39,5	26,1	18,7	79,4
Transferências de capital	78	374	258	594	474	30,4	63,0	377,3	130,2
Contribuição de serviço rodoviário		284		524	404		54,1		
União Europeia	75	91	255	66	66	29,5	137,3	21,0	-74,0
Outras receitas de capital	1	0	3	90	0	30,4	0,4	-68,2	-
Ativos incorpóreos	0	0	0	90	0		0,0		
3. Receita efetiva (1+2)	1 143	1 149	1 411	1 373	1 460	81,0	83,7	0,6	-2,7
4. Despesa corrente	447	404	507	682	738	88,1	59,3	-9,6	34,3
Despesas com o pessoal	101	102	110	121	121	91,7	84,8	1,8	10,1
Aquisição de bens e serviços	179	184	195	356	412	92,0	51,6	2,4	82,5
Bens	18	15	22	47	46	82,2	32,5	-13,7	118,3
Serviços	162	168	173	309	365	93,2	54,5	4,2	78,0
Outras despesas correntes	30	6	42	67	67	72,6	8,9	-80,2	60,5
Subsídios	0	0	0	0	0	100,0	0,0	-100,0	99,8
Juros e outros encargos	135	109	159	135	135	84,9	80,7	-19,2	-15,0
Transferências correntes	1	3	1	2	3	96,7	128,7	94,1	45,7
5. Despesa de capital	1 392	1 496	1 539	1 823	1 939	90,5	82,1	7,4	18,4
Investimentos	1 377	1 496	1 523	1 822	1 938	90,4	82,1	8,6	19,6
Concessões	1 177	1 433	1 297	1 659	1 790	90,8	86,4	21,8	28,0
Outros investimentos	200	63	227	163	149	88,2	38,4	-68,7	-28,2
Transferências de capital	16	0	16	1	1	100,0	0,0	-100,0	-94,1
6. Despesa efetiva (4+5)	1 839	1 900	2 046	2 504	2 677	89,9	75,8	3,3	22,4
7. Saldo global (3-6)	-697	-751	-635	-1 131	-1 218				
Por memória:									
Contribuição de serviço rodoviário	595	609	649	683	683	91,8	89,2	2,3	5,3

Fonte: Sistemas aplicativos da DGO. | Nota: A empresa Infraestruturas de Portugal foi criada em 2015 através da fusão entre a empresa Estradas de Portugal e a REFER, pelo que a execução em 2015 resulta da soma da execução orçamental destas duas entidades. IMT: Instituto da Mobilidade e dos Transportes. A coluna "OE/2016 + Alt. Orç." refere-se à previsão corrigida (receita) e dotação orçamental corrigida (despesa) na base de dados no final de novembro 2016. Na previsão corrigida exclui-se a receita em ativos incorpóreos (90 M€) devido ao facto de a estimativa de execução para 2016 não incluir esta receita. De acordo com esclarecimento adicional da DGO a receita de contribuição de serviço rodoviário para 2016 independentemente da classificação contabilística mantém-se em 682,8 M€. No entanto, a soma das parcelas de contribuição de serviço rodoviário constante na previsão corrigida de novembro de 2016 apresenta um montante superior (845,8 M€).

28 Relativamente à receita, registou-se um grau de execução superior ao observado no mesmo período do ano anterior. O montante registado como receita relativa à contribuição de serviço rodoviário (independentemente da classificação contabilística no biénio 2015-2016) foi de 609 M€, o que corresponde a uma subida 2,3%.³¹ ³² Com efeito, o grau de execução desta receita situou-se em 89,2%, sendo 2,6 p.p. abaixo do verificado no período homólogo. Relativamente à receita proveniente de portagens, esta registou uma descida de 1,6%, o que compara com o crescimento previsto no OE/2016 (3%). De referir que no OE/2016 se encontrava orçamentada uma receita de capital em ativos incorpóreos no montante de 90 M€ no âmbito da concessão da exploração da IP Telecom, a qual não se deverá concretizar em 2016 de acordo com a informação constante na estimativa de execução para 2016. Adicionalmente, para 2016 encontra-se orçamentada uma receita corrente no âmbito de indemnizações compensatórias provenientes do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), que também não regista execução até novembro.³³ No que se

³¹ No OE/2016 a classificação contabilística da receita relativa à contribuição de serviço rodoviário passou para transferências correntes e de capital provenientes do subsector Estado. No entanto, durante a vigência do orçamento transitório vigorou no 1.º trimestre de 2016 a classificação contabilística do ano anterior, i.e. receita de impostos indiretos.

³² Quanto à contribuição de serviço rodoviário, de referir que a previsão corrigida em novembro de 2016 para o total do ano é de 845,8 M€ (163 M€ + 682,8 M€). No entanto, de acordo com esclarecimento adicional da DGO o montante total para esta receita em 2016 permanece em 682,8 M€.

³³ No entanto, de referir que de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 37-B/2016, de 30 de junho, o montante de indemnizações compensatórias em 2016 a processar do IMT para a empresa Infraestruturas de Portugal em 2016 foi fixado em 50 M€, um valor superior aos 36 M€ orçamentados no orçamento inicial. Adicionalmente, deve notar-se que a dotação provisional foi reafectada em 13,9 M€ para efeitos de reforço da dotação orçamental das transferências para o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, que por sua vez tem em vista o pagamento de indemnizações compensatórias à empresa Infraestruturas de Portugal.

refere à receita não efetiva do saldo da gerência anterior, registou-se o montante de 414 M€ até novembro de 2016 por integração do saldo. Contudo, na eventualidade de esta integração de receita se concretizar como financiamento para efeitos de despesa efetiva, esta integração terá consequências ao nível do saldo orçamental.

29 No que se refere à despesa, quer a componente corrente quer a componente de capital evidenciaram um grau de execução abaixo do registado no período homólogo. Até novembro de 2016, a despesa apresentou um grau de execução de 75,8%, situando-se 14,1 p.p. abaixo do verificado no período homólogo, sendo o diferencial mais significativo na despesa corrente devido à aquisição de bens e serviços. Quanto à despesa de capital, de destacar a despesa classificada como investimento, sobretudo as concessões rodoviárias no montante de 1433 M€ (grau de execução de 86,4% do orçamento inicial) e os outros investimentos com grau de execução de 38,4%. Adicionalmente, importa referir que se verificaram alterações orçamentais até novembro de 2016 da dotação orçamental de despesa no valor de 173 M€, o qual inclui o pagamento da empresa Infraestruturas de Portugal à Autoestradas Transmontana.³⁴ A receita relativa ao mês de dezembro de 2015 registou um montante proveniente da União Europeia para financiar o pagamento à Autoestradas Transmontana.³⁵ De salientar que na dotação orçamental da despesa incide a aplicação de cativos definidos na Lei do OE/2016, bem como no Decreto-Lei de execução orçamental, o que pode contribuir para a não execução de uma parte da dotação orçamental.³⁶

30 Quanto à execução orçamental da empresa Infraestruturas de Portugal por "medidas orçamentais", merecem destaque tanto a componente ferroviária como a componente Parcerias Público-Privadas, as quais registaram até novembro de 2016 um défice inferior ao previsto para o conjunto do ano. Os défices subjacentes ao OE/2016 para as componentes ferroviária e Parcerias Público-Privadas são de 185 M€ e 934 M€, respetivamente, sendo que até novembro os défices verificados situaram-se em 56 M€ e 710 M€ (Tabela 22).

Tabela 22 – Saldos das medidas da empresa Infraestruturas de Portugal
(em milhões de euros)

	Jan-novembro		Anual		
	2015	2016	CGE 2015	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.
1. Componente rodoviária	57	15	196	-12	-16
2. Componente ferroviária	-206	-56	-224	-185	-171
3. Parcerias Público-Privadas	-548	-710	-608	-934	-941
4. Saldo global (1+2+3)	-697	-751	-635	-1 131	-1 128

Fonte: Sistemas aplicativos da DGO. | Nota: A empresa Infraestruturas de Portugal foi criada em 2015 através da fusão entre a empresa Estradas de Portugal e a REFER, pelo que a execução em 2015 resulta da soma da execução orçamental destas duas entidades.

31 No que se refere à componente ferroviária, verificou-se um baixo grau de execução tanto na despesa como na receita quando comparado com o ano anterior. Até novembro de 2016, o défice da componente ferroviária situou-se em 56 M€ (Tabela 23), aquém do défice previsto no OE/2016 (185 M€), o que reflete um grau de execução da despesa (55,3%) inferior ao registado na receita (68,9%). No lado da receita, o baixo grau de

³⁴ De acordo com esclarecimento da DGO, o reforço da dotação orçamental de despesa com concessões inclui um crédito especial (163 M€) associado à receita cobrada em contribuição de serviço rodoviário no âmbito do orçamento transitório de 2016.

³⁵ As alterações orçamentais da dotação de despesa em concessões (investimento) no sentido de acomodar o pagamento à Autoestradas Transmontana ocorreram em 2016. A coluna "OE/2016 + Alt. Orç." da Tabela 21, Tabela 22 e Tabela 24 inclui esta despesa. Relativamente ao financiamento proveniente da União Europeia, este ocorreu em dezembro de 2015 e encontra-se incluído na CGE/2015 registado em transferências de capital (Tabela 21, Tabela 22 e Tabela 25).

³⁶ De acordo com entrevista do Presidente da empresa Infraestruturas de Portugal à imprensa, publicada no Jornal de Negócios no dia 26 de outubro por ocasião da apresentação de contas do 2.º trimestre de 2016, o montante total de cativos é cerca de 322,5 M€, composto por cativos da Lei do OE/2016 e cativos adicionais definidos no Decreto-Lei de execução orçamental.

execução é justificado pela ausência das transferências do IMT por conta de indemnizações compensatórias, bem com da ausência de receita proveniente de ativos incorpóreos no âmbito da concessão da IP Telecom, o que foi compensado em parte pelo elevado grau de execução das transferências de capital da União Europeia. Relativamente à despesa, verificou-se uma baixa execução da aquisição de bens e serviços em conservação de bens e matérias-primas, bem como construções, infraestruturas e dos outros investimentos.

Tabela 23 – Componente ferroviária da empresa Infraestruturas de Portugal
(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	Jan-novembro		Anual			Grau de execução		Taxa de variação	
	2015	2016	CGE 2015	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.	2015	OE/2016	Jan-novembro	OE/2016
Componente ferroviária									
1. Receita	155	234	193	340	349	80,3	68,9	51,2	76,2
Contribuição de serviço rodoviário		42		59	58		71,1	-	-
Transferências do Estado	29		35			81,2		-100,0	-100,0
Transferências do IMT		0		40	54		0,0	-	-
Vendas de bens e serviços correntes	103	97	119	107	107	86,9	90,6	-6,1	-9,9
Transferências de capital da UE	13	71	24	45	43	51,9	155,8	456,3	85,4
Ativos incorpóreos		0		69	0		0,0	-	-
2. Despesa	361	290	417	525	520	86,5	55,3	-19,5	26,0
Despesa com pessoal	71	63	77	74	74	91,6	84,3	-11,7	-4,0
Matéria-primas e subsidiárias	16	14	19	43	42	82,6	32,3	-13,0	122,7
Conservação de bens	60	47	64	96	103	93,4	48,6	-21,6	50,6
Outras aquisições de bens e serviços	32	30	35	54	56	89,8	56,1	-4,4	53,0
Juros e outros encargos	122	98	143	122	122	84,8	80,6	-19,4	-15,2
Reserva e outras despesas correntes	3	0	3	11	11	98,2	0,0	-100,0	288,4
Construções e infraestruturas	32	30	42	94	90	75,5	32,0	-6,0	121,6
Outros investimentos	3	2	5	23	15	57,1	10,7	-12,4	368,5
3. Saldo (1-2)	-206	-56	-224	-185	-171				

Fonte: Sistemas aplicacionais da DGO. | Nota: A empresa Infraestruturas de Portugal foi criada em 2015 através da fusão entre a empresa Estradas de Portugal e a REFER, pelo que a execução em 2015 resulta da soma da execução orçamental destas duas entidades. IMT: Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

32 Ainda no que diz respeito à componente ferroviária, é de destacar a existência de um plano de investimentos ferroviários para o período entre 2016-2021, o qual prevê investimentos em nova construção, modernização e eletrificação de linhas. O montante previsto para o investimento em ferrovia para o período 2016-2021 é de cerca de 2720 M€, sendo parte do financiamento assegurado pela empresa Infraestruturas de Portugal no montante de 920 M€. ³⁷ Relativamente ao ano 2016, estava prevista a intervenção na rede ferroviária com financiamento no orçamento da empresa Infraestruturas de Portugal no montante de 85 M€. Ainda para 2016 estava programado no referido Plano de Investimentos um conjunto alargado de concessões e adjudicações, com especial incidência no 2.º semestre.

33 Relativamente à medida relativa a Parcerias Público-Privadas, verificou-se um défice aquém do aprovado no OE/2016, mas superior ao verificado no período homólogo. No período janeiro-novembro de 2016 o défice registado (710 M€) situou-se abaixo do previsto para o total do ano 2016 (Tabela 24). O grau de execução da receita foi de 99,5% do OE/2016, desagregando-se em 103% na parcela da contribuição de serviço rodoviário atribuída à medida Parcerias Público-Privadas e em 95% para a receita proveniente de portagens. De salientar que a receita de portagens até novembro de 2016 encontra-se acima do montante nominal atribuído a esta medida no ano 2015, mas refletindo uma taxa de variação (6,8%) aquém do previsto no OE/2016 (11,7%). Relativamente à despesa, o grau de execução situou-se em 86,5% determinado essencialmente pelo pagamento a concessões e subconcessões da IP. ³⁸ No entanto, de salientar que no âmbito das alterações orçamentais da competência do Governo, a dotação orçamental para despesa com concessões e subconcessões rodoviárias foi alterada de 1659 M€ para 1790 M€, o que pode originar uma deterioração do saldo face ao aprovado no OE/2016 na eventualidade de se concretizar a execução integral.

³⁷ De acordo com o [Plano de investimentos em infraestruturas em Ferrovia 2020](#).

³⁸ Relativamente à dotação orçamental corrigida para despesa em concessões, foi alterada de 1659 M€ no orçamento inicial (OE/2016) para 1790 M€ até ao final de novembro.

Tabela 24 – Componente Parcerias Público-Privadas da empresa Infraestruturas de Portugal

(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	Jan-novembro		Anual			Grau de execução		Taxa de variação	
	2015	2016	CGE 2015	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.	2015	OE/2016	Jan-novembro	OE/2016
Parcerias Público-Privadas									
1. Receita	641	746	696	750	873	92,1	99,5	16,4	7,7
Contribuição de serviço rodoviário	349	434	402	421	545	86,7	103,0	24,5	4,8
Portagens	292	312	294	328	328	99,4	95,0	6,8	11,7
2. Despesa	1 188	1 456	1 304	1 683	1 814	91,2	86,5	22,5	29,1
Concessões	1 177	1 433	1 297	1 659	1 790	90,8	86,4	21,8	28,0
3. Saldo (1-2)	-548	-710	-608	-934	-941				

Fonte: Sistemas aplicacionais da DGO. | Nota: A empresa Infraestruturas de Portugal foi criada em 2015 através da fusão entre a empresa Estradas de Portugal e a REFER, pelo que a execução em 2015 resulta da soma da execução orçamental destas duas entidades. O valor da receita de portagens da coluna CGE/2015 difere do que consta na Tabela 21 porque em novembro de 2015 foi afetado um montante de 24,8 M€ de receita de portagens à componente rodoviária.

34 Quanto à componente rodoviária da empresa Infraestruturas de Portugal, verificou-se um excedente até novembro de 2016 em contraste com o défice previsto para o total do ano. Até novembro de 2016, registou-se um baixo grau de execução da despesa (51,8%) essencialmente sobretudo em aquisição de bens e serviços, nomeadamente em conservação de bens e aquisição de outros bens e serviços (Tabela 25). Além disso, no OE/2016 registou-se a reserva orçamental no montante de 31,9 M€, a qual não foi redistribuída até novembro. Relativamente à receita, o grau de execução situou-se em 59,4%, sobretudo determinado pelo montante atribuído no âmbito da contribuição de serviço rodoviário à componente rodoviária. Para o baixo grau de execução da receita, destaca-se também o contributo da venda de bens e serviços correntes e da ausência de receita relativa a ativos incorpóreos.

Tabela 25 – Componente rodoviária da Infraestruturas de Portugal
(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	Jan-novembro		Anual			Grau de execução		Taxa de variação	
	2015	2016	CGE 2015	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.	2015	OE/2016	Jan-novembro	OE/2016
Componente rodoviária									
1. Receita	347	168	522	283	328	66,4	59,4	-51,4	-45,7
Contribuição de serviço rodoviário	247	133	247	202	244	100,0	65,7	-46,2	-18,0
Portagens	25		25			100,0		-100,0	-100,0
Outras taxas, multas e penalidades	2	2	3	7	7	83,2	26,9	-21,5	142,4
Vendas de bens e serviços correntes	3	4	4	23	23	92,5	17,8	22,0	535,4
Transferências de capital da UE	62	20	230	21	24	27,1	96,1	-67,9	-91,0
Ativos incorpóreos		0		22			0,0	-	-
2. Despesa	290	153	326	296	344	89,0	51,8	-47,1	-9,1
Despesa com pessoal	30	40	32	46	47	91,9	85,6	34,1	44,0
Conservação de bens	39	59	47	104	149	84,9	56,6	49,1	123,7
Outras aquisições de bens e serviços	21	11	23	35	38	90,9	32,0	-47,2	49,8
Impostos e taxas	20	2	28	2	2	72,9	100,8	-92,0	-94,2
Outras despesas correntes	0	0	0	17	17	98,5	0,0	-98,6	-
Reserva				32	32			-	-
Investimento	165	30	179	45	45	92,1	66,2	-81,9	-74,8
3. Saldo (1-2)	57	15	196	-12	-16				

Fonte: Sistemas aplicacionais da DGO. | Nota: A empresa Infraestruturas de Portugal foi criada em 2015 através da fusão entre a empresa Estradas de Portugal e a REFER, pelo que a execução em 2015 resulta da soma da execução orçamental destas duas entidades.

Execução do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

35 O saldo orçamental até novembro de 2016 do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) foi superior ao registado no período homólogo. O saldo orçamental até novembro de 2016 foi excedentário no montante de 5 M€, o que reflete uma subida homóloga de 144 M€ e que compara com um saldo nulo aprovado no OE/2016 (Tabela 26). Para este resultado contribuiu o crescimento da receita efetiva até novembro (62,8%) essencialmente devido à receita proveniente de fundos comunitários, o que foi em parte compensado pelo aumento da despesa efetiva (13,9%). As taxas de variação registadas até novembro são superiores às variações implícitas quer ao OE/2016 quer ao orçamento corrigido, tanto na receita como na despesa. De salientar que o IFAP é um organismo intermediário de fundos comunitários, pelo que regista receita e despesa de transferências comunitárias que têm como finalidade a execução por entidades beneficiárias finais. O registo entre receita/despesa efetiva e operações

extraorçamentais depende da existência de contrapartida pública nacional.³⁹

36 Tendo por referência a decomposição entre financiamento comunitário e financiamento nacional, conclui-se que o aumento homólogo até novembro de 2016 do saldo global do IFAP é justificado pelo contributo da componente comunitária. O saldo obtido entre receita e despesa com financiamento nacional situou-se em 9 M€ e refletiu uma deterioração homóloga de 13 M€. O saldo decorrente da receita com fundos comunitários e da respetiva despesa foi negativo no montante de 3 M€, o que compara com o défice registado na componente comunitária do período homólogo (-161 M€), o que corresponde a uma melhoria homóloga de 157 M€ (até outubro de 2016 a variação homóloga desta componente tinha sido de 212 M€). Relativamente ao grau de execução da componente comunitária até novembro de 2016, este foi superior a 100% do aprovado no OE/2016 tanto para a receita como para a despesa. De salientar que para a concretização do objetivo do OE/2016 será necessário que no mês de dezembro de 2016 se verifique um saldo de 3 M€ na componente comunitária.

Tabela 26 – Execução do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	Jan-novembro		Anual			Grau de execução		Taxa de variação	
	2015	2016	CGE 2015	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.	2015	OE/2016	Jan-novembro	OE/2016
1. Receita corrente	185	346	287	264	398	64,5	130,9	87,2	-7,8
Transferências correntes	160	325	255	251	372	62,6	129,5	103,6	-1,5
Administração central	72	75	143	87	98	50,3	86,7	4,1	-39,7
União Europeia	88	250	106	159	274	83,0	157,5	185,4	50,5
Outras receitas correntes	25	21	32	13	26	79,3	157,2	-17,2	-58,3
Financiamento comunitário	11	7	12	2	4	89,2	313,2	-34,4	-81,3
2. Receita de capital	148	197	195	293	239	75,9	67,1	32,4	49,9
Transferências de capital	148	197	195	292	239	75,9	67,3	32,4	49,5
União Europeia	108	142	151	232	181	71,7	61,4	31,1	53,3
Outras receitas de capital	0	0	0	1	1		0,0		
3. Receita efetiva (1+2)	333	543	482	557	637	69,1	97,4	62,8	15,6
4. Despesa corrente	241	350	343	261	414	70,2	134,2	45,2	-24,0
Despesas com o pessoal	18	19	20	21	21	92,2	89,4	1,4	4,5
Aquisição de bens e serviços	13	8	16	14	17	80,5	57,0	-40,6	-16,1
Financiamento comunitário	5	0	6	3	3	81,5	0,4	-99,8	-50,0
Juros e outros encargos	0	1	1	3	1	54,6	26,9	45,5	195,0
Transferências correntes	180	295	215	169	323	83,5	174,4	64,5	-21,2
Financiamento comunitário	145	234	156	125	246	93,2	186,7	61,2	-19,5
Subsídios	29	27	34	54	52	85,5	50,5	-7,1	57,3
Financiamento comunitário	22	20	24	30	30	92,3	68,5	-6,3	26,2
Outras despesas correntes	0	0	57	1	1	0,6	56,7	-6,1	-99,0
5. Despesa de capital	231	188	244	297	228	94,6	63,3	-18,8	21,4
Investimentos	1	0	1	1	1	80,5	19,7	-62,6	52,6
Financiamento comunitário	0	0	0	0	0		0,0		
Transferências de capital	230	187	243	295	226	94,7	63,5	-18,7	21,2
Financiamento comunitário	196	148	206	234	181	95,0	63,3	-24,1	13,8
Outras despesas de capital	1	0	1	1	1	100,0	53,2	-22,5	45,5
6. Despesa efetiva (4+5)	472	538	587	557	642	80,4	96,5	19,9	-5,1
7. Saldo global (3-6)	-139	5	-105	0	-4				
Por memória:									
Receita proveniente de financiamento comunitário	207	400	269	393	460	77,0	101,7	93,0	46,0
Despesa por conta de financiamento comunitário	368	403	392	393	460	93,9	102,6	9,6	0,3
Saldo de financiamento comunitário	-161	-3	-123	0	0				

Fonte: Sistemas aplicacionais da DGO. | Nota: A coluna "OE/2016 + Alt. Orç." refere-se à previsão corrigida (receita) e dotação orçamental corrigida (despesa) na base de dados no final de novembro 2016.

Execução do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

37 Até novembro de 2016, o saldo orçamental do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) situou-se acima do verificado no período homólogo e do saldo aprovado no OE/2016. O saldo orçamental até novembro de 2016 foi superavitário no valor de 82 M€, refletindo uma subida de 79 M€ face ao período homólogo (Tabela 27). Tendo como referência o saldo aprovado no OE/2016, o excedente orçamental registado até ao final de novembro ficou acima do saldo nulo implícito ao objetivo para o total do ano 2016.

38 Quanto à desagregação entre financiamento comunitário e financiamento nacional, verifica-se que tanto a componente comunitária como a componente nacional contribuíram para o

³⁹ No período janeiro-novembro de 2016, o IFAP registou tanto receita extraorçamental como despesa extraorçamental, atingindo 674,2 M€ e 671,8 M€, respetivamente. Esta refere-se a transferências a favor dos beneficiários finais sem contrapartida nacional, fazendo o IFAP a intermediação entre a União Europeia e o beneficiário dos fundos.

aumento homólogo do saldo global do IEFP. O saldo registado até novembro de 2016 entre receitas e despesas com fonte de financiamento comunitárias foi negativo (-24 M€), o que compara com um saldo de 3 M€ que consta na Lei do OE/2016. No entanto, de destacar que no período janeiro-novembro de 2015 o saldo entre receita e despesa com financiamento comunitário foi de -59 M€. Deste modo, assistiu-se a uma melhoria homóloga até novembro no que se refere apenas à componente comunitária de receita e despesa no valor de 35 M€ (até outubro de 2016 esta melhoria homóloga tinha sido de 111 M€). Com efeito, para a concretização do objetivo implícito ao OE/2016 seria necessário que na execução mensal de dezembro de 2016 o saldo entre receita e despesa financiada por fontes comunitárias se situe em 27 M€.

Tabela 27 – Execução do Instituto de Emprego e Formação Profissional
(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	Jan-novembro		Anual			Grau de execução		Taxa de variação	
	2015	2016	CGE 2015	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.	2015	OE/2016	Jan-novembro	OE/2016
1. Receita corrente	784	775	885	938	938	88,6	82,6	-1,2	6,0
Transferências correntes	768	764	867	920	920	88,6	83,0	-0,4	6,2
Segurança social, financiamento nacional	495	495	495	531	531	99,9	93,1	0,0	7,3
Segurança social, financiamento comunitário	273	254	371	389	389	73,5	65,3	-6,7	5,0
União Europeia	0	0	0	0	0	0,0	0,0	-73,6	-100,0
Outras receitas correntes	16	10	18	17	17	89,9	59,3	-35,7	-2,5
Financiamento comunitário	0	0	0	0	0			26,1	-100,0
2. Receita de capital	0	1	0	0	0	33,9	-	820,5	-99,9
Transferências de capital	0	0	0	0	0	33,1	-	-40,9	-100,0
Administração central, financiamento comunitário	0	0	0	0	0	81,8	-	-100,0	-100,0
União Europeia	0	0	0	0	0	0,0	-	0,0	-100,0
Outras receitas de capital	0	1	0	0	0	100,0	-	-	-89,6
3. Receita efetiva (1+2)	784	775	885	938	938	88,6	82,7	-1,1	6,0
4. Despesa corrente	771	682	910	913	916	84,7	74,7	-11,6	0,4
Despesas com o pessoal	89	124	98	137	137	91,1	90,1	39,1	40,6
Aquisição de bens e serviços	96	77	115	97	123	83,1	79,8	-19,6	-16,3
Financiamento comunitário	65	69	71	82	109	92,4	83,8	5,3	16,0
Transferências correntes	145	124	159	176	161	91,2	70,7	-13,9	10,9
Financiamento comunitário	63	40	73	76	61	85,9	52,1	-36,7	4,2
Subsídios	430	351	525	478	470	82,0	73,4	-18,6	-9,0
Financiamento comunitário	197	166	269	222	212	73,3	74,7	-15,9	-17,6
Outras despesas correntes	11	6	13	26	25	85,1	24,2	-44,6	95,1
Financiamento comunitário	6	2	3	1	3	213,3	154,3	-62,2	-47,8
5. Despesa de capital	10	12	18	24	24	56,0	48,6	15,3	32,7
Investimentos	7	9	15	21	20	47,3	39,9	22,2	44,8
Financiamento comunitário	1	2	2	5	4	72,3	38,6	44,7	170,6
Transferências de capital	3	3	4	3	4	90,6	108,7	0,9	-15,9
6. Despesa efetiva (4+5)	781	694	928	938	939	84,2	74,0	-11,2	1,0
7. Saldo global (3-6)	3	82	-43	0	-2				
Por memória:									
Receita proveniente de financiamento comunitário	273	255	372	389	389	73,5	65,4	-6,8	4,8
Despesa por conta de financiamento comunitário	332	278	417	386	388	79,6	72,0	-16,2	-7,4
Saldo de financiamento comunitário	-59	-24	-45	3	1				

Fonte: Sistemas aplicacionais da DGO. | Nota: A coluna "OE/2016 + Alt. Orç." refere-se à previsão corrigida (receita) e dotação orçamental corrigida (despesa) na base de dados no final de novembro 2016.

Grau de execução da despesa efetiva por programa orçamental

39 Neste capítulo apresenta-se a execução da despesa efetiva da administração central, consolidada de transferências e por programa orçamental. Na Tabela 28 apresenta-se a execução e os limites para a despesa financiada por receitas gerais aprovados pela Lei n.º 7-C/2016, de 31 de março, que aprovou o Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) para os anos 2016-2019 e que se encontra refletida na Lei do OE/2016. Identifica-se de seguida o grau de execução da despesa efetiva consolidada da administração central para o período janeiro-novembro de 2016 de cada programa orçamental e os aspetos mais relevantes. De referir que no QPPO relativo ao ano 2016 divulgado no âmbito do relatório do OE/2017, em comparação com o aprovado na Lei do OE/2016, manteve-se o mesmo limite para 2016.

- O programa orçamental P001-Órgãos de Soberania inclui os montantes das transferências do Orçamento do Estado para a administração regional e local de 496,3 M€ e 2323,6 M€, respetivamente, para o período janeiro-novembro de 2016. Os graus de execução foram de 100% e 92,1%, respetivamente;
- O programa orçamental P004-Finanças regista a transferência da contribuição financeira para a União Europeia no montante de 1464,6 M€, o que reflete um grau

de execução 82,2%. Quanto aos subsídios e indemnizações compensatórias (inclui classificação económica transferências correntes e subsídios), a execução situou-se em 92,8 M€, o que corresponde a 86,5% do valor orçamentado no OE/2016.

iii) O programa orçamental P006-Defesa regista a despesa no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM) e da Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM). A execução da LPM situou-se em 189,5 M€, o que corresponde a um grau de execução de 66,4%, enquanto a LPIM não registou execução até novembro (montante orçamentado no OE/2016 foi de 20 M€);

iv) O programa orçamental P009-Cultura apresenta um baixo grau de execução (21,3%) da despesa financiada por receitas gerais devido uma classificação contabilística na empresa RTP que não se encontra em conformidade com o OE/2016, nomeadamente a classificação da receita da contribuição para o audiovisual. Deste modo, a RTP tem registado a execução daquela receita enquanto receita própria de taxas, sendo que na Lei do OE/2016 o registo ficou determinado como impostos indiretos do Estado e transferência para a RTP e, portanto, financiando despesa através de receitas gerais. Admitindo que a classificação contabilística estaria de acordo com a Lei do OE/2016, o grau de execução do P009 Cultura seria de 85% até novembro;

v) No programa orçamental P011 inclui como principal componente os estabelecimentos de educação e ensinos básico e secundário, a qual apresentou uma execução de 4516,8 M€ (grau de execução de 100,7% do OE/2016), destacando-se o montante das despesas com pessoal (4174,6 M€). O reforço da dotação orçamental teve como principal contrapartida a dotação para a reversão remuneratória (179,2 M€). Quanto à empresa Parque Escolar, a execução foi de 74,4 M€, o que reflete um grau de execução do OE/2016 de 40,3%;

vi) O programa orçamental P012-Trabalho, Solidariedade e Segurança Social regista a transferência do OE para o subsector da segurança social no âmbito da Lei de Bases, no valor de 7699 M€, o que reflete um grau de execução de 94,2%. Quanto à Caixa Geral de Aposentações e ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, a execução foi de 8955,5 M€ e 609,3 M€, respetivamente, sendo que os graus de execução de 91,9% e 72,6%;

vii) O programa orçamental P013-Saúde tem como principais componentes de despesa a aquisição de bens e serviços e as despesas com pessoal. A execução no período janeiro-novembro foi de 9158,8 M€ e de 3426 M€, respetivamente, sendo os graus de execução de 94,7% e 90,9%;⁴⁰

viii) A execução orçamental do P014-Planeamento e Infraestruturas foi de 2370,2 M€, tendo como principal entidade a empresa Infraestruturas de Portugal no valor de 1900 M€ (75,9% do orçamentado no OE/2016);

ix) O P015-Economia apresenta um baixo grau de execução da despesa financiada por receitas gerais (12,8%), essencialmente justificado pela ausência de execução da despesa do Fundo para a Sustentabilidade Sistemática do Setor Energético (no OE/2016 registou-se 90 M€);

x) O programa orçamental P016-Ambiente apresentou um grau de execução de 48,4%, essencialmente devido à despesa

com investimento no valor de 29,4 M€ (grau de execução de 16,1%), bem como à execução do Fundo Português de Carbono em 52 M€ (com grau de execução de 39,2%).

Tabela 28 - Despesa efetiva consolidada da administração central: grau de execução dos programas orçamentais
(em milhões de euros e em percentagem)

	Despesa efetiva consolidada da administração central			Despesa efetiva consolidada da administração central, financiada por receitas gerais			Despesa efetiva do subsector Estado, financiada por receitas gerais		
	OE/2016	Execução jan-nov	Grau de execução OE/2016 %	QPO OE/2016 Let do OE/2016	Execução jan-nov	Grau de execução OE/2016 %	Execução jan-nov	Grau de execução OE/2016 %	
Programas									
P001 - Órgãos de Soberania	3 175	2 962	93,3	3 159	2 934	92,9	2 960	93,7	
P002 - Governação	152	107	70,7	110	82	74,4	87	78,4	
P003 - Representação	383	308	80,4	285	244	85,6	242	85,1	
Externa									
P004 - Finanças	3 955	3 027	76,5	2 592	1 885	72,7	2 005	77,4	
P005 - Encargos da Dívida (Juros)	7 548	7 320	97,0	7 546	7 319	97,0	7 319	97,0	
P006 - Defesa	2 200	1 575	71,6	1 722	1 371	79,6	1 372	79,7	
P007 - Segurança Interna	1 999	1 765	88,3	1 613	1 489	92,3	1 493	92,6	
P008 - Justiça	1 382	1 194	86,4	742	685	92,3	679	91,6	
P009 - Cultura	419	365	87,3	275	59	21,3	77	28,0	
P010 - Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2 271	1 852	81,5	1 397	1 170	83,8	1 256	89,9	
P011 - Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	5 822	5 253	90,2	5 081	4 803	94,5	4 837	95,2	
P012 - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	19 716	18 054	91,6	13 586	12 720	93,6	12 720	93,6	
P013 - Saúde	13 921	12 712	91,3	7 971	6 501	81,6	7 307	91,7	
P014 - Planeamento e Infraestruturas	3 253	2 370	72,9	762	395	51,8	482	63,2	
P015 - Economia	622	308	49,5	202	26	12,8	92	45,6	
P016 - Ambiente	872	422	48,4	80	24	29,5	44	54,8	
P017 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	950	783	82,4	295	233	79,0	244	82,8	
P018 - Mar	80	41	50,8	36	24	66,7	25	68,6	
Despesa efetiva, excluindo dotação provisional	68 719	60 419	87,9	47 454	41 962	88,4	43 241	91,1	
Dotação para a reversão remuneratória	447	264	59,0	447	264	59,0	264	59,0	
Dotação provisional: outras despesas correntes	502	16	3,2	502	16	3,2	16	3,2	
Despesa efetiva	69 668	60 699	87,1	48 403	42 242	87,3	43 521	89,9	
<i>Por memória: Despesa primária</i>	65 713	57 673	87,8	45 811	40 357	88,1	41 516	90,6	

Fonte: Sistemas aplicativos da DGO. | Nota: O montante de dotação provisional encontra-se evidenciado fora do P004 - Finanças no sentido de permitir uma melhor avaliação da execução de cada programa. Os valores de execução da base de dados não incluem alguns organismos que não reportaram informação. Os valores orçamentados para cada programa orçamental referem-se aos montantes implícitos à Lei do OE/2016. A despesa financiada por receitas gerais tem como fonte de financiamento fundos do Orçamento do Estado, tais como receita proveniente de impostos e dívida direta do Estado. Por outro lado, a despesa financiada por receita própria tem como fonte de financiamento fundos arrecadados pelo organismo durante a atividade, tais como multas, rendimentos de propriedade, taxas, vendas, impostos consignados e fundos comunitários. Os valores da aquisição de bens e serviços do P013-Saúde não se encontram consolidados, bem como os juros no âmbito da administração central.

Caixa 1 - Ajustamentos efetuados à execução orçamental das administrações públicas

Na Tabela 1 seguinte apresenta-se a variação ajustada do saldo global das administrações públicas, identificando-se cada um dos fatores que, por assumirem um carácter específico e influenciarem a comparabilidade para o biénio 2015-2016, foram ajustados na execução orçamental, bem como nos referenciais anuais. A identificação é efetuada com especificação do subsector e do âmbito do respetivo impacto (receita, despesa ou saldo). Os valores negativos indicam que se trata de um ajustamento com impacto negativo no saldo do subsector, enquanto valores positivos correspondem a impacto positivo.

(1) Exclusão das **transferências extraordinárias do OE para a segurança social**, em 2015 e 2016, sendo que se efetuam transferências mensais do subsector estado para a segurança social.

(2) Exclusão da receita de **concessões da SILOPOR e da IP Telecom**, no referencial do OE/2016, perfazendo em conjunto o montante de 130 M€, sendo que no âmbito da estimativa de execução para 2016 este montante deixou de estar previsto.

(3) Exclusão da receita proveniente de **restituições do orçamento da União Europeia a Portugal** para 2015 e 2016.

(4) As transferências do Fundo Social Europeu (FSE) para a segurança social e a respetiva aplicação em despesa com ações de formação

⁴⁰ De referir que os montantes apresentados não se encontram consolidados entre a aquisição de bens e serviços e as respetivas vendas de bens e serviços.

profissional são ajustadas ao sentido de assegurar o cumprimento do princípio da neutralidade dos fundos comunitários.

Tabela 1. Ajustamentos à conta das administrações públicas
(em milhões de euros)

	Subsetor	Âmbito	Referenciais anuais					
			Janeiro-novembro		2015			
			2015	2016	2015	OE/2016	Estimativa 2016	
Saldo global não ajustado			-4 730	-4 936	-4 752	-5 493	-5 500	
Ajustamentos c/efeito negativo no saldo:								
Transf. Extraordinária do OE para a Seg. Social (*)	(1)	Seg. Social	Receita	-894	-650	-894	-650	-650
Concessão da Silopor e da exploração da IP Telecom	(2)	Ad. Central	Receita	0	0	0	-130	0
Restituições relativas à contribuição para a União Europeia	(3)	Estado	Receita	-36	-115	-36	-115	-115
Transferências FSE	(4)	Seg. Social	Receita/Despesa	-39	-138	-8	-25	-42
Correção da receita de ISP: contribuição de serviço rodoviário	(5)	Estado	Receita	0	-50	0	0	0
Receita de ISP e de imposto sobre o tabaco: alteração dos valores de janeiro de 2016	(6)	Estado	Receita	0	-149	149	0	0
Receita da contribuição para o audiovisual: uniformização contabilística	(7)	SFA	Receita	-159	-158	-173	0	0
Linearização das outras receitas correntes e diferenças de consolidação	(8)	Ad. Central	Receita	354	-100	0	0	0
Linearização das despesas com concessões da empresa Infraestruturas de Portugal	(9)	SFA	Despesa	-12	-252	0	0	0
Linearização da contribuição financeira para a União Europeia	(10)	Estado	Despesa	-36	-169	0	0	0
Outras receitas correntes: Centro Hospitalar de São João	(11)	SFA	Receita	0	0	0	0	0
Ajustamentos c/efeito positivo no saldo:								
Linearização dos juros da dívida pública	(12)	Estado	Despesa	481	557	0	0	0
Transf. Extraordinária do OE para a Seg. Social (*)	(1)	Estado	Despesa	894	650	894	650	650
Pag. dívidas anos anteriores - Local	(13)	Ad. Local	Despesa	9	0	11	0	0
Pag. dívidas anos anteriores - RAM	(14)	Ad. Regional	Despesa	168	0	204	0	0
Receita da contribuição para o audiovisual: uniformização contabilística	(7)	Estado	Receita	159	158	173	0	0
Ajustamentos em contas nacionais, exceto Banif	(15)	AP	Saldo	-1 254	649	-927	1 637	1 118
Efeito líquido dos ajustamentos				-364	234	-606	1 368	962
Saldo global ajustado				-5 094	-4 102	-5 358	-4 125	-4 538

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: (*) operações sem impacto no saldo global das administrações públicas, pois consolidam no perímetro das administrações públicas.

(5) Exclusão do montante relativo à receita mensal de 2016 de imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP) consignado e registado pela empresa Infraestruturas de Portugal (IP, SA). A Autoridade Tributária deixou de efetuar em março o abate à receita de ISP do valor consignado à IP, SA no âmbito da contribuição de serviço rodoviário, em conformidade com a Lei do OE/2016 que determina que a receita cobrada líquida total de ISP é registada integralmente na receita do subsetor Estado, sendo posteriormente efetuada a transferência para a empresa do montante de ISP consignado à contribuição de serviço rodoviário. No que se refere à empresa IP, SA a receita deixou de ser registada como imposto indireto e passou a ser registada como uma transferência proveniente do subsetor Estado. Durante a vigência do orçamento transitório vigorou o procedimento contabilístico de 2015. Face aos dados divulgados relativos ao período janeiro-abril, verificou-se uma revisão dos valores dos abates pela Autoridade Tributária efetuado em janeiro de 2016 no sentido de garantir a consistência com o registo da receita da IP, S.A.. No entanto, o aumento dos abates não se refletiu na receita líquida de janeiro de 2016, originado pela duplicação mensal em janeiro do valor abatido. De referir que se verifica uma diferença entre o valor de receita registado pela IP, S.A. (609 M€) e o montante apresentado no quadro 18 da Síntese de Execução Orçamental da DGO (663,2 M€).

(6) Exclusão do valor da revisão em alta efetuada sobre o mês de janeiro de 2016 no âmbito do imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e imposto sobre o tabaco. Esta alteração foi efetuada pela Autoridade Tributária aquando da divulgação dos dados acumulados para o período janeiro-abril de 2016 relativos ao ISP e ao imposto sobre o tabaco no montante total de 149,1 M€. De acordo com a Autoridade Tributária, esta alteração deveu-se aos efeitos decorrentes do Despacho n.º 86/2016-XXI de 29 de abril, o qual permitiu a revisão em alta da receita do mês de janeiro de 2016. O referido Despacho de abril revogou o Despacho n.º 13/2015-XXI de 29 de dezembro que determinava a inclusão da receita dos primeiros dias de janeiro enquanto receita do ano 2015 devido à tolerância de ponto do dia 31 de dezembro.

(7) Correção contabilística relativa à contribuição para o audiovisual no sentido de garantir a comparabilidade homogênea e a comparabilidade face ao objetivo anual. O relatório do OE/2016 refere que a receita da contribuição para o audiovisual passaria a ser registada em 2016 como imposto indireto do subsetor Estado, sendo posteriormente efetuada a respetiva transferência corrente para a RTP. No entanto, verifica-se que na execução de 2016 as classificações contabilísticas estão em desconformidade com a classificação contabilística definida no OE/2016, tendo-se mantido a mesma classificação do ano 2015 (i.e. a execução da receita relativa à contribuição para o audiovisual continua a ser registada em 2016 como taxas sobre a energia). De acordo com esclarecimento adicional da DGO, existem dificuldades para aplicação dos procedimentos contabilísticos para 2016, tendo a DGO enviado comunicação à RTP no sentido de efetuar as correções contabilísticas.

(8) Linearização das outras receitas corrente e diferenças de consolidação no âmbito da receita corrente devido ao elevado montante mensal verificado em dezembro de 2015. De acordo com a DGO, uma parte destas diferenças de consolidação reflete o facto da segurança social ter registado na receita como juros provenientes do subsetor Estado os rendimentos relativos aos instrumentos de dívida pública portuguesa detidos pela segurança social. No entanto, o subsetor Estado registou a despesa como pagamentos de juros a instituições financeiras, originando diferenças de consolidação.

(9) Linearização mensal do referencial anual da despesa em concessões e subconcessões da empresa Infraestruturas de Portugal para o biénio 2015-2016. As despesas para 2016 encontram-se contratualizadas e referem-se maioritariamente aos pagamentos às concessionárias e subconcessionárias de PPP rodoviárias. Neste ajustamento exclui-se o montante de pagamentos à Autoestradas Transmontana, o qual não se encontrava no orçamental inicial.

(10) Linearização da despesa relativa à contribuição financeira para a União Europeia devido ao diferente perfil intra-anual no biénio 2015-2016.

(11) Eliminação na receita mensal de setembro das outras receitas correntes devido à execução das vendas de bens e serviços do Centro Hospitalar de São João, EPE, cuja evolução não foi possível confirmar com a informação disponível na base de dados da DGO. De acordo com esclarecimento adicional da DGO, houve um lapso que se encontra corrigido na execução do período janeiro-outubro.

(12) Linearização mensal do referencial anual para a despesa com juros do subsetor Estado devido ao diferente perfil intra-anual no biénio 2015-2016.

(13) Exclusão das verbas para efeitos de pagamento de dívidas de anos anteriores por parte das autarquias ao abrigo do Programa de Assistência à Administração Local.

(14) Eliminação dos pagamentos de dívidas de anos anteriores por parte da administração regional da Madeira.

(15) Inclusão dos efeitos decorrentes dos ajustamentos entre contabilidade pública e contabilidade nacional, contribuindo para uma interpretação mais abrangente dos resultados. Para este efeito, considerou-se a publicação do INE no âmbito da contas nacionais até ao 3.º trimestre de 2016.

Caixa 2 – Impacto nos Mapas da Lei das propostas de alteração à PPL OE/2017 aprovadas pela Assembleia da República

O OE/2017 aprovado foi publicado recentemente em Diário da República através da Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro. Tendo em conta que foram aprovadas na Assembleia da República 173 propostas de alteração à PPL OE/2017, de um total de 433 propostas, apresenta-se de seguida o impacto orçamental vertido nos Mapas da Lei aprovados.

Para maior detalhe publica-se também em anexo uma compilação com a comparação dos valores constantes nos Mapas da PPL OE/2017 face aos valores aprovados nos Mapas do OE/2017. Com o mesmo nível de detalhe é também apresentada a variação anual para cada linha dos mapas, entre o OE/2016 e o OE/2017. Assim, identificaram-se os seguintes impactos orçamentais resultantes das propostas de alteração à PPP OE/2017 aprovadas na Assembleia da República:

- Aumento da receita dos serviços integrados com passivos financeiros (receita não efetiva) em 2823 M€, Dos quais 1073 M€ dizem respeito a títulos de curto prazo, 1298 M€ a títulos de médio e longo prazo e 452 m€ a empréstimos de curto prazo;
- Aumento das despesas excecionais dos serviços integrados (Ministério das Finanças, Capítulo 60) em 2793 M€; dos quais 2790 M€ respeitantes a despesa com ativos financeiros (despesa não efetiva) e cerca de 3 M€ em subsídios; acresce ainda o aumento das transferências correntes do Estado em 30 M€ destinadas à administração central - SFA (29 M€) e a outros setores das administrações públicas (1 M€);
- Ao nível dos serviços e fundos autónomos regista-se uma redução de 1 M€ tanto na receita como na despesa previstas para o Fundo de Fomento Cultural; o aumento de 30 M€ na receita (efetiva) e na despesa (não efetiva) do Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético;
- Ao nível da segurança social salienta-se que não foram repercutidos nos Mapas da Lei do OE/2017 aprovado quaisquer impactos orçamentais decorrentes das propostas de alteração à PPL OE/2017 aprovadas na Assembleia da República.

Tabela 29 – Conta consolidada (ajustada) das administrações públicas: estimativa de execução para 2016
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-novembro					Ref. Anual					Grau execução		Falta executar	
	Execução		Variação homóloga		Contributo p.p.	2015	Estimativa 2016	Variação homóloga		Contributo p.p.	2015	Estimativa 2016	2015	Estimativa 2016
	2015	2016	M€	%				M€	%					
RECEITA CORRENTE	66 983	67 378	395	0,6	0,6	74 246	76 079	1 833	2,5	2,4	90,2	88,6	7 263	8 701
Impostos diretos	18 589	17 706	-884	-4,8	-1,3	21 481	20 966	-515	-2,4	-0,7	86,5	84,5	2 892	3 260
Impostos indiretos	21 756	22 712	956	4,4	1,4	23 425	24 609	1 184	5,1	1,6	92,9	92,3	1 669	1 897
Contrib. de segurança social	16 867	17 488	622	3,7	0,9	18 663	19 347	684	3,7	0,9	90,4	90,4	1 796	1 859
Outras receitas correntes	9 387	9 414	28	0,3	0,0	10 258	11 033	776	7,6	1,0	91,5	85,3	871	1 619
Diferenças de consolidação	385	58				420	124							
DESPESA CORRENTE	67 967	69 448	1 481	2,2	2,1	75 459	78 136	2 677	3,5	3,3	90,1	88,9	7 493	8 689
Consumo público	27 886	28 433	547	2,0	0,8	31 320	31 920	600	1,9	0,7	89,0	89,1	3 434	3 487
Despesas com pessoal	17 314	17 938	623	3,6	0,9	18 941	19 521	581	3,1	0,7	91,4	91,9	1 626	1 583
Aq. bens e serv. e out. desp. corr.	10 572	10 495	-77	-0,7	-0,1	12 380	12 399	19	0,2	0,0	85,4	84,7	1 808	1 903
Aquisição de bens e serviços	9 931	9 871	-60	-0,6	-0,1	11 596	11 375	-221	-1,9	-0,3	85,6	86,8	1 665	1 504
Outras despesas correntes	641	625	-16	-2,6	0,0	784	1 024	240	30,6	0,3	81,8	61,0	142	399
Subsídios	1 068	1 060	-8	-0,8	0,0	1 349	1 765	416	30,9	0,5	79,2	60,1	281	705
Juros e outros encargos	7 182	7 425	243	3,4	0,3	8 036	8 273	238	3,0	0,3	89,4	89,7	854	849
Transferências correntes	31 830	32 528	697	2,2	1,0	34 754	35 666	912	2,6	1,1	91,6	91,2	2 924	3 139
Dotação provisional	0	16				0	502							
Diferenças de consolidação	0	2				0	10							
SALDO CORRENTE	-984	-2 069	-1 086			-1 213	-2 058	-844					-230	12
RECEITAS DE CAPITAL	1 398	1 481	83	5,9	0,1	2 001	2 305	304	15,2	0,4	69,9	64,3	603	824
Diferenças de consolidação	21	0				21	72							
DESPESAS DE CAPITAL	4 254	4 163	-92	-2,2	-0,1	5 218	5 903	685	13,1	0,8	81,5	70,5	964	1 741
Investimento	3 445	3 301	-145	-4,2	-0,2	4 320	4 545	224	5,2	0,3	79,8	72,6	875	1 244
Transferências de capital	700	794	95	13,6	0,1	786	1 012	227	28,9	0,3	89,0	78,5	86	218
Outras despesas de capital	94	52	-42	-44,9	-0,1	113	347	234	207,4	0,3	83,3	14,9	19	295
Diferenças de consolidação	15	16				0	0							
RECEITA EFETIVA	68 381	68 859	478	0,7	0,7	76 247	78 384	2 137	2,8	2,8	89,7	87,8	7 866	9 524
DESPESA EFETIVA	72 221	73 610	1 389	1,9	1,9	80 678	84 040	3 362	4,2	4,2	89,5	87,6	8 457	10 430
Ajustamento para contas nacionais	-1 254	649				-927	1 118						327	469
SALDO GLOBAL	-5 094	-4 102	992			-5 358	-4 538	820					-264	-436
<i>Por memória:</i>														
Receita fiscal	40 345	40 418	73	0,2	0,1	44 906	45 575	669	1,5	0,9	89,8	88,7	4 561	5 157
Despesa corrente primária	60 785	62 023	1 238	2,0	1,7	67 424	69 863	2 439	3,6	3,0	90,2	88,8	6 639	7 840

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: Os dados encontram-se consolidados de transferências, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2015 têm por base a CGE/2015. O montante de dotação provisional reafectado até ao final de novembro foi de 16 M€. A opção por não distribuir as diferenças de consolidação pelas rubricas respetivas por parte da DGO tem implicação ao nível qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014).

Tabela 30 – Conta consolidada (ajustada) das administrações públicas: com OE/2016
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-novembro					Ref. Anual					Grau execução		Falta executar	
	Execução		Variação homóloga		Contributo p.p.	2015	OE/2016	Variação homóloga		Contributo p.p.	2015	OE/2016	2015	OE/2016
	2015	2016	M€	%				M€	%					
RECEITA CORRENTE	66 983	67 378	395	0,6	0,6	74 246	77 366	3 120	4,2	4,1	90,2	87,1	7 263	9 988
Impostos diretos	18 589	17 706	-884	-4,8	-1,3	21 481	21 229	-252	-1,2	-0,3	86,5	83,4	2 892	3 523
Impostos indiretos	21 756	22 712	956	4,4	1,4	23 425	24 891	1 466	6,3	1,9	92,9	91,2	1 669	2 179
Contrib. de segurança social	16 867	17 488	622	3,7	0,9	18 663	19 493	830	4,4	1,1	90,4	89,7	1 796	2 005
Outras receitas correntes	9 387	9 414	28	0,3	0,0	10 258	11 689	1 432	14,0	1,9	91,5	80,5	871	2 275
Diferenças de consolidação	385	58				420	63							
DESPESA CORRENTE	67 967	69 448	1 481	2,2	2,1	75 459	79 238	3 779	5,0	4,7	90,1	87,6	7 493	9 790
Consumo público	27 886	28 433	547	2,0	0,8	31 320	32 501	1 181	3,8	1,5	89,0	87,5	3 434	4 068
Despesas com pessoal	17 314	17 938	623	3,6	0,9	18 941	19 380	439	2,3	0,5	91,4	92,6	1 626	1 442
Aq. bens e serv. e out. desp. corr.	10 572	10 495	-77	-0,7	-0,1	12 380	13 121	742	6,0	0,9	85,4	80,0	1 808	2 626
Aquisição de bens e serviços	9 931	9 871	-60	-0,6	-0,1	11 596	11 766	170	1,5	0,2	85,6	83,9	1 665	1 896
Outras despesas correntes	641	625	-16	-2,6	0,0	784	1 355	571	72,9	0,7	81,8	46,1	142	730
Subsídios	1 068	1 060	-8	-0,8	0,0	1 349	1 801	452	33,5	0,6	79,2	58,8	281	741
Juros e outros encargos	7 182	7 425	243	3,4	0,3	8 036	8 396	361	4,5	0,4	89,4	88,4	854	972
Transferências correntes	31 830	32 528	697	2,2	1,0	34 754	35 854	1 099	3,2	1,4	91,6	90,7	2 924	3 326
Dotação provisional	0	16				0	502							
Diferenças de consolidação	0	2				0	184							
SALDO CORRENTE	-984	-2 069	-1 086			-1 213	-1 872	-658					-230	198
RECEITAS DE CAPITAL	1 398	1 481	83	5,9	0,1	2 001	2 330	329	16,5	0,4	69,9	63,6	603	849
Diferenças de consolidação	21	0				21	58							
DESPESAS DE CAPITAL	4 254	4 163	-92	-2,2	-0,1	5 218	6 221	1 003	19,2	1,2	81,5	66,9	964	2 058
Investimento	3 445	3 301	-145	-4,2	-0,2	4 320	4 880	560	13,0	0,7	79,8	67,6	875	1 580
Transferências de capital	700	794	95	13,6	0,1	786	1 147	362	46,1	0,4	89,0	69,2	86	353
Outras despesas de capital	94	52	-42	-44,9	-0,1	113	193	81	71,5	0,1	83,3	26,8	19	142
Diferenças de consolidação	15	16				0	0							
RECEITA EFETIVA	68 381	68 859	478	0,7	0,7	76 247	79 697	3 450	4,5	4,5	89,7	86,4	7 866	10 837
DESPESA EFETIVA	72 221	73 610	1 389	1,9	1,9	80 678	85 459	4 781	5,9	5,9	89,5	86,1	8 457	11 849
Ajustamento para contas nacionais	-1 254	649				-927	1 637						327	988
SALDO GLOBAL	-5 094	-4 102	992			-5 358	-4 125	1 233					-264	-24
<i>Por memória:</i>														
Receita fiscal	40 345	40 418	73	0,2	0,1	44 906	46 120	1 214	2,7	1,6	89,8	87,6	4 561	5 702
Despesa corrente primária	60 785	62 023	1 238	2,0	1,7	67 424	70 842	3 418	5,1	4,2	90,2	87,6	6 639	8 819

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: Os dados encontram-se consolidados de transferências, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2015 têm por base a CGE/2015. O montante de dotação provisional reafectado até ao final de novembro foi de 16 M€. A opção por não distribuir as diferenças de consolidação pelas rubricas respetivas por parte da DGO tem implicação ao nível qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014). A linha dotação provisional inclui o montante de 501,7 M€ que está incluído no objetivo do OE/2016, enquanto o valor 16 M€ refere-se à reafectação para outras rubricas de despesa.

Tabela 31 – Conta consolidada (não ajustada) das administrações públicas: estimativa de execução para 2016
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-novembro					Ref. Anual					Grau execução		Falta executar	
	Execução		Variação homóloga		Contributo p.p.	2015	Estimativa 2016	Variação homóloga		Contributo p.p.	2015	OE/2016	2015	OE/2016
	2015	2016	M€	%				M€	%					
RECEITA CORRENTE	66 704	67 929	1 226	1,8	1,8	74 140	76 235	2 095	2,8	2,8	90,0	89,1	7 437	8 306
Impostos diretos	18 589	17 706	-884	-4,8	-1,3	21 481	20 966	-515	-2,4	-0,7	86,5	84,5	2 892	3 260
Impostos indiretos	21 596	22 753	1 157	5,4	1,7	23 102	24 609	1 506	6,5	2,0	93,5	92,5	1 506	1 856
Contrib. de segurança social	16 867	17 488	622	3,7	0,9	18 663	19 347	684	3,7	0,9	90,4	90,4	1 796	1 859
Outras receitas correntes	9 357	9 825	468	5,0	0,7	10 474	11 190	715	6,8	0,9	89,3	87,8	1 118	1 365
Diferenças de consolidação	295	158				420	124							
DESPESA CORRENTE	68 553	69 836	1 282	1,9	1,8	75 626	78 136	2 511	3,3	3,1	90,6	89,4	7 073	8 301
Consumo público	27 928	28 433	506	1,8	0,7	31 362	31 920	558	1,8	0,7	89,0	89,1	3 434	3 487
Despesas com pessoal	17 314	17 938	623	3,6	0,9	18 941	19 521	581	3,1	0,7	91,4	91,9	1 626	1 583
Aq. bens e serv. e out. desp. corr.	10 613	10 495	-118	-1,1	-0,2	12 421	12 399	-23	-0,2	0,0	85,4	84,7	1 808	1 903
Aquisição de bens e serviços	9 972	9 871	-101	-1,0	-0,1	11 638	11 375	-263	-2,3	-0,3	85,7	86,8	1 666	1 504
Outras despesas correntes	641	625	-17	-2,6	0,0	784	1 024	240	30,6	0,3	81,8	61,0	142	399
Subsídios	1 072	1 060	-12	-1,2	0,0	1 353	1 765	412	30,4	0,5	79,2	60,1	281	705
Juros e outros encargos	7 662	7 982	319	4,2	0,4	8 036	8 273	237	3,0	0,3	95,3	96,5	374	292
Transferências correntes	31 891	32 359	468	1,5	0,6	34 874	35 666	793	2,3	1,0	91,4	90,7	2 983	3 307
Diferenças de consolidação	0	2				0	10							
SALDO CORRENTE	-1 849	-1 906	-57			-1 485	-1 901	-416					364	5
RECEITAS DE CAPITAL	1 398	1 481	83	5,9	0,1	2 001	2 305	304	15,2	0,4	69,9	64,3	603	824
Diferenças de consolidação	21	0				21	72							
DESPEAS DE CAPITAL	4 278	3 911	-367	-8,6	-0,5	5 268	5 903	636	12,1	0,8	81,2	66,2	989	1 993
Investimento	3 458	3 049	-409	-11,8	-0,6	4 357	4 545	187	4,3	0,2	79,4	67,1	900	1 496
Transferências de capital	711	794	83	11,7	0,1	797	1 012	215	27,0	0,3	89,2	78,5	86	218
Outras despesas de capital	94	52	-42	-44,9	-0,1	113	347	234	207,2	0,3	83,3	14,9	19	295
Diferenças de consolidação	15	16				0	0							
RECEITA EFETIVA	68 102	69 410	1 309	1,9	1,9	76 141	78 540	2 399	3,2	3,2	89,4	88,4	8 040	9 129
DESPESA EFETIVA	72 831	73 746	915	1,3	1,3	80 893	84 040	3 147	3,9	3,9	90,0	87,8	8 062	10 294
SALDO GLOBAL	-4 730	-4 336	394			-4 752	-5 500	-748					-22	-1 164
<i>Por memória:</i>														
Receita fiscal	40 186	40 459	273	0,7	0,4	44 583	45 575	991	2,2	1,3	90,1	88,8	4 398	5 116
Despesa corrente primária	60 891	61 854	963	1,6	1,3	67 590	69 863	2 273	3,4	2,8	90,1	88,5	6 699	8 009

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: Os dados encontram-se consolidados de transferências, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2015 têm por base a CGE/2015. A opção por não distribuir as diferenças de consolidação pelas rubricas respetivas por parte da DGO tem implicação ao nível qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014).

Tabela 32 – Conta consolidada (não ajustada) das administrações públicas: com OE/2016
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-novembro					Ref. Anual					Grau execução		Falta executar	
	Execução		Variação homóloga		Contributo p.p.	2015	OE/2016	Variação homóloga		Contributo p.p.	2015	OE/2016	2015	OE/2016
	2015	2016	M€	%				M€	%					
RECEITA CORRENTE	66 704	67 929	1 226	1,8	1,8	74 140	77 505	3 365	4,5	4,4	90,0	87,6	7 437	9 576
Impostos diretos	18 589	17 706	-884	-4,8	-1,3	21 481	21 229	-252	-1,2	-0,3	86,5	83,4	2 892	3 523
Impostos indiretos	21 596	22 753	1 157	5,4	1,7	23 102	24 891	1 789	7,7	2,3	93,5	91,4	1 506	2 138
Contrib. de segurança social	16 867	17 488	622	3,7	0,9	18 663	19 493	830	4,4	1,1	90,4	89,7	1 796	2 005
Outras receitas correntes	9 357	9 825	468	5,0	0,7	10 474	11 829	1 354	12,9	1,8	89,3	83,1	1 118	2 004
Diferenças de consolidação	295	158				420	63							
DESPESA CORRENTE	68 553	69 836	1 282	1,9	1,8	75 626	79 238	3 612	4,8	4,5	90,6	88,1	7 073	9 402
Consumo público	27 928	28 433	506	1,8	0,7	31 362	32 501	1 139	3,6	1,4	89,0	87,5	3 434	4 068
Despesas com pessoal	17 314	17 938	623	3,6	0,9	18 941	19 380	439	2,3	0,5	91,4	92,6	1 626	1 442
Aq. bens e serv. e out. desp. corr.	10 613	10 495	-118	-1,1	-0,2	12 421	13 121	700	5,6	0,9	85,4	80,0	1 808	2 626
Aquisição de bens e serviços	9 972	9 871	-101	-1,0	-0,1	11 638	11 766	128	1,1	0,2	85,7	83,9	1 666	1 896
Outras despesas correntes	641	625	-17	-2,6	0,0	784	1 857	1 073	136,9	1,3	81,8	33,7	142	1 232
Subsídios	1 072	1 060	-12	-1,2	0,0	1 353	1 801	448	33,1	0,6	79,2	58,8	281	741
Juros e outros encargos	7 662	7 982	319	4,2	0,4	8 036	8 396	360	4,5	0,4	95,3	95,1	374	415
Transferências correntes	31 891	32 359	468	1,5	0,6	34 874	35 854	980	2,8	1,2	91,4	90,3	2 983	3 495
Diferenças de consolidação	0	2				0	184							
SALDO CORRENTE	-1 849	-1 906	-57			-1 485	-1 733	-247					364	174
RECEITAS DE CAPITAL	1 398	1 481	83	5,9	0,1	2 001	2 460	459	23,0	0,6	69,9	60,2	603	979
Diferenças de consolidação	21	0				21	58							
DESPEAS DE CAPITAL	4 278	3 911	-367	-8,6	-0,5	5 268	6 221	954	18,1	1,2	81,2	62,9	989	2 310
Investimento	3 458	3 049	-409	-11,8	-0,6	4 357	4 880	523	12,0	0,6	79,4	62,5	900	1 832
Transferências de capital	711	794	83	11,7	0,1	797	1 147	350	43,9	0,4	89,2	69,2	86	353
Outras despesas de capital	94	52	-42	-44,9	-0,1	113	193	81	71,4	0,1	83,3	26,8	19	142
Diferenças de consolidação	15	16				0	0							
RECEITA EFETIVA	68 102	69 410	1 309	1,9	1,9	76 141	79 966	3 824	5,0	5,0	89,4	86,8	8 040	10 555
DESPESA EFETIVA	72 831	73 746	915	1,3	1,3	80 893	85 459	4 566	5,6	5,6	90,0	86,3	8 062	11 713
SALDO GLOBAL	-4 730	-4 336	394			-4 752	-5 493	-741					-22	-1 157
<i>Por memória:</i>														
Receita fiscal	40 186	40 459	273	0,7	0,4	44 583	46 120	1 537	3,4	2,0	90,1	87,7	4 398	5 662
Despesa corrente primária	60 891	61 854	963	1,6	1,3	67 590	70 842	3 252	4,8	4,0	90,1	87,3	6 699	8 988

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: Os dados encontram-se consolidados de transferências, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2015 têm por base a CGE/2015. O referencial anual 2016 do agrupamento de despesa "outras despesas correntes" inclui a dotação provisória (501,7 M€), bem como um montante de reserva orçamental (193,2 M€). Adicionalmente, encontra-se orçamentado um montante de reserva orçamental de (235,4 M€), sendo que o objetivo do OE/2016 pressupõe a sua poupança. A opção por não distribuir as diferenças de consolidação pelas rubricas respetivas por parte da DGO tem implicação ao nível qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014).

Anexo à Caixa 2

Impacto nos Mapas da Lei das propostas
de alteração à PPL OE/2017 aprovadas
pela Assembleia da República

Comparação dos Mapas da Lei: OE/2016 – OE/2017

Mapa I: Receitas dos serviços integrados, por classificação económica (em euros)

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	OE/2016	Proposta PPL OE/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OE/2017	OE/2017	Varição Anual
RECEITAS CORRENTES						
01.00.00	IMPOSTOS DIRETOS	17 913 259 949	18 183 241 582	0	18 183 241 582	269 981 633
01.01.00	SOBRE O RENDIMENTO:	17 585 359 949	17 705 723 724	0	17 705 723 724	120 363 775
01.01.01	IMP.S/REND.PESS.SINGULARES (IRS)	12 392 729 180	12 430 653 460	0	12 430 653 460	37 924 280
01.01.02	IMP.S/REND.PESS.COLETIVAS (IRQ)	5 192 630 769	5 275 070 264	0	5 275 070 264	82 439 495
01.02.00	OUTROS:	327 900 000	477 517 858	0	477 517 858	149 617 858
01.02.01	IMPOSTO S/SUCCESSÕES E DOAÇÕES	-	12 611	0	12 611	12 611
01.02.06	IMPOSTO USO, PORTE E DETENÇÃO ARMAS	4 503 985	6 700 000	0	6 700 000	2 196 015
01.02.99	IMPOSTOS DIRETOS DIVERSOS	323 396 015	470 805 247	0	470 805 247	147 409 232
02.00.00	IMPOSTOS INDIRETOS:	23 040 528 095	23 233 583 830	0	23 233 583 830	193 055 735
02.01.00	SOBRE O CONSUMO:	21 302 618 320	21 379 769 107	0	21 379 769 107	77 150 787
02.01.01	IMPOSTO S/ PRODUTOS PETROLÍFEROS (ISP)	3 434 200 000	3 418 942 863	0	3 418 942 863	-15 257 137
02.01.02	IMPOSTO S/ VALOR ACRESCENTADO (IVA)	15 312 318 320	15 286 593 158	0	15 286 593 158	-25 725 162
02.01.03	IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (ISV)	660 600 000	692 266 173	0	692 266 173	31 666 173
02.01.04	IMPOSTO DE CONSUMO S/ TABACO	1 514 300 000	1 503 741 102	0	1 503 741 102	-10 558 898
02.01.05	IMPOSTO S/ ALCOOL BEB. ALCOOL. (IABA)	187 000 000	280 497 644	0	280 497 644	93 497 644
02.01.99	IMPOSTOS DIVERSOS S/ CONSUMO	194 200 000	197 728 167	0	197 728 167	3 528 167
02.02.00	OUTROS:	1 737 909 775	1 853 814 723	0	1 853 814 723	115 904 948
02.02.01	LOTARIAS	9 366 045	13 288 929	0	13 288 929	3 922 884
02.02.02	IMPOSTO DE SELO	1 375 700 000	1 489 488 190	0	1 489 488 190	113 788 190
02.02.03	IMPOSTO DO JOGO	19 925 000	21 286 540	0	21 286 540	1 361 540
02.02.04	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	311 200 000	300 717 397	0	300 717 397	-10 482 603
02.02.05	RESULTADOS EXPLORAÇÃO APOSTAS MUTUAS	19 945 615	18 273 614	0	18 273 614	-1 672 001
02.02.99	IMPOSTOS INDIRETOS DIVERSOS	1 773 115	10 760 053	0	10 760 053	8 986 938
03.00.00	CONTRIBUIÇÕES PARA SEG. SOCIAL, CGA E ADSE:	665 122 582	63 142 000	0	63 142 000	-601 980 582
03.03.00	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E ADSE:	665 122 582	63 142 000	0	63 142 000	-601 980 582
03.03.02	COMPARTICIPAÇÕES PARA A ADSE	602 190 582	1 200 000	0	1 200 000	-600 990 582
03.03.99	OUTROS	62 932 000	61 942 000	0	61 942 000	-990 000
04.00.00	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	881 855 385	958 948 065	0	958 948 065	77 092 680,00
04.01.00	TAXAS:	485 057 522	554 258 721	0	554 258 721	69 201 199
04.01.01	TAXAS DE JUSTIÇA	49 466 025	57 169 365	0	57 169 365	7 703 340
04.01.02	TAXAS DE REGISTO DE NOTARIADO	96 000	834 793	0	834 793	738 793
04.01.03	TAXAS DE REGISTO PREDIAL	52 146 000	108 492 178	0	108 492 178	56 346 178
04.01.04	TAXAS DE REGISTO CIVIL	76 673 600	62 394 796	0	62 394 796	-14 278 804
04.01.05	TAXAS DE REGISTO COMERCIAL	54 310 500	64 699 705	0	64 699 705	10 389 205
04.01.06	TAXAS FLORESTAIS	0	0	0	0	0
04.01.07	TAXAS VINÍCOLAS	20 000	10 000	0	10 000	-10 000
04.01.08	TAXAS MODERADORAS	417 715	624 000	0	624 000	206 285
04.01.09	TAXAS S/ ESPETÁCULOS E DIVERTIMENTOS	1 331 714	882 745	0	882 745	-448 969
04.01.10	TAXAS S/ ENERGIA	13 484 589	15 397 298	0	15 397 298	1 912 709
04.01.11	TAXAS S/ GEOLOGIA E MINAS	1 555 000	1 555 000	0	1 555 000	0
04.01.12	TAXAS S/ COMERCIALIZAÇÃO E ABATE DE GADO	84 500	246 990	0	246 990	162 490
04.01.13	TAXAS DE PORTOS	0	0	0	0	0
04.01.15	TAXAS S/ CONTROLO METROLÓGICO E DE QUALIDADE	0	0	0	0	0
04.01.16	TAXAS S/ FISCALIZAÇÃO DE ATIV. COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	3 328	3 328	0	3 328	0
04.01.17	TAXAS S/ LICENCIAMENTOS DIV. CONCEDIDOS A EMPRESAS	6 618 880	7 394 104	0	7 394 104	775 224
04.01.19	ADICIONAIS	0	0	0	0	0
04.01.20	EMOLUMENTOS CONSULARES	5 651 380	5 219 685	0	5 219 685	-431 695
04.01.21	PORTAGENS	0	0	0	0	0
04.01.22	PROPINAS	2 725 686	3 646 000	0	3 646 000	920 314
04.01.99	TAXAS DIVERSAS	220 472 605	225 688 734	0	225 688 734	5 216 129
04.02.00	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	396 797 863	404 689 344	0	404 689 344	7 891 481
04.02.01	JUROS DE MORA	89 501 535	77 206 730	0	77 206 730	-12 294 805
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	30 231 230	27 166 182	0	27 166 182	-3 065 048
04.02.03	MULTAS E COIMAS P/ INFRAÇÕES CÓDIGO ESTRADA E RESTANTE LEGISLAÇÃO	79 668 328	83 180 869	0	83 180 869	3 512 541
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRAORDENAÇÕES	192 772 988	213 755 512	0	213 755 512	20 982 524
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	4 623 782	3 380 051	0	3 380 051	-1 243 731

05.00.00	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE:	669 430 736	697 686 342	0	697 686 342	28 255 606
05.01.00	JUROS - SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS:	17 080	19 548	0	19 548	2 468
05.01.01	PÚBLICAS	17 080	15 548	0	15 548	-1 532
05.01.02	PRIVADAS	0	4 000	0	4 000	4 000
05.02.00	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	157 231 018	36 703 104	0	36 703 104	-120 527 914
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	157 231 018	36 703 104	0	36 703 104	-120 527 914
05.03.00	JUROS - ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS:	255 933 404	192 431 648	0	192 431 648	-63 501 756
05.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	248	7 050 848	0	7 050 848	7 050 600
05.03.02	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SFA	183 494 259	121 188 598	0	121 188 598	-62 305 661
05.03.03	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	52 473 697	51 492 202	0	51 492 202	-981 495
05.03.04	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE	18 896 191	11 400 000	0	11 400 000	-7 496 191
05.03.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	1 069 009	1 300 000	0	1 300 000	230 991
05.04.00	JUROS - INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS	0	0	0	0	0
05.04.01	JUROS - INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS	0	0	0	0	0
05.05.00	JUROS - FAMÍLIAS	15 000	12 000	0	12 000	-3 000
05.05.01	JUROS - FAMÍLIAS	15 000	12 000	0	12 000	-3 000
05.06.00	JUROS - RESTO DO MUNDO:	9 908 836	9 309 959	0	9 309 959	-598 877
05.06.03	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	9 908 836	9 309 959	0	9 309 959	-598 877
05.07.00	DIVID. E PARTICIP. LUCROS DE SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	4 651 319	5 813 879	0	5 813 879	1 162 560
05.07.01	DIVID. E PARTICIP. LUCROS DE SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	4 651 319	5 813 879	0	5 813 879	1 162 560
05.08.00	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES LUCROS DE SOC. FINANCEIRAS	240 000 000	450 000 000	0	450 000 000	210 000 000
05.08.01	DIVIDENDOS E PARTICIP. NOS LUCROS DE SOC. FINANCEIRAS	240 000 000	450 000 000	0	450 000 000	210 000 000
05.09.00	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	0	0	0	0	0
05.09.01	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	0	0	0	0	0
05.10.00	RENDAS:	1 674 079	3 396 204	0	3 396 204	1 722 125
05.10.01	TERRENOS	1 664 844	3 389 204	0	3 389 204	1 724 360
05.10.03	HABITAÇÕES	735	1 000	0	1 000	265
05.10.04	EDIFÍCIOS	0	0	0	0	0
05.10.05	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	0	0	0	0	0
05.10.99	OUTROS	8 500	6 000	0	6 000	-2 500
06.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:	722 246 473	875 758 392	0	875 758 392	153 511 919
06.01.00	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS:	1 533 750	1 521 858	0	1 521 858	-11 892
06.01.01	PÚBLICAS	3 000	68 000	0	68 000	65 000
06.01.02	PRIVADAS	1 530 750	1 453 858	0	1 453 858	-76 892
06.02.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS:	155 000	109 000	0	109 000	-46 000
06.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	155 000	104 000	0	104 000	-51 000
06.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	0	5 000	0	5 000	5 000
06.03.00	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:	460 366 089	496 652 623	0	496 652 623	36 286 534
06.03.01	ESTADO	82 090 968	104 498 518	0	104 498 518	22 407 550
06.03.07	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS COFINANCIADOS	0	0	0	0	0
06.03.10	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	376 656 912	390 209 632	0	390 209 632	13 552 720
06.04.00	SFA - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS	1 618 209	1 944 473	0	1 944 473	326 264
06.04.01	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL:	100 000	0	0	0	-100 000
06.04.01	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	100 000	0	0	0	-100 000
06.05.00	ADMINISTRAÇÃO LOCAL:	30 665 000	34 827 642	0	34 827 642	4 162 642
06.05.01	CONTINENTE	30 665 000	34 827 642	0	34 827 642	4 162 642
06.06.00	SEGURANÇA SOCIAL:	124 201 627	200 752 889	0	200 752 889	76 551 262
06.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS	11 603 913	88 973 756	0	88 973 756	77 369 843
06.06.04	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	112 597 714	111 779 133	0	111 779 133	-818 581
06.07.00	INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS:	1 173 000	727 752	0	727 752	-445 248
06.07.01	INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS	1 173 000	727 752	0	727 752	-445 248
06.08.00	FAMÍLIAS:	6 798 630	6 979 723	0	6 979 723	181 093
06.08.01	FAMÍLIAS	6 798 630	6 979 723	0	6 979 723	181 093
06.09.00	RESTO DO MUNDO:	97 253 377	134 186 905	0	134 186 905	36 933 528
06.09.01	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	85 726 068	110 032 552	0	110 032 552	24 306 484
06.09.03	UE - INSTIT. - SUBSIST. DE PROT.A FAMÍLIA E POLIT. ATIVAS DE EMP. E FORM. PROF.	0	0	0	0	0
06.09.04	UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	2 027 309	2 671 353	0	2 671 353	644 044
06.09.05	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	9 500 000	21 483 000	0	21 483 000	11 983 000
07.00.00	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	469 520 896	1 138 326 283	0	1 138 326 283	668 805 387
07.01.00	VENDA DE BENS:	70 855 159	103 436 146	0	103 436 146	32 580 987
07.01.01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	3 500	0	0	0	-3 500
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	505 116	253 930	0	253 930	-251 186
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	11 083 005	12 001 624	0	12 001 624	918 619
07.01.04	FARDAMENTOS E ARTIGOS PESSOAIS	640 931	941 403	0	941 403	300 472
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	127 937	92 100	0	92 100	-35 837
07.01.06	PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS	3 367 654	2 747 200	0	2 747 200	-620 454
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	29 777 950	50 948 934	0	50 948 934	21 170 984
07.01.08	MERCADORIAS	5 702 000	5 564 500	0	5 564 500	-137 500
07.01.09	MATÉRIAS DE CONSUMO	332	76 200	0	76 200	75 868
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	47 385	62 340	0	62 340	14 955
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	448 382	270 892	0	270 892	-177 490
07.01.99	OUTROS	19 150 967	30 477 023	0	30 477 023	11 326 056
07.02.00	SERVIÇOS:	387 831 429	1 019 527 711	0	1 019 527 711	631 696 282
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	2 469 426	2 901 774	0	2 901 774	432 348
07.02.02	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA	2 420 567	2 689 174	0	2 689 174	268 607
07.02.03	VISTÓRIAS E ENSAIOS	4 918 854	5 218 034	0	5 218 034	299 180
07.02.04	SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS	5 297 728	5 185 395	0	5 185 395	-112 333
07.02.05	ATIVIDADES DE SAÚDE	85 153 937	688 152 399	0	688 152 399	602 998 462
07.02.06	REPARAÇÕES	97 234	86 400	0	86 400	-10 834
07.02.07	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	36 148 263	32 452 730	0	32 452 730	-3 695 533
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	2 709 451	3 131 348	0	3 131 348	421 897
07.02.99	OUTROS	248 615 969	279 710 457	0	279 710 457	31 094 488
07.03.00	RENDAS:	10 834 308	15 362 426	0	15 362 426	4 528 118
07.03.01	HABITAÇÕES	547 864	620 630	0	620 630	72 766
07.03.02	EDIFÍCIOS	10 232 784	14 726 786	0	14 726 786	4 494 002
07.03.99	OUTRAS	53 660	15 010	0	15 010	-38 650
08.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES:	448 269 362	376 943 430	0	376 943 430	-71 325 932
08.01.00	OUTRAS:	99 724 967	79 963 848	0	79 963 848	-19 761 119
08.01.01	PRÉMIOS, TAXAS POR GARANTIAS DE RISCO E DIFERENÇAS DE CAMBIO	63 000 000	53 158 299	0	53 158 299	-9 841 701
08.01.03	LUCROS DE AMOEDAÇÃO	5 100 000	4 382 110	0	4 382 110	-717 890
08.01.99	OUTRAS	31 624 967	22 423 439	0	22 423 439	-9 201 528
08.02.00	SUBSÍDIOS	348 544 395	296 979 582	0	296 979 582	-51 564 813
08.02.09	SEGURANÇA SOCIAL:	348 544 395	296 979 582	0	296 979 582	-51 564 813
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	44 810 233 478	45 527 629 924	0	45 527 629 924	717 396 446

RECEITAS DE CAPITAL						
09.00.00	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO:	108 220 095	74 267 137	0	74 267 137	-33 952 958
09.01.00	TERRENOS:	3 875 466	1 454 036	0	1 454 036	-2 421 430
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	2 932 759	408 759	0	408 759	-2 524 000
09.01.03	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO	0	0	0	0	0
09.01.06	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE	942 707	1 045 277	0	1 045 277	102 570
09.01.10	FAMÍLIAS	0	0	0	0	0
09.02.00	HABITAÇÕES:	852 890	1 831 568	0	1 831 568	978 678
09.02.10	FAMÍLIAS	852 890	1 831 568	0	1 831 568	978 678
09.03.00	EDIFÍCIOS:	22 369 281	24 866 575	0	24 866 575	2 497 294
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	21 358 934	22 622 050	0	22 622 050	1 263 116
09.03.06	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE	383 665	2 207 843	0	2 207 843	1 824 178
09.03.09	INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS	607 025	17 025	0	17 025	-590 000
09.03.10	FAMÍLIAS	19 657	19 657	0	19 657	0
09.04.00	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO:	81 122 458	46 114 958	0	46 114 958	-35 007 500
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	5 000	500	0	500	-4 500
09.04.03	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO	57 037 458	33 564 458	0	33 564 458	-23 473 000
09.04.10	FAMÍLIAS	0	0	0	0	0
09.04.11	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA	24 080 000	12 550 000	0	12 550 000	-11 530 000
10.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:	661 207 833	1 084 746 617	0	1 084 746 617	423 538 784
10.01.00	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS:	40 000	416 385	0	416 385	376 385
10.01.01	PÚBLICAS	0	0	0	0	0
10.01.02	PRIVADAS	40 000	416 385	0	416 385	376 385
10.03.00	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:	638 796 863	1 044 901 412	0	1 044 901 412	406 104 549
10.03.01	ESTADO	22 037 681	20 861 758	0	20 861 758	-1 175 923
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	615 195 493	1 020 369 577	0	1 020 369 577	405 174 084
10.03.09	SFA - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS	1 563 689	3 670 077	0	3 670 077	2 106 388
10.04.00	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL:	0	70 000	0	70 000	70 000
10.04.01	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	0	70 000	0	70 000	70 000
10.05.00	ADMINISTRAÇÃO LOCAL:	1 273 751	1 831 041	0	1 831 041	557 290
10.05.01	CONTINENTE	1 273 751	1 831 041	0	1 831 041	557 290
10.06.00	SEGURANÇA SOCIAL:	0	0	0	0	0
10.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS	0	0	0	0	0
10.08.00	FAMÍLIAS:	0	0	0	0	0
10.08.01	FAMÍLIAS	0	0	0	0	0
10.09.00	RESTO DO MUNDO:	21 097 219	37 527 779	0	37 527 779	16 430 560
10.09.01	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	20 379 987	36 717 087	0	36 717 087	16 337 100
10.09.03	UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	717 232	810 692	0	810 692	93 460
10.09.04	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	0	0	0	0	0
11.00.00	ATIVOS FINANCEIROS:	788 457 666	1 222 179 954	0	1 222 179 954	433 722 288
11.03.00	TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZO:	0	0	0	0	0
11.03.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	0	0	0	0	0
11.05.00	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO:	0	0	0	0	0
11.05.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	0	0	0	0	0
11.06.00	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO:	769 811 756	753 501 761	0	753 501 761	-16 309 995
11.06.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	350 710	252 242	0	252 242	-98 468
11.06.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	583 469 887	568 700 894	0	568 700 894	-14 768 993
11.06.05	ADM. PÚBLICA - ADM. REGIONAL	94 120 245	96 757 823	0	96 757 823	2 637 578
11.06.06	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE	82 646 595	79 148 309	0	79 148 309	-3 498 286
11.06.07	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	5 785 948	5 785 948	0	5 785 948	0
11.06.10	FAMÍLIAS	200 000	120 000	0	120 000	-80 000
11.06.12	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	3 238 371	2 736 545	0	2 736 545	-501 826
11.07.00	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS GARANTIDOS:	18 645 910	468 678 193	0	468 678 193	450 032 283
11.07.01	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS GARANTIDOS	18 645 910	468 678 193	0	468 678 193	450 032 283
11.08.00	AÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES:	0	0	0	0	0
11.08.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	0	0	0	0	0
11.10.00	ALIENAÇÃO DE PARTES SOCIAIS DE EMPRESAS:	0	0	0	0	0
11.10.01	ALIENAÇÃO DE PARTES SOCIAIS DE EMPRESAS	0	0	0	0	0
11.11.00	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS:	0	0	0	0	0
11.11.08	ADM. PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	0	0	0	0	0
12.00.00	PASSIVOS FINANCEIROS:	87 179 559 455	92 910 591 771	2 822 598 280	95 733 190 051	8 553 630 596
12.02.00	TÍTULOS A CURTO PRAZO:	55 794 918 051	35 328 965 319	1 072 587 347	36 401 552 666	-19 393 365 385
12.02.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	1 743 591 189	1 837 086 501	56 451 966	1 893 538 467	149 947 278
12.02.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	22 666 685 458	33 067 557 022	1 016 135 381	34 083 692 403	11 417 006 945
12.02.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	31 384 641 404	424 321 796	0	424 321 796	-30 960 319 608
12.02.11	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA	0	0	0	0	0
12.02.12	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	0	0	0	0	0
12.03.00	TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZO:	29 641 050 215	42 671 489 528	1 298 395 208	43 969 884 736	14 328 834 521
12.03.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	871 795 595	0	0	-871 795 595	0
12.03.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	23 538 481 052	35 823 186 774	1 100 813 328	36 924 000 102	13 385 519 050
12.03.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	871 795 595	418 500 000	0	418 500 000	-453 295 595
12.03.10	FAMÍLIAS	3 487 182 378	6 429 802 754	197 581 880	6 627 384 634	3 140 202 256
12.03.12	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	871 795 595	0	0	-871 795 595	0
12.05.00	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO:	1 743 591 189	14 696 692 010	451 615 725	15 148 307 735	13 404 716 546
12.05.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	1 743 591 189	14 696 692 010	451 615 725	15 148 307 735	13 404 716 546
12.05.03	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO	0	0	0	0	0
12.06.00	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO:	0	0	0	0	0
12.06.11	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA	0	0	0	0	0
12.06.12	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	0	0	0	0	0
12.07.00	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS:	0	213 444 914	0	213 444 914	213 444 914
12.07.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	0	213 444 914	0	213 444 914	213 444 914
13.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	60 146 004	22 551 922	0	22 551 922	-37 594 082
13.01.00	OUTRAS:	60 146 004	22 551 922	0	22 551 922	-37 594 082
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	240 000	130 000	0	130 000	-110 000
13.01.99	OUTRAS	59 906 004	22 421 922	0	22 421 922	-37 484 082
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		88 797 591 053	95 314 337 401	2 822 598 280	98 136 935 681	9 339 344 628
14.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS	153 194 436	161 694 436	0	161 694 436	8 500 000
14.01.00	RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS:	153 194 436	161 694 436	0	161 694 436	8 500 000
14.01.01	DIREITOS ADUANEIROS DE IMPORTAÇÃO	153 000 000	161 500 000	0	161 500 000	8 500 000
14.01.03	QUOTIZAÇÃO SOBRE AÇÚCAR E ISOLUCULOSE	194 436	194 436	0	194 436	0
15.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS:	159 348 077	28 410 153	0	28 410 153	-130 937 924
15.01.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS:	159 348 077	28 410 153	0	28 410 153	-130 937 924
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	159 348 077	28 410 153	0	28 410 153	-130 937 924
16.00.00	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0	0	0	0	0
16.01.00	SALDO ORÇAMENTAL	0	0	0	0	0
16.01.01	NA POSSE DO SERVIÇO	0	0	0	0	0
16.01.04	NA POSSE DO TESOURO	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL		133 920 367 044	141 032 071 914	2 822 598 280	143 854 670 194	9 934 303 150
TOTAL sem Ativos e Passivos Financeiros		45 952 349 923	46 899 300 189	0	46 899 300 189	946 950 266

Mapa II: Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos
(em euros)

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO ORGÂNICA	OE/2016	Proposta PPL OE/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OE/2017	OE/2017	Variação Anual
01 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO		3 184 965 478	3 464 291 051	0	3 464 291 051	279 325 573
01	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	16 355 000	15 982 000	0	15 982 000	-373 000
02	ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	95 777 155	158 658 338	0	158 658 338	62 881 183
03	SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	10 160 666	10 436 936	0	10 436 936	276 270
04	TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	5 564 272	5 739 142	0	5 739 142	174 870
05	SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO	6 267 968	6 425 829	0	6 425 829	157 861
06	TRIBUNAL DE CONTAS	20 567 934	21 211 966	0	21 211 966	644 032
07	GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPUBLICA - REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	958 843	1 045 199	0	1 045 199	86 356
08	GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPUBLICA - REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	879 900	962 312	0	962 312	82 412
09	CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL	1 337 300	1 349 088	0	1 349 088	11 788
10	CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA	4 252 694	149 376 908	0	149 376 908	145 124 214
11	CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	2 642 532	2 699 850	0	2 699 850	57 318
12	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	2 523 166 191	2 597 443 628	0	2 597 443 628	74 277 437
13	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	496 295 023	492 359 855	0	492 359 855	-3 935 168
50	PROJETOS	740 000	600 000	0	600 000	-140 000
02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS		124 045 862	124 601 141	0	124 601 141	555 279
01	AÇÃO GOVERNATIVA	10 570 281	10 669 377	0	10 669 377	99 096
02	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA PCM	37 988 830	37 471 226	0	37 471 226	-517 604
03	OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇÃO	69 143 895	69 734 026	0	69 734 026	590 131
50	PROJETOS	6 342 856	6 726 512	0	6 726 512	383 656
03 - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS		308 574 901	320 290 907	0	320 290 907	11 716 006
01	AÇÃO GOVERNATIVA	4 038 378	4 615 278	0	4 615 278	576 900
02	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO ORÇAMENTO DO MNE	179 716 841	185 232 772	0	185 232 772	5 515 931
03	ORGANIZAÇÕES E VISITAS	73 500 000	74 500 000	0	74 500 000	1 000 000
04	COOPERAÇÃO, LÍNGUA E RELAÇÕES EXTERNAS	45 660 235	45 310 235	0	45 310 235	-350 000
50	PROJETOS	5 659 447	10 632 622	0	10 632 622	4 973 175
04 - FINANÇAS		93 983 683 434	100 117 536 136	2 792 598 280	102 910 134 416	8 926 450 982
01	AÇÃO GOVERNATIVA	4 596 401	4 865 264	0	4 865 264	268 863
02	SERVIÇOS DE APOIO À DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DO MF	71 409 119	66 322 212	0	66 322 212	-5 086 907
03	ADMINISTRAÇÃO, CONTROLO E FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTAL	8 482 876	11 446 609	0	11 446 609	2 963 733
04	ADMINISTRAÇÃO, CONTROLO E FORMAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMIN. PÚBLICA	17 100 000	14 579 755	0	14 579 755	-2 520 245
05	PROTEÇÃO SOCIAL	3 501 312	3 535 808	0	3 535 808	34 496
07	GESTÃO DA DíVIDA E DA TESOURARIA PÚBLICA	84 728 500 000	90 607 142 062	0	90 607 142 062	5 878 642 062
08	SERVIÇOS TRIBUTARIOS E ADUANEIROS	601 463 682	633 784 474	0	633 784 474	32 320 792
09	ORGANISMOS DE SUPERVISÃO	210 000 000	187 000 000	0	187 000 000	-23 000 000
50	PROJETOS	9 731 796	6 469 374	0	6 469 374	-3 262 422
60	DESPESAS EXCEPCIONAIS	6 380 905 658	6 807 820 642	2 792 598 280	9 600 418 922	3 219 513 264
70	RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS	1 947 992 590	1 774 569 936	0	1 774 569 936	-173 422 654
05 - DEFESA NACIONAL		1 953 425 008	1 971 277 818	0	1 971 277 818	17 852 810
01	AÇÃO GOVERNATIVA E SERVIÇOS CENTRAIS DE SUPORTE	409 974 272	389 209 428	0	389 209 428	-20 764 844
02	ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS	138 871 772	135 666 410	0	135 666 410	-3 205 362
03	MARINHA	503 969 110	526 639 192	0	526 639 192	22 670 082
04	EXÉRCITO	566 430 256	582 799 239	0	582 799 239	16 368 983
05	FORÇA AÉREA	328 679 598	331 574 256	0	331 574 256	2 894 658
50	PROJETOS	5 500 000	5 389 293	0	5 389 293	-110 707
06 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA		1 946 228 485	1 989 208 514	0	1 989 208 514	42 980 029
01	AÇÃO GOVERNATIVA	2 403 375	2 664 000	0	2 664 000	260 625
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO	80 260 097	79 290 776	0	79 290 776	-969 321
03	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA RODOVIÁRIA	109 547 395	110 431 711	0	110 431 711	884 316
04	SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E FORÇAS DE SEGURANÇA E RESPECTIVOS SERVIÇOS SOCIAIS	1 684 125 430	1 702 929 922	0	1 702 929 922	18 804 492
50	PROJETOS	69 892 188	93 892 105	0	93 892 105	23 999 917
07 - JUSTIÇA		1 230 886 627	1 160 455 541	0	1 160 455 541	-70 431 086
01	AÇÃO GOVERNATIVA	3 351 570	3 600 000	0	3 600 000	248 430
02	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	20 658 103	23 788 981	0	23 788 981	3 130 878
03	ÓRGÃOS E SERVIÇOS DO SISTEMA JUDICIÁRIO E REGISTOS	854 751 528	763 983 671	0	763 983 671	-90 767 857
04	SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO, PRISIONAIS E DE REINserÇÃO	339 963 432	345 674 123	0	345 674 123	5 710 691
50	PROJETOS	12 161 994	23 408 766	0	23 408 766	11 246 772
08 - CULTURA		289 252 028	318 732 492	0	318 732 492	29 480 464
01	AÇÃO GOVERNATIVA	2 400 664	2 346 703	0	2 346 703	-53 961
02	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA CULTURA	47 065 521	62 277 641	0	62 277 641	15 212 120
03	OUTRO SERVIÇOS DA CULTURA	37 466 834	39 739 877	-925 000	38 814 877	1 348 043
50	PROJETOS	22 119 009	30 640 104	925 000	31 565 104	9 446 095
90	EPR	180 200 000	183 728 167	0	183 728 167	3 528 167
09 - CIÊNCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR		1 489 466 995	1 565 311 766	0	1 565 311 766	75 844 771
01	AÇÃO GOVERNATIVA	2 733 000	2 889 194	0	2 889 194	156 194
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO À ÁREA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	169 235 383	176 852 003	0	176 852 003	7 616 620
03	ESTABELECImentos DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO	1 002 084 930	1 067 005 761	0	1 067 005 761	64 920 831
50	PROJETOS	315 413 682	318 564 808	0	318 564 808	3 151 126
10 - EDUCAÇÃO		5 623 649 094	5 861 617 357	0	5 861 617 357	237 968 263
01	AÇÃO GOVERNATIVA - ME	3 533 700	3 858 000	0	3 858 000	324 300
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO À ÁREA DA EDUCAÇÃO	887 212 071	855 368 139	0	855 368 139	-31 843 932
03	ESTABELECImentos PÚBLICO DE ENSINO	4 703 627 775	4 970 284 070	0	4 970 284 070	266 656 295
04	ENTIDADES DO DESPORTO E JUVENTUDE	7 521 776	7 521 776	0	7 521 776	0
50	PROJETOS	21 753 772	24 585 372	0	24 585 372	2 831 600
11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL		13 678 652 273	13 706 946 716	0	13 706 946 716	28 294 443
01	AÇÃO GOVERNATIVA MTSS	2 888 342	3 173 421	0	3 173 421	285 079
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO	19 892 251	19 433 693	-0	19 433 693	-458 558
03	SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NA ÁREA DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	21 732 633	20 047 506	0	20 047 506	-1 685 127
04	SEGURANÇA SOCIAL - TRANSFERÊNCIAS	8 655 696 279	8 576 083 455	0	8 576 083 455	-79 612 824
05	SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NAS ÁREAS DO EMPREGO, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	39 769 628	41 268 027	0	41 268 027	1 498 399
06	SERVIÇOS ÁREA INTERVENÇÃO SEGURANÇA SOCIAL	4 937 956 419	5 046 522 930	0	5 046 522 930	108 566 511
50	PROJETOS	716 721	417 684	0	417 684	-299 037
12 - SAÚDE		8 539 200 850	8 690 377 808	0	8 690 377 808	151 176 958
01	AÇÃO GOVERNATIVA	2 357 743	2 496 714	0	2 496 714	138 971
02	SERVIÇOS CENTRAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	60 721 864	56 329 441	0	56 329 441	-4 392 423
03	INTERVENÇÃO NA ÁREA DOS CUIDADOS DE SAÚDE	7 942 550 204	8 093 333 002	0	8 093 333 002	150 782 798
04	PROTEÇÃO SOCIAL	529 436 303	532 080 784	0	532 080 784	2 644 481
50	PROJETOS	4 134 736	6 137 867	0	6 137 867	2 003 131
13 - PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS		762 581 418	813 080 943	0	813 080 943	50 499 525
01	AÇÃO GOVERNATIVA	3 305 553	3 429 943	0	3 429 943	124 390
02	SERVIÇOS DE SUPORTE AO PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS	868 649	949 000	0	949 000	80 351
03	SERVIÇOS DA ÁREA DO PLANEAMENTO	10 514 137	16 072 259	0	16 072 259	5 558 122
04	SERVIÇOS DA ÁREA DAS INFRAESTRUTURAS	56 946 052	99 553 774	0	99 553 774	42 607 722
50	PROJETOS	532 378 871	561 941 575	0	561 941 575	29 562 704
90	ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	158 568 156	131 134 392	0	131 134 392	-27 433 764

	14 - ECONOMIA	275 745 218	370 828 065	30 000 000	400 828 065	125 082 847
01	AÇÃO GOVERNATIVA	5 225 969	5 818 600	0	5 818 600	592 631
02	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO ME	45 082 864	72 767 164	0	72 767 164	27 684 300
03	SERVIÇOS NA ÁREA DA ECONOMIA	105 703 377	178 452 070	0	178 452 070	72 748 693
04	SERVIÇOS NA ÁREA DA ENERGIA	99 338 889	99 338 889	30 000 000	129 338 889	30 000 000
50	PROJETOS	20 394 119	14 451 342	0	14 451 342	-5 942 777
	15 - AMBIENTE	89 593 614	89 036 651	0	89 036 651	-556 963
01	AÇÃO GOVERNATIVA	3 609 000	3 480 000	0	3 480 000	-129 000
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E CONTROLO	20 039 318	20 550 760	0	20 550 760	511 442
03	SERVIÇOS NA ÁREA DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	36 653 416	35 169 294	0	35 169 294	-1 484 122
04	SERVIÇOS NA ÁREA DA HABITAÇÃO	-	551 014	0	551 014	551 014
50	PROJETOS	29 291 880	29 285 583	0	29 285 583	-6 297
	16 - AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	387 471 946	403 810 524	0	403 810 524	16 338 578
01	AÇÃO GOVERNATIVA	2 877 731	2 863 000	0	2 863 000	-14 731
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E CONTROLO	27 573 658	27 508 438	0	27 508 438	-65 220
03	SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NO SETOR DA AGRIC. E DAS FLORESTAS	172 831 777	177 368 329	0	177 368 329	4 536 552
04	SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	65 860 057	67 220 040	0	67 220 040	1 359 983
05	SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO	18 550 217	18 550 217	0	18 550 217	0
50	PROJETOS	99 778 506	110 300 500	0	110 300 500	10 521 994
	17 - MAR	52 943 813	64 668 484	0	64 668 484	11 724 671
01	AÇÃO GOVERNATIVA	1 649 490	1 959 000	0	1 959 000	309 510
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E CONTROLO	4 683 004	3 341 174	0	3 341 174	-1 341 830
03	SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NO SETOR DO MAR	16 105 207	27 180 221	0	27 180 221	11 075 014
04	SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DO MAR	13 448 359	14 411 134	0	14 411 134	962 775
50	PROJETOS	17 057 753	17 776 955	0	17 776 955	719 202
	TOTAL GERAL	133 920 367 044	141 032 071 914	2 822 598 280	143 854 670 194	9 934 303 150

Mapa III: Despesas dos serviços integrados, por classificação funcional
(em euros)

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO: Função/Subfunção	OE/2016	Proposta PPL OE/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OE/2017	OE/2017	Varição Anual
1	FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA	8 381 239 409	8 628 867 723	2 790 000 000	11 418 867 723	3 037 628 314
1.01	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3 323 794 252	3 417 605 818	2 790 000 000	6 207 605 818	2 883 811 566
1.02	DEFESA NACIONAL	1 921 764 124	1 959 988 972	-	1 959 988 972	38 224 848
1.03	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	3 135 681 033	3 251 272 933	-	3 251 272 933	115 591 900
2	FUNÇÕES SOCIAIS	29 710 705 365	30 108 344 765	2 598 280	30 110 943 045	400 237 680
2.01	EDUCAÇÃO	6 870 697 005	7 160 096 991	-	7 160 096 991	289 399 986
2.02	SAÚDE	8 667 326 016	8 797 629 791	-	8 797 629 791	130 303 775
2.03	SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS	13 660 789 130	13 691 135 176	-	13 691 135 176	30 346 046
2.04	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	183 415 331	110 842 722	-	110 842 722	-72 572 609
2.05	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	328 477 883	348 640 085	2 598 280	351 238 365	22 760 482
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	5 178 343 956	5 782 941 625	30 000 000	5 812 941 625	634 597 669
3.01	AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	435 101 393	541 062 215	-	541 062 215	105 960 822
3.02	INDÚSTRIA E ENERGIA	105 924 670	107 980 177	30 000 000	137 980 177	32 055 507
3.03	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	3 368 470 247	3 132 089 999	-	3 132 089 999	-236 380 248
3.04	COMÉRCIO E TURISMO	16 403 270	16 403 270	-	16 403 270	0
3.05	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 252 444 376	1 985 405 964	-	1 985 405 964	732 961 588
4	OUTRAS FUNÇÕES	90 650 078 314	96 511 917 801	-	96 511 917 801	5 861 839 487
4.01	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	84 728 500 000	90 607 142 062	-	90 607 142 062	5 878 642 062
4.02	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	4 967 453 804	4 864 373 419	-	4 864 373 419	-103 080 385
4.03	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	954 124 510	1 040 402 320	-	1 040 402 320	86 277 810
	TOTAL GERAL	133 920 367 044	141 032 071 914	2 822 598 280	143 854 670 194	9 934 303 150
	TOTAL GERAL (sem operações da dívida pública)	49 191 867 044	50 424 929 852	2 822 598 280	53 247 528 132	4 055 661 088

Mapa IV: Despesas dos serviços integrados, por classificação económica
(em euros)

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS	OE/2016	Proposta PPL OE/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OE/2017	OE/2017	Variação Anual
DESPESAS CORRENTES						
01.00	DESPESAS COM O PESSOAL	9 159 587 741	8 894 509 457	0	8 894 509 457	-265 078 284
02.00	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 724 217 640	2 128 162 350	0	2 128 162 350	403 944 710
03.00	JUROS E OUTROS ENCARGOS	7 546 170 092	7 543 340 250	0	7 543 340 250	-2 829 842
04.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30 202 429 218	30 543 785 557	30 000 000	30 573 785 557	371 356 339
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	15 768 037 026	16 333 628 102	29 075 000	16 362 703 102	594 666 076
04.04	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	361 846 445	360 015 611	0	360 015 611	-1 830 834
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	2 653 650 260	2 733 453 193	0	2 733 453 193	79 802 933
04.06	SEGURANÇA SOCIAL	8 695 974 223	8 617 823 951	0	8 617 823 951	-78 150 272
04.01-04.02 04.07-04.09	OUTROS SETORES	2 722 921 264	2 498 864 700	925 000	2 499 789 700	-223 131 564
05.00	SUBSÍDIOS	136 927 666	101 903 584	2 598 280	104 501 864	-32 425 802
06.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 202 284 498	1 249 707 791	0	1 249 707 791	47 423 293
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	49 971 616 855	50 461 408 989	32 598 280	50 494 007 269	522 390 414
DESPESAS DE CAPITAL						
07.00	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	437 490 714	525 618 602	0	525 618 602	88 127 888
08.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 311 609 346	1 601 361 677	0	1 601 361 677	289 752 331
08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	895 638 266	1 152 898 543	0	1 152 898 543	257 260 277
08.04	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	141 798 578	140 674 244	0	140 674 244	-1 124 334
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	206 101 872	221 312 357	0	221 312 357	15 210 485
08.06	SEGURANÇA SOCIAL	1 950 000	1 877 608	0	1 877 608	-72 392
08.01-08.02 08.07-08.09	OUTROS SETORES	66 120 630	84 598 925	0	84 598 925	18 478 295
09.00	ATIVOS FINANCEIROS	4 924 092 129	5 274 939 275	2 790 000 000	8 064 939 275	3 140 847 146
10.00	PASSIVOS FINANCEIROS	77 182 500 000	83 064 000 000	0	83 064 000 000	5 881 500 000
11.00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	93 058 000	104 743 371	0	104 743 371	11 685 371
	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	83 948 750 189	90 570 662 925	2 790 000 000	93 360 662 925	9 411 912 736
	TOTAL GERAL	133 920 367 044	141 032 071 914	2 822 598 280	143 854 670 194	9 934 303 150
	TOTAL sem Ativos e Passivos Financeiros	51 813 774 915	52 693 132 639	32 598 280	52 725 730 919	911 956 004

Mapa V: Receitas dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica, com especificação das receitas globais de cada serviço e fundo

(em euros)

DESIGNAÇÃO	OE/2016	Proposta PPL OE/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OE/2017	OE/2017	Variação Anual
01 ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	139 435 472	344 473 288	0	344 473 288	205 037 816
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	90 585 772	153 147 683	0	153 147 683	62 561 911
COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - AÇORES	493 081	525 361	0	525 361	32 280
COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE	5 276 600	4 876 000	0	4 876 000	-400 600
COFRE PRIVATIVO TRIBUNAL CONTAS - MADEIRA	502 755	526 375	0	526 375	23 620
CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	2 642 532	2 699 850	0	2 699 850	57 318
CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA	6 551 668	149 483 108	0	149 483 108	142 931 440
ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL	4 553 912	4 623 240	0	4 623 240	69 328
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	17 150 000	16 637 000	0	16 637 000	-513 000
SERVIÇO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA	5 274 880	5 274 880	0	5 274 880	0
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	6 404 272	6 679 791	0	6 679 791	275 519
02 PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	277 033 525	428 745 691	0	428 745 691	151 712 166
AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	17 639 916	27 644 351	0	27 644 351	10 004 435
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, IP	6 435 875	6 701 731	0	6 701 731	265 856
FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO	10 278 000	8 609 750	0	8 609 750	-1 668 250
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	203 988 110	346 820 110	0	346 820 110	142 832 000
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ESTRUTURAS COMUNS AO SIED E SIS	12 162 251	11 693 634	0	11 693 634	-468 617
GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS	8 698 793	9 357 057	0	9 357 057	658 264
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA	10 682 300	10 912 491	0	10 912 491	230 191
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA	7 148 280	7 006 567	0	7 006 567	-141 713
03 NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	142 311 195	140 526 858	0	140 526 858	-1 784 337
AICEP - AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, EPE	38 980 044	33 397 544	0	33 397 544	-5 582 500
CAMOES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA, I.P.	61 831 151	63 129 314	0	63 129 314	1 298 163
FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, IP	41 500 000	44 000 000	0	44 000 000	2 500 000
04 FINANÇAS	5 147 312 377	6 279 419 513	0	6 279 419 513	1 132 107 136
AGENCIA DE GESTAO DA TESOURARIA E DA DIVIDA PUBLICA, EPE	43 870 000	44 938 600	0	44 938 600	1 068 600
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	22 771 784	22 054 833	0	22 054 833	-716 951
BANIF IMOBILIÁRIA, S.A.	-	22 332 942	0	22 332 942	22 332 942
BANIF, S.A.	-	3 126 755	0	3 126 755	3 126 755
CAIXA DESENVOLVIMENTO, SGPS, S.A.	367 461	303 740	0	303 740	-63 721
CAIXA GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.	6 699 132	3 827 756	0	3 827 756	-2 871 376
CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, S.A.	1 200 000	1 245 711	0	1 245 711	45 711
COMISSAO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS	26 552 252	21 759 770	0	21 759 770	-4 792 482
CONSEST - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A.	515 916	777 370	0	777 370	261 454
ECODETRA - SOCIEDADE DE TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS, S.A.	32 365	15 265	0	15 265	-17 100
ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, IP	31 412 349	24 363 745	0	24 363 745	-7 048 604
ES TECH VENTURES, SGPS, S.A.	-	4 586 433	0	4 586 433	4 586 433
ESTAMO - PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, S.A.	120 171 798	115 752 081	0	115 752 081	-4 419 717
FRME - FUNDO P/ A REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL, SGPS, S.A.	440 000	958 290	0	958 290	518 290
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO	237 818 544	307 377 121	0	307 377 121	69 558 577
FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO ADUANEIRO	5 245 000	4 945 000	0	4 945 000	-300 000
FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO TRIBUTARIO	100 132 850	100 991 368	0	100 991 368	858 518
FUNDO DE GARANTIA AUTOMOVEL	160 511 598	223 250 665	0	223 250 665	62 739 067
FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	375 295 039	381 087 884	0	381 087 884	5 792 845
FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS	1 439 182 686	956 239 502	0	956 239 502	-482 943 184
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL	6 081 222	3 237 783	0	3 237 783	-2 843 439
FUNDO DE REGULARIIZAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA	1 076 020 000	1 611 000 000	0	1 611 000 000	534 980 000
FUNDO DE RESOLUÇÃO	434 888 442	494 307 731	0	494 307 731	59 419 289
OITANTE, S.A.	-	171 125 562	0	171 125 562	171 125 562
PARBANCA SGPS, S.A. (ZFM)	4 228 221	3 000 000	0	3 000 000	-1 228 221
PARCAIXA, SGPS, S.A.	6 401 741	5 739 564	0	5 739 564	-662 177
PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.	44 333 928	54 130 104	0	54 130 104	9 796 176
PARPUBLICA - PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, SA	438 604 640	1 116 759 580	0	1 116 759 580	678 154 940
PARUPS, S.A.	132 290 367	118 685 516	0	118 685 516	-13 604 851
PARVALOREM, S.A.	390 339 086	388 788 030	0	388 788 030	-1 551 056
PRAÇA DO MARQUES - SERVIÇOS AUXILIARES, S.A.	-	2 656 571	0	2 656 571	2 656 571
QUINTA DOS CÔNEGOS - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	-	815 230	0	815 230	815 230
RIGHTHOUR, S.A.	-	24 789	0	24 789	24 789
SAGESECUR - ESTUDOS, DESENV. E PART. EM PROJETOS DE INV. VALORES MOBILIÁRIOS, SA	9 632 823	11 038 865	0	11 038 865	1 406 042
SANJIMO - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	275 900	269 900	0	269 900	-6 000
SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13 084 427	13 119 718	0	13 119 718	35 291
SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES	-	432 020	0	432 020	432 020
SOCIEDADE PORTUGUESA DE EMPREENDIMENTOS S.P.E., S.A.	8 835 420	25 562 619	0	25 562 619	16 727 199
WIL - PROJETOS TURÍSTICOS, S.A.	-	275 000	0	275 000	275 000
WOLFPART, SGPS, S.A.	10 077 386	18 516 100	0	18 516 100	8 438 714
05 DEFESA NACIONAL	266 033 449	282 433 452	0	282 433 452	16 400 003
ARSENAL DO ALFEITE, SA	22 514 100	22 906 100	0	22 906 100	392 000
DEFAERLOC - LOCAÇÃO DE AERONAVES MILITARES, S.A.	14 253 051	13 260 911	0	13 260 911	-992 140
DEFLOC - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DEFESA, S.A.	50 829 463	40 827 538	0	40 827 538	-10 001 925
EMPORDEF - ENGENHARIA NAVAL, SA	63 034 972	1 096 235	0	1 096 235	-61 938 737
EMPORDEF SGPS - EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA, S.A.	241 388	19 692 033	0	19 692 033	19 450 645
ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO, SA	2 276 820	54 797 589	0	54 797 589	52 520 769
EXTRA - EXPLOSIVOS DA TRAFARIA, S.A.	123 250	123 496	0	123 496	246
IDD - INDÚSTRIA DE DESMILITARIZAÇÃO E DEFESA, S.A.	2 558 080	2 558 081	0	2 558 081	1
INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS	80 291 136	80 291 136	0	80 291 136	0
INSTITUTO HIDROGRÁFICO	8 411 189	9 079 077	0	9 079 077	667 888
LABORATÓRIO MILITAR DE PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÉUTICOS	21 500 000	14 000 000	0	14 000 000	-7 500 000
MM - GESTÃO PARTILHADA, E.P.E.	-	23 801 256	0	23 801 256	23 801 256
06 ADMINISTRAÇÃO INTERNA	156 370 027	160 435 761	0	160 435 761	4 065 734
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL	129 711 882	133 777 616	0	133 777 616	4 065 734
COFRE DE PREVIDÊNCIA DA P.S.P.	965 250	965 250	0	965 250	0
SERVIÇOS SOCIAIS DA G.N.R.	18 500 000	18 500 000	0	18 500 000	0
SERVIÇOS SOCIAIS DA P.S.P.	7 192 895	7 192 895	0	7 192 895	0
07 JUSTIÇA	396 911 267	450 331 300	0	450 331 300	53 420 033
COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DE JUSTIÇA	3 706 567	3 708 347	0	3 708 347	1 780
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA	4 600 000	23 951 100	0	23 951 100	19 351 100
INSTITUTO GESTAO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, IP	347 404 467	380 863 033	0	380 863 033	33 458 566
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, I.P.	17 064 355	17 770 386	0	17 770 386	706 031
INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES, I.P.	24 135 878	24 038 434	0	24 038 434	-97 444

08 CULTURA	376 943 155	386 357 954	-925 000	385 432 954	8 489 799
CINEMATECA PORTUGUESA - MUSEU DO CINEMA, IP	3 780 000	3 844 647	0	3 844 647	64 647
COA PARQUE-FUNDAÇÃO PARA A SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO VALE DO COA	883 182	1 136 636	0	1 136 636	253 454
DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	34 920 357	37 502 090	0	37 502 090	2 581 733
FUNDAÇÃO CENTRO CULTURAL DE BELÉM	19 002 000	18 257 000	0	18 257 000	-745 000
FUNDO DE FOMENTO CULTURAL	29 150 000	30 035 498	-925 000	29 110 498	-39 502
FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL	383 278	383 278	0	383 278	0
INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL, I.P.	20 766 547	20 982 085	0	20 982 085	215 538
OPART-OGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, EPE	19 293 758	23 403 075	0	23 403 075	4 109 317
RADIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SA	244 077 804	239 809 371	0	239 809 371	-4 268 433
TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.	-	5 834 736	0	5 834 736	5 834 736
TEATRO NACIONAL DE SAO JOAO, EPE	4 686 229	5 169 538	0	5 169 538	483 309

09 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	2 193 430 052	2 319 821 310	0	2 319 821 310	126 391 258
AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS+EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	2 457 502	2 549 042	0	2 549 042	91 540
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA	10 509 784	10 861 656	0	10 861 656	351 872
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA	10 320 891	10 656 569	0	10 656 569	335 678
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO	7 584 021	8 092 426	0	8 092 426	508 405
ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL	6 122 283	6 307 859	0	6 307 859	185 576
ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D.HENRIQUE	4 216 311	4 359 730	0	4 359 730	143 419
FUNDAÇÃO CARLOS LLOYD BRAGA	28 942	28 942	0	28 942	0
FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	13 703 415	11 180 765	0	11 180 765	-2 522 650
FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	817 000	133 993	0	133 993	-683 007
FUNDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS	234 276	109 404	0	109 404	-124 872
FUNDAÇÃO GASPAR FRUTUOSO	1 270 400	1 159 135	0	1 159 135	-111 265
FUNDAÇÃO JOSÉ ALBERTO REIS	9 910	9 396	0	9 396	-514
FUNDAÇÃO LUÍS DE MOLINA	812 572	5 000	0	5 000	-807 572
FUNDAÇÃO MUSEU DA CIÊNCIA	11 803	5 000	0	5 000	-6 803
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, I.P.	425 726 708	444 782 248	0	444 782 248	19 055 540
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIÊNCIAS ECONÓMICAS FINANCEIRAS E EMPRESARIAIS	52 866	52 786	0	52 786	-80
FUNDAÇÃO RANGEL DE SAMPAIO	346 300	100 000	0	100 000	-246 300
IMAR - INSTITUTO DO MAR	1 234 572	1 379 848	0	1 379 848	145 276
INSTITUTO DE MEDICINA MOLECULAR - IMM	-	9 845 075	0	9 845 075	9 845 075
INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	13 733 560	14 960 651	0	14 960 651	1 227 091
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	13 321 088	14 720 963	0	14 720 963	1 399 875
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	26 988 551	27 570 581	0	27 570 581	582 030
INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	20 107 907	20 721 306	0	20 721 306	613 399
INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	38 071 095	40 029 145	0	40 029 145	1 958 050
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	42 870 175	46 157 630	0	46 157 630	3 287 455
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA	35 762 402	37 332 553	0	37 332 553	1 570 151
INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE	11 511 107	14 258 103	0	14 258 103	2 746 996
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM	16 522 585	16 837 756	0	16 837 756	315 171
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	23 521 291	26 274 180	0	26 274 180	2 752 889
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	13 746 164	13 445 128	0	13 445 128	-301 036
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	16 804 362	20 808 902	0	20 808 902	4 004 540
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	23 413 883	24 918 051	0	24 918 051	1 504 168
INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE	8 633 864	11 872 311	0	11 872 311	3 238 447
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	45 804 928	51 681 517	0	51 681 517	5 876 589
INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA	23 287 564	22 266 498	0	22 266 498	-1 021 066
INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO	21 878 368	23 412 976	0	23 412 976	1 534 608
ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA - FUNDAÇÃO PÚBLICA	36 446 276	38 349 029	0	38 349 029	1 902 753
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	1 181 491	1 140 056	0	1 140 056	-41 435
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	576 000	628 284	0	628 284	52 284
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	1 535 000	1 535 000	0	1 535 000	0
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	721 350	706 350	0	706 350	-15 000
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	1 786 860	2 147 808	0	2 147 808	360 948
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	3 795 244	3 829 891	0	3 829 891	34 647
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA	1 030 643	1 089 912	0	1 089 912	59 269
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE	807 116	836 846	0	836 846	29 730
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM	740 000	765 202	0	765 202	25 202
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	977 797	1 012 000	0	1 012 000	34 203
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	542 503	546 365	0	546 365	3 862
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	1 725 000	1 735 000	0	1 735 000	10 000
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	1 263 980	1 230 000	0	1 230 000	-33 980
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE	274 821	286 217	0	286 217	11 396
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	1 341 145	1 823 092	0	1 823 092	481 947
SAS - UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR	2 472 000	2 426 000	0	2 426 000	-46 000
SAS - UNIVERSIDADE DA MADEIRA	1 293 170	1 318 925	0	1 318 925	25 755
SAS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA	10 838 747	10 999 876	0	10 999 876	161 129
SAS - UNIVERSIDADE DE ÉVORA	1 734 457	1 761 701	0	1 761 701	27 244
SAS - UNIVERSIDADE DE LISBOA (UL)	8 557 935	8 113 724	0	8 113 724	-444 211
SAS - UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	3 734 699	3 903 050	0	3 903 050	168 351
SAS - UNIVERSIDADE DO ALGARVE	2 690 323	2 563 860	0	2 563 860	-126 463
SAS - UNIVERSIDADE DO MINHO	7 976 418	8 109 974	0	8 109 974	133 556
SAS - UNIVERSIDADE DOS AÇORES	1 377 538	1 360 360	0	1 360 360	-17 178
SAS - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	3 223 081	3 172 038	0	3 172 038	-51 043
UL - ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	4 358 630	-	0	-	-4 358 630
UL - FACULDADE DE ARQUITETURA	11 860 579	11 286 220	0	11 286 220	-574 359
UL - FACULDADE DE BELAS-ARTES	6 209 736	6 682 518	0	6 682 518	472 782
UL - FACULDADE DE CIÊNCIAS	33 929 455	35 922 731	0	35 922 731	1 993 276
UL - FACULDADE DE DIREITO	9 581 193	9 811 786	0	9 811 786	230 593
UL - FACULDADE DE FARMÁCIA	10 055 986	10 298 592	0	10 298 592	242 606
UL - FACULDADE DE LETRAS	19 486 483	20 658 332	0	20 658 332	1 171 849
UL - FACULDADE DE MEDICINA	15 482 068	16 267 258	0	16 267 258	785 190
UL - FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA	4 743 739	4 848 111	0	4 848 111	104 372
UL - FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA	7 653 272	7 935 512	0	7 935 512	282 240
UL - FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA	8 817 969	9 132 162	0	9 132 162	314 193
UL - FACULDADE DE PSICOLOGIA	4 809 058	4 942 304	0	4 942 304	133 246
UL - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	5 893 700	5 983 801	0	5 983 801	90 101
UL - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO	4 260 423	4 537 398	0	4 537 398	276 975
UL - INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	4 127 312	4 141 132	0	4 141 132	13 820
UL - INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS SOCIAIS POLÍTICAS	9 558 221	10 797 262	0	10 797 262	1 239 041
UL - INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	18 404 930	19 033 652	0	19 033 652	628 722
UL - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO	16 555 316	16 973 018	0	16 973 018	417 702
UL - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	88 870 740	93 910 057	0	93 910 057	5 039 317
UL - SERVIÇOS PARTILHADOS	5 471 694	-	0	-	-5 471 694
UNIVERSIDADE ABERTA	16 369 091	16 474 264	0	16 474 264	105 173
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	31 384 918	35 076 782	0	35 076 782	3 691 864
UNIVERSIDADE DA MADEIRA	15 864 649	16 336 167	0	16 336 167	471 518
UNIVERSIDADE DE AVEIRO - FUNDAÇÃO PÚBLICA	90 537 778	93 494 715	0	93 494 715	2 956 937
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	148 297 103	145 809 710	0	145 809 710	-2 487 393
UNIVERSIDADE DE ÉVORA	50 361 151	54 134 705	0	54 134 705	3 773 554
UNIVERSIDADE DE LISBOA (UL) - REITORIA	22 138 189	30 310 665	0	30 310 665	8 172 476
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	39 522 914	46 215 807	0	46 215 807	6 692 893
UNIVERSIDADE DO ALGARVE	51 869 088	55 037 356	0	55 037 356	3 168 268
UNIVERSIDADE DO MINHO - FUNDAÇÃO PÚBLICA	107 986 378	123 266 090	0	123 266 090	15 279 712
UNIVERSIDADE DO PORTO - FUNDAÇÃO PÚBLICA	213 573 790	228 099 402	0	228 099 402	14 525 612
UNIVERSIDADE DOS AÇORES	20 086 953	20 666 745	0	20 666 745	579 792
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - REITORIA	5 339 774	6 466 387	0	6 466 387	1 126 613
UNL - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	3 108 996	3 150 691	0	3 150 691	41 695
UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA	37 245 516	37 300 546	0	37 300 546	55 030
UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS	12 659 224	14 271 674	0	14 271 674	1 612 450
UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	24 143 886	25 253 344	0	25 253 344	1 109 458
UNL - FACULDADE DE DIREITO	2 737 983	2 850 028	0	2 850 028	112 045
UNL - FACULDADE DE ECONOMIA	12 081 603	13 228 652	0	13 228 652	1 147 049
UNL - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA ANTONIO XAVIER	8 760 140	9 217 000	0	9 217 000	456 860
UNL - INSTITUTO DE HIGIENE E MEDICINA TROPICAL	5 698 409	6 098 042	0	6 098 042	399 633
UNL - INSTITUTO SUPERIOR ESTATÍSTICA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO	3 449 971	3 623 007	0	3 623 007	173 036

10 EDUCAÇÃO	665 724 415	658 062 324	0	658 062 324	-7 662 091
AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS+JUVENTUDE EM AÇÃO	5 294 600	6 342 553	0	6 342 553	1 047 953
AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.	7 859 054	7 722 558	0	7 722 558	-136 496
EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	4 258 264	4 258 000	0	4 258 000	-264
ESCOLA PORTUGUESA DE CABO VERDE - CELP	-	1 135 520	0	1 135 520	1 135 520
ESCOLA PORTUGUESA DE DILI - CELP - RUY CINATTI	2 107 380	2 117 070	0	2 117 070	9 690
ESCOLA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE	5 900 000	5 365 300	0	5 365 300	-534 700
ESCOLA PORTUGUESA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE - CELP	-	1 079 400	0	1 079 400	1 079 400
FUNDAÇÃO JUVENTUDE	2 103 734	2 103 734	0	2 103 734	0
INSTITUTO DE AVALIAÇÃO EDUCATIVA, I.P.	4 080 000	4 449 106	0	4 449 106	369 106
INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P. (IGEFE, I.P.)	244 711 225	249 691 058	0	249 691 058	4 979 833
INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, IP	74 741 378	82 433 249	0	82 433 249	7 691 871
PARQUE ESCOLAR - E.P.E.	314 668 780	291 364 776	0	291 364 776	-23 304 004
11 TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	11 890 379 655	11 861 268 565	0	11 861 268 565	-29 111 090
CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES, I.P.	10 471 962 679	10 506 778 900	0	10 506 778 900	34 816 221
CASA PIA DE LISBOA, IP	40 932 380	40 525 385	0	40 525 385	-406 995
CENTRO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA (CEFPPI)	3 956 800	3 918 272	0	3 918 272	-38 528
CENTRO DE FORM. PROF. DOS TRAB. DE ESCRITÓRIO, COM., SERV. E NOVAS TECNOLOGIAS	2 240 115	2 213 262	0	2 213 262	-26 853
CENTRO DE FORMAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (INOVINTER)	3 948 600	3 892 371	0	3 892 371	-56 229
CENTRO DE FORMAÇÃO PROF. DA INDUST. DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO SUL	6 213 028	6 124 910	0	6 124 910	-88 118
CENTRO DE FORMAÇÃO PROF. P/ SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO NORTE	6 200 000	6 115 849	0	6 115 849	-84 151
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADO	4 921 100	4 701 571	0	4 701 571	-219 529
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE CORTIÇA	1 555 600	1 555 600	0	1 555 600	0
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE FUNDAÇÃO	1 538 355	1 538 355	0	1 538 355	0
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE OURIVESARIA E RELOJARIA (CINDOR)	1 828 896	1 888 896	0	1 888 896	60 000
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA ELECTRONICA	4 788 551	4 696 035	0	4 696 035	-92 516
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA METALURGICA E METALOMECANICA	17 445 000	16 915 250	0	16 915 250	-529 750
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA TEXTIL, VEST., CONF. E LANIFICIOS	8 111 051	8 028 883	0	8 028 883	-82 168
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA REPARAÇÃO AUTOMÓVEL	3 304 000	3 309 744	0	3 309 744	5 744
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS INDÚSTRIAS DA MADEIRA E MOBILIÁRIO	2 159 605	2 208 000	0	2 208 000	48 395
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESCAS E DO MAR	5 712 385	5 966 947	0	5 966 947	254 562
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARTESANATO	2 678 000	2 639 803	0	2 639 803	-38 197
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INDÚSTRIA DE CERAMICA	3 135 100	3 111 824	0	3 111 824	-23 276
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O COMERCIO E AFINS	3 012 320	2 968 817	0	2 968 817	-43 503
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SETOR ALIMENTAR	4 888 300	4 628 326	0	4 628 326	-259 974
CENTRO DE FORMAÇÃO SINDICAL E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	3 932 281	3 935 351	0	3 935 351	3 070
CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA	5 583 120	5 257 753	0	5 257 753	-325 367
CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA JORNALISTAS	897 930	852 576	0	852 576	-45 354
CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SETOR DA JUSTIÇA	2 783 620	2 745 169	0	2 745 169	-38 451
COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL	6 944 282	11 195 342	0	11 195 342	4 251 060
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDÁRIO	50 036 800	67 481 296	0	67 481 296	17 444 496
INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL IP	941 854 757	853 001 078	0	853 001 078	-88 853 679
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA, IP	277 815 000	283 073 000	0	283 073 000	5 258 000
12 SAÚDE	13 548 825 252	15 916 936 062	0	15 916 936 062	2 368 110 810
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE, I.P.	4 771 633 064	6 762 376 619	0	6 762 376 619	1 990 743 555
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	1 365 579 631	1 416 840 991	0	1 416 840 991	51 261 360
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO, I.P.	1 211 052 399	1 222 392 607	0	1 222 392 607	1 130 208
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALGARVE, I.P.	148 756 158	151 686 574	0	151 686 574	2 930 416
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	543 498 262	586 698 554	0	586 698 554	43 200 292
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.	1 287 755 119	1 366 863 232	0	1 366 863 232	79 108 113
CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE	63 066 164	61 566 146	0	61 566 146	-1 500 018
CENTRO HOSPITALAR DA VILA COVA DA BEIRA, EPE	48 475 824	52 239 628	0	52 239 628	3 763 804
CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE DOURO E VOUGA, EPE	77 084 726	81 440 875	0	81 440 875	4 356 149
CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA, EPE	90 538 269	91 266 825	0	91 266 825	728 556
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL, EPE	361 356 235	370 374 314	0	370 374 314	9 018 079
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA NORTE, EPE	332 712 666	335 711 207	0	335 711 207	2 998 541
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCEIDENTAL, EPE	214 309 277	226 526 692	0	226 526 692	12 217 415
CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, EPE	322 183 391	335 879 948	0	335 879 948	13 696 557
CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL, EPE	88 384 580	83 714 078	0	83 714 078	-4 670 502
CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, EPE	184 347 585	204 985 918	0	204 985 918	20 638 333
CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, EPE	63 722 102	66 668 676	0	66 668 676	2 946 574
CENTRO HOSPITALAR DO MEDIO AVE, EPE	42 790 172	43 552 218	0	43 552 218	762 046
CENTRO HOSPITALAR DO MEDIO TEJO, EPE	69 986 658	67 165 454	0	67 165 454	-2 821 204
CENTRO HOSPITALAR DO OESTE	71 924 022	75 688 409	0	75 688 409	3 764 387
CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, EPE	252 920 521	260 455 558	0	260 455 558	7 535 037
CENTRO HOSPITALAR DO TAMEGA E SOUSA, EPE	77 633 498	80 374 166	0	80 374 166	2 740 668
CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITARIO DE COIMBRA, EPE	438 659 834	460 994 547	0	460 994 547	22 334 713
CENTRO HOSPITALAR POVOA DO VARZIM - VILA DO CONDE, EPE	23 503 995	24 228 382	0	24 228 382	724 387
CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE LISBOA	21 984 102	23 267 601	0	23 267 601	1 283 499
CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, EPE	109 906 031	113 856 076	0	113 856 076	3 950 045
CENTRO HOSPITALAR TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO, EPE	116 819 768	125 678 357	0	125 678 357	8 858 589
CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA DE GAIA / ESPINHO, EPE	158 611 066	166 326 620	0	166 326 620	7 715 554
CENTRO MEDICO DE REABIL. DA REG. CENTRO - ROVISCO PAIS	8 367 160	10 681 167	0	10 681 167	2 314 007
EAS EMPRESA AMBIENTE NA SAÚDE, TRATAMENTO DE RESIDUOS HOSPITALARES UNIPESSOAL, L	2 100 000	2 100 000	0	2 100 000	0
ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE - ORÇ.PRIV.	5 768 500	5 988 250	0	5 988 250	219 750
FUNDO PARA A INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE	1 000 000	1 000 000	0	1 000 000	0
HOSPITAL ARCEBISPO JOAO CRISOSTOMO - CANTANHEDE	4 461 049	4 768 230	0	4 768 230	307 181
HOSPITAL DA SENHORA DA OLIVEIRA GUIMARÃES, EPE	80 796 676	79 659 571	0	79 659 571	-1 137 105
HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ, EPE	25 461 054	29 476 242	0	29 476 242	4 015 188
HOSPITAL DISTRITAL DE SANTAREM, EPE	67 655 722	69 375 000	0	69 375 000	1 719 278
HOSPITAL DO ESPIRITO SANTO, DE EVORA, EPE	79 373 909	82 949 349	0	82 949 349	3 575 440
HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO - OVAR	6 502 347	6 511 000	0	6 511 000	8 653
HOSPITAL GARCIA DA HORTA, EPE - ALMADA	132 139 529	142 167 909	0	142 167 909	10 028 380
HOSPITAL MAGALHÃES LEMOS - PORTO, EPE	26 174 763	27 917 379	0	27 917 379	1 742 616
HOSPITAL PROF. DOUTOR FERNANDO FONSECA, EPE	152 839 702	148 771 498	0	148 771 498	-4 068 204
HOSPITAL SANTA MARIA MAIOR - BARCELOS, EPE	20 562 589	21 070 065	0	21 070 065	507 476
INFARMED - AUTORIDADE NAC. DO MEDICAMENTO E PROD. DE SAÚDE, I.P.	67 864 063	64 872 538	0	64 872 538	-2 991 525
INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, I.P.	100 322 293	107 549 822	0	107 549 822	7 227 529
INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE I.P.	27 279 767	28 535 835	0	28 535 835	1 256 068
INSTITUTO OFTALMOLOGICO DR. GAMA PINTO	5 167 967	5 505 137	0	5 505 137	337 170
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA - COIMBRA, EPE	61 334 800	61 873 178	0	61 873 178	538 378
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA - LISBOA, EPE	108 698 332	113 327 623	0	113 327 623	4 629 291
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA - PORTO, EPE	131 781 734	139 030 529	0	139 030 529	7 248 795
INSTITUTO PORTUGUÊS DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇÃO	63 093 070	59 815 817	0	59 815 817	-3 277 253
SERVÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	81 997 711	72 413 044	0	72 413 044	-9 584 667
SUCH-DALIKIA SERVIÇOS HOSPITALARES, ACE	26 197 499	-	0	-	-26 197 499
SUCH-SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMUM DOS HOSPITAIS	115 392 162	164 780 772	0	164 780 772	49 388 610
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, EPE	83 281 493	90 882 968	0	90 882 968	7 601 475
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE	63 681 073	68 304 988	0	68 304 988	4 623 915
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, EPE	104 023 452	108 205 276	0	108 205 276	4 181 824
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, EPE	131 104 360	134 549 344	0	134 549 344	3 444 984
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE	80 626 899	84 267 549	0	84 267 549	3 640 650
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO, EPE	55 707 421	54 947 651	0	54 947 651	-759 770
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE, EPE	81 399 888	86 073 672	0	86 073 672	4 673 784
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, EPE	77 473 149	80 744 387	0	80 744 387	3 271 238

13 PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS	4 470 721 663	3 645 775 476	0	3 645 775 476	-824 946 187
AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO	31 513 647	206 892 189	0	206 892 189	175 378 542
AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES	14 901 084	14 288 583	0	14 288 583	-612 501
AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES	84 436 000	96 478 000	0	96 478 000	12 042 000
AUTORIDADE NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	52 685 498	77 844 745	0	77 844 745	25 159 247
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO	5 725 748	6 516 368	0	6 516 368	790 620
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO	7 985 219	7 908 853	0	7 908 853	-76 366
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE	5 420 125	5 525 946	0	5 525 946	105 821
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO	9 840 265	11 664 418	0	11 664 418	1 824 153
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE	17 575 423	15 658 902	0	15 658 902	-2 098 521
CP - COMBOIOS DE PORTUGAL, EPE	551 637 412	497 384 093	0	497 384 093	-54 253 319
FCM - FUNDAÇÃO PARA AS COMUNICAÇÕES MOVEIS	17 705 000	-	0	-	-17 705 000
FUNDAÇÃO MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO ARMANDO GINESTAL MACHADO	1 358 732	2 753 860	0	2 753 860	1 395 128
GIL - GARE INTERMODAL DE LISBOA, S.A.	16 310 628	14 252 260	0	14 252 260	-2 058 368
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	2 620 337 901	2 455 861 966	0	2 455 861 966	-164 475 935
INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES	128 283 963	188 677 845	0	188 677 845	60 393 882
INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO	12 036 533	13 577 231	0	13 577 231	1 540 698
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL	27 688 737	28 209 173	0	28 209 173	520 436
METRO - MONDEGO, SA	2 373 740	2 281 044	0	2 281 044	-92 696
TAP - TRANSPORTES AERÉOS PORTUGUESES, SGPS, SA	862 724 008	-	0	-	-862 724 008
14 ECONOMIA	1 062 462 137	1 266 485 470	30 000 000	1 296 485 470	234 023 333
AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO	9 937 975	11 034 942	0	11 034 942	1 096 967
AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA-IP	10 711 278	11 250 816	0	11 250 816	539 538
ENATUR - EMPRESA NACIONAL DE TURISMO, S.A.	4 196 457	4 131 128	0	4 131 128	-65 329
ENTIDADE NACIONAL PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEL, E.P.E.	29 636 467	31 271 194	0	31 271 194	1 634 727
ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DA REGIÃO DE LISBOA	3 435 590	3 470 458	0	3 470 458	34 868
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS	9 790 171	9 780 978	0	9 780 978	-9 193
FUNDO DE CONTRAGARANTIA MUTUO	123 712 980	175 900 093	0	175 900 093	52 187 113
FUNDO PARA A SUSTENTABILIDADE SISTÊMICA DO SETOR ENERGÉTICO	90 000 000	90 000 000	30 000 000	120 000 000	30 000 000
IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	447 775 851	568 474 117	0	568 474 117	120 698 266
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE DESENVOLVIMENTO, SA	4 223 210	4 572 042	0	4 572 042	348 832
INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL IP	257 905 096	273 577 092	0	273 577 092	15 671 996
INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE IP	6 665 841	7 306 336	0	7 306 336	640 495
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO IP	4 285 320	4 236 247	0	4 236 247	-49 073
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA, I.P.	15 529 481	17 151 618	0	17 151 618	1 622 137
REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE	5 503 608	6 733 109	0	6 733 109	1 229 501
SPGM - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO, SA	17 528 725	21 673 108	0	21 673 108	4 144 383
TURISMO CENTRO DE PORTUGAL	6 579 967	6 308 424	0	6 308 424	-271 543
TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T.	5 736 535	5 207 933	0	5 207 933	-528 602
TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R.	9 307 585	14 405 835	0	14 405 835	5 098 250
15 AMBIENTE	1 708 614 454	1 574 133 579	0	1 574 133 579	-134 480 875
AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE	50 579 741	74 428 631	0	74 428 631	23 848 890
COIMBRA VIVA, SRU	269 277	-	0	-	-269 277
COSTA POLIS SOC PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS NA COSTA DA CAPARICA, SA	380 797	380 797	0	380 797	0
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DAS ÁGUAS E DOS RESÍDUOS	8 725 000	9 484 696	0	9 484 696	759 696
FUNDO AMBIENTAL	-	153 873 943	0	153 873 943	153 873 943
FUNDO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	4 546 001	-	0	-	-4 546 001
FUNDO DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	14 002 850	-	0	-	-14 002 850
FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE	1 000 000	-	0	-	-1 000 000
FUNDO PORTUGUÊS DE CARBONO	142 458 118	-	0	-	-142 458 118
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	118 401 804	84 076 708	0	84 076 708	-34 325 096
MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES - SOC. CONCESSIONÁRIA DA MARINA PARQUE DAS NAÇÕES, S.A.	20 697 368	19 416 869	0	19 416 869	-1 280 499
METRO DO PORTO CONSULTORIA - CONSULT. EM TRANSP. URBANOS E PARTICIP., UNIP, LDA.	2 500	2 500	0	2 500	0
METRO DO PORTO, S.A.	663 754 822	672 944 968	0	672 944 968	9 190 146
METROPOLITANO DE LISBOA, S.A.	488 576 903	340 123 844	0	340 123 844	-148 453 059
PARQUE EXPO, 98 S.A.	50 536 778	24 582 743	0	24 582 743	-25 954 035
POLIS LITORAL NORTE, SA	16 781 808	22 779 561	0	22 779 561	5 997 753
POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO, SA	23 630 600	15 653 429	0	15 653 429	-7 977 171
POLIS LITORAL RIA FORMOSA, SA	21 005 418	21 834 445	0	21 834 445	829 027
POLIS LITORAL SUDOESTE-SOC. PARA A REQ. E VALOR DO SUD ALENTEJANO E C. VICENTINA	8 484 391	6 075 705	0	6 075 705	-2 408 686
PORTO VIVO, S.R.U. - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA	3 761 084	5 096 024	0	5 096 024	1 334 940
SOFLUSA - SOCIEDADE FLUVIAL DE TRANSPORTES, SA	17 919 806	19 860 324	0	19 860 324	1 940 518
TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, SA	46 338 047	99 534 642	0	99 534 642	53 196 595
VIANAPOLIS, SOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS EM VIANA DO CASTELO, SA	6 761 341	3 983 750	0	3 983 750	-2 777 591
16 AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	807 601 928	894 915 825	0	894 915 825	87 313 897
EDIA-EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA ESTRUTURAS DO ALQUEVA, S.A.	92 320 420	109 037 435	0	109 037 435	16 717 015
FUNDO FLORESTAL PERMANENTE	20 600 000	25 400 000	0	25 400 000	4 800 000
FUNDO SANITARIO E DE SEGURANÇA ALIMENTAR MAIS	31 153 681	21 900 000	0	21 900 000	-9 253 681
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, IP	55 621 145	59 298 993	0	59 298 993	3 677 848
INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO, I.P.	11 483 823	11 192 102	0	11 192 102	-291 721
INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PISCAS, I.P.	557 418 466	627 567 391	0	627 567 391	70 148 925
INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO, I.P.	9 946 006	10 332 977	0	10 332 977	386 971
INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA, IP	28 349 187	29 601 348	0	29 601 348	1 252 161
TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CENTRO TURISTICO, CINEGETICO E DE EDUC AMB., CIRPL	709 200	585 579	0	585 579	-123 621
16 MAR	43 311 444	52 256 738	0	52 256 738	8 945 294
FUNDO AZUL	-	11 085 651	0	11 085 651	11 085 651
FUNDO DE COMPENSAÇÃO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA PESCA	1 250 000	1 250 000	0	1 250 000	0
INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, IP	42 061 444	39 921 087	0	39 921 087	-2 140 357
TOTAL GERAL	43 293 421 467	46 662 379 166	29 075 000	46 691 454 166	3 398 032 699

Mapa VI: Receitas dos serviços e fundos autónomos, por classificação económica
(em euros)

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	OE/2016	Proposta PPL OE/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OE/2017	OE/2017	Variação Anual
RECEITAS CORRENTES						
01.00.00	IMPOSTOS DIRETOS	-	-	-	-	0
01.01.00	SOBRE O RENDIMENTO:	-	-	-	-	0
01.01.01	IMP.S/REND.PESS.SINGULARES (IRS)	-	-	-	-	0
01.01.02	IMP.S/REND.PESS.COLETIVAS (IRC)	-	-	-	-	0
02.00.00	IMPOSTOS INDIRETOS:	567 659 227	632 272 595	-	632 272 595	64 613 368
02.01.00	SOBRE O CONSUMO:	4 190 495	-	-	-	-4 190 495
02.01.01	IMPOSTO S/ PRODUTOS PETROLÍFEROS (ISP)	-	-	-	-	0
02.01.02	IMPOSTO S/ VALOR ACRESCENTADO (IVA)	4 190 495	-	-	-	-4 190 495
02.02.00	OUTROS:	563 468 732	632 272 595	-	632 272 595	68 803 863
02.02.01	LOTARIAS	108 536 172	130 780 840	-	130 780 840	22 244 668
02.02.03	IMPOSTO DO JOGO	111 450 372	130 141 620	-	130 141 620	18 691 248
02.02.05	RESULTADOS EXPLORAÇÃO APOSTAS MUTUAS	235 856 913	241 427 015	-	241 427 015	5 570 102
02.02.99	IMPOSTOS INDIRETOS DIVERSOS	107 625 275	129 923 120	-	129 923 120	22 297 845
03.00.00	CONTRIBUIÇÕES PARA SEG. SOCIAL, CGA E ADSE:	3 975 975 230	3 912 802 181	-	3 912 802 181	-63 173 049
03.02.00	REGIMES COMPLEMENTARES E ESPECIAIS	5 115 000	5 114 771	-	5 114 771	-229
03.02.02	REGIMES COMPLEMENTARES	5 115 000	5 114 771	-	5 114 771	-229
03.03.00	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E ADSE:	3 970 860 230	3 907 687 410	-	3 907 687 410	-63 172 820
03.03.01	QUOTAS E COMPARTICIPAÇÕES PARA A CGA	3 871 056 800	3 808 531 990	-	3 808 531 990	-62 524 810
03.03.99	OUTROS	99 803 430	99 155 420	-	99 155 420	-648 010
04.00.00	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	1 838 751 784	1 921 818 833	-	1 921 818 833	83 067 049
04.01.00	TAXAS:	1 715 309 520	1 803 270 643	-	1 803 270 643	87 961 123
04.01.01	TAXAS DE JUSTIÇA	107 388 754	110 155 075	-	110 155 075	2 766 321
04.01.02	TAXAS DE REGISTO DE NOTARIADO	1 214 861	1 167 987	-	1 167 987	-46 874
04.01.03	TAXAS DE REGISTO PREDIAL	95 628 040	68 076 505	-	68 076 505	-27 551 535
04.01.04	TAXAS DE REGISTO CIVIL	11 265 601	11 798 587	-	11 798 587	532 986
04.01.05	TAXAS DE REGISTO COMERCIAL	21 570 703	22 437 845	-	22 437 845	867 142
04.01.06	TAXAS FLORESTAIS	10 000 000	8 660 000	-	8 660 000	-1 340 000
04.01.07	TAXAS VINÍCOLAS	10 421 056	10 191 610	-	10 191 610	-229 446
04.01.08	TAXAS MODERADORAS	149 083 538	163 238 968	-	163 238 968	14 155 430
04.01.10	TAXAS S/ ENERGIA	-	-	-	-	-
04.01.12	TAXAS S/ COMERCIALIZAÇÃO E ABATE DE GADO	50 000	50 000	-	50 000	-
04.01.13	TAXAS DE PORTOS	-	-	-	-	-
04.01.15	TAXAS S/ CONTROLO METROLÓGICO E DE QUALIDADE	3 924 350	4 331 491	-	4 331 491	407 141
04.01.16	TAXAS S/ FISCALIZAÇÃO DE ATIV. COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	350 000	1 850 000	-	1 850 000	1 500 000
04.01.17	TAXAS S/ LICENCIAMENTOS DIV. CONCEDIDOS A EMPRESAS	21 491 583	32 192 199	-	32 192 199	10 700 616
04.01.18	TAXAS S/ VALOR DE ADJUDICAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	850 000	280 000	-	280 000	-570 000
04.01.20	EMOLUMENTOS CONSULARES	34 000 000	34 900 000	-	34 900 000	900 000
04.01.21	PORTAGENS	328 386 934	336 107 844	-	336 107 844	7 720 910
04.01.22	PROPINAS	325 238 360	333 236 305	-	333 236 305	7 997 945
04.01.99	TAXAS DIVERSAS	594 445 740	664 596 227	-	664 596 227	70 150 487
04.02.00	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	123 442 264	118 548 190	-	118 548 190	-4 894 074
04.02.01	JUROS DE MORA	6 301 182	6 240 054	-	6 240 054	-61 128
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	410 200	2 300	-	2 300	-407 900
04.02.03	MULTAS E COIMAS P/INFRAÇÕES CÓDIGO ESTRADA E RESTANTE LEGISLAÇÃO	1 750 000	1 567 300	-	1 567 300	-182 700
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRAINDENAÇÕES	48 119 961	42 984 817	-	42 984 817	-5 135 144
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	66 860 921	67 753 719	-	67 753 719	892 798
05.00.00	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE:	518 556 301	558 322 096	-	558 322 096	39 765 795
05.01.00	JUROS - SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS:	12 506 300	8 677 204	-	8 677 204	-3 829 096
05.01.01	PÚBLICAS	77 700	498 506	-	498 506	420 806
05.01.02	PRIVADAS	12 428 600	8 178 698	-	8 178 698	-4 249 902
05.02.00	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	341 239 823	353 333 046	-	353 333 046	12 093 223
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	341 162 447	353 263 142	-	353 263 142	12 100 695
05.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	77 376	69 904	-	69 904	-7 472
05.03.00	JUROS - ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS:	57 648 381	72 386 074	-	72 386 074	14 737 693
05.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	40 827 374	46 194 673	-	46 194 673	5 367 299
05.03.02	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SFA	15 466 612	21 696 830	-	21 696 830	6 230 218
05.03.04	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE	1 354 395	4 430 000	-	4 430 000	3 075 605
05.03.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	-	64 571	-	64 571	64 571
05.04.00	JUROS - INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS	313 272	134 247	-	134 247	-179 025
05.04.01	JUROS - INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS	313 272	134 247	-	134 247	-179 025
05.05.00	JUROS - FAMÍLIAS	3 111 428	2 944 258	-	2 944 258	-167 170
05.05.01	JUROS - FAMÍLIAS	3 111 428	2 944 258	-	2 944 258	-167 170
05.06.00	JUROS - RESTO DO MUNDO:	2 029 545	1 695 191	-	1 695 191	-334 354
05.06.01	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	617 545	566 191	-	566 191	-51 354
05.06.02	UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	1 412 000	1 015 000	-	1 015 000	-397 000
05.06.03	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	-	114 000	-	114 000	114 000
05.07.00	DIVID. E PARTICIP. LUCROS DE SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	72 486 129	80 966 945	-	80 966 945	8 480 816
05.07.01	DIVID. E PARTICIP. LUCROS DE SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	72 486 129	80 966 945	-	80 966 945	8 480 816
05.08.00	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES LUCROS DE SOC. FINANCEIRAS	10 928 153	11 492 711	-	11 492 711	564 558
05.08.01	DIVIDENDOS E PARTICIP. NOS LUCROS DE SOC. FINANCEIRAS	10 928 153	11 492 711	-	11 492 711	564 558
05.10.00	RENDAS:	17 660 170	23 743 699	-	23 743 699	6 083 529
05.10.01	TERRENOS	169 510	155 782	-	155 782	-13 728
05.10.03	HABITAÇÕES	468 304	426 190	-	426 190	-42 114
05.10.04	EDIFÍCIOS	7 582 508	13 539 141	-	13 539 141	5 956 633
05.10.99	OUTROS	9 439 848	9 622 586	-	9 622 586	182 738
05.11.00	ATIVOS INCORPÓREOS:	633 100	2 948 721	-	2 948 721	2 315 621
05.11.01	ATIVOS INCORPÓREOS	633 100	2 948 721	-	2 948 721	2 315 621

06.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:	18 327 710 697	20 870 572 647	29 075 000	20 899 647 647	2 571 936 950
06.01.00	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS:	32 570 486	37 718 387	-	37 718 387	5 147 901
06.01.01	PÚBLICAS	2 925 372	4 920 630	-	4 920 630	1 995 258
06.01.02	PRIVADAS	29 645 114	32 797 757	-	32 797 757	3 152 643
06.02.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS:	70 337 200	17 469 411	-	17 469 411	-52 867 789
06.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	67 337 190	14 969 401	-	14 969 401	-52 367 789
06.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	3 000 010	2 500 010	-	2 500 010	-500 000
06.03.00	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:	15 568 627 172	16 322 879 971	29 075 000	18 885 927 440	2 813 854 661
06.03.01	ESTADO	-	-	29 075 000	16 351 954 971	783 327 799
06.03.04	ESTADO-SUBSIST. DE PROT. FAMÍLIA E POLIT. ATIVAS DE EMP. E FORM. PROF.	-	-	-	-	-
06.03.05	ESTADO-PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS	54 942 426	55 531 613	-	55 531 613	589 187
06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	438 824 179	2 469 499 952	-	2 469 499 952	2 030 675 773
06.03.09	SER. FUND. AUT. - SUBSIST. DE PROT. A FAM. E POLIT. ATIVAS DE EMP. E FORM. PROF.	1 434 484	-	-	-	-1 434 484
06.03.10	SFA - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS	5 672 049	4 764 193	-	4 764 193	-907 856
06.03.11	SFA - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS COFINANCIADOS	2 572 469	4 176 711	-	4 176 711	1 604 242
06.04.00	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL:	2 898 307	8 615 556	-	8 615 556	5 717 249
06.04.01	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	1 760 090	4 890 000	-	4 890 000	3 129 910
06.04.02	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	1 138 217	3 725 556	-	3 725 556	2 587 339
06.05.00	ADMINISTRAÇÃO LOCAL:	37 800 284	38 101 706	-	38 101 706	301 422
06.05.01	CONTINENTE	37 786 284	38 080 206	-	38 080 206	293 922
06.05.02	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	14 000	21 500	-	21 500	7 500
06.06.00	SEGURANÇA SOCIAL:	1 543 646 596	1 302 759 838	-	1 302 759 838	-240 886 758
06.06.01	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	555 498 970	561 861 480	-	561 861 480	6 362 510
06.06.02	PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS	-	-	-	-	0
06.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS	60 336 418	63 808 045	-	63 808 045	3 471 627
06.06.04	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	927 811 208	677 090 313	-	677 090 313	-250 720 895
06.07.00	INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS:	14 705 800	15 032 685	-	15 032 685	326 885
06.07.01	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	14 705 800	15 032 685	-	15 032 685	326 885
06.08.00	FAMÍLIAS:	79 569 901	79 596 299	-	79 596 299	26 398
06.08.01	FAMÍLIAS	79 569 901	79 596 299	-	79 596 299	26 398
06.09.00	RESTO DO MUNDO:	474 109 344	514 426 325	-	514 426 325	40 316 981
06.09.01	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	455 655 252	492 880 421	-	492 880 421	37 225 169
06.09.04	UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	16 775 485	19 360 637	-	19 360 637	2 585 152
06.09.05	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	1 678 607	2 185 267	-	2 185 267	506 660
07.00.00	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	6 447 160 804	6 524 687 048	-	6 524 687 048	77 526 244
07.01.00	VENDA DE BENS:	248 731 063	214 638 574	-	214 638 574	-34 092 489
07.01.01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	454 447	1 186 462	-	1 186 462	732 015
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	3 416 159	3 402 631	-	3 402 631	-13 528
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	3 624 113	3 944 281	-	3 944 281	320 168
07.01.04	FARDAMENTOS E ARTIGOS PESSOAIS	90 000	70 000	-	70 000	-20 000
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	2 456 681	2 629 710	-	2 629 710	173 029
07.01.06	PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS	1 157 418	1 037 237	-	1 037 237	-120 181
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	9 097 468	8 825 196	-	8 825 196	-272 272
07.01.08	MERCADORIAS	35 391 161	48 787 507	-	48 787 507	13 396 346
07.01.09	MATÉRIAS DE CONSUMO	11 701 326	11 306 693	-	11 306 693	-394 633
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	173 417	122 941	-	122 941	-50 476
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	1 909 045	7 437 088	-	7 437 088	5 528 043
07.01.99	OUTROS	179 259 828	125 888 828	-	125 888 828	-53 371 000
07.02.00	SERVIÇOS:	6 116 187 350	6 230 949 133	-	6 230 949 133	114 761 783
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	107 357 100	92 752 874	-	92 752 874	-14 604 226
07.02.02	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA	55 735 175	52 768 801	-	52 768 801	-2 966 374
07.02.03	VISTORIAS E ENSAIOS	2 209 490	2 466 520	-	2 466 520	257 030
07.02.04	SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS	10 521 285	12 975 177	-	12 975 177	2 453 892
07.02.05	ATIVIDADES DE SAÚDE	4 705 261 011	4 883 613 417	-	4 883 613 417	178 352 406
07.02.06	REPARAÇÕES	22 369 208	22 310 050	-	22 310 050	-59 158
07.02.07	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	35 722 730	36 211 782	-	36 211 782	489 052
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	28 341 724	30 075 630	-	30 075 630	1 733 906
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	37 027	396 159	-	396 159	359 132
07.02.99	OUTROS	1 148 632 600	1 097 378 723	-	1 097 378 723	-51 253 877
07.03.00	RENDAS:	82 242 391	79 099 341	-	79 099 341	-3 143 050
07.03.01	HABITAÇÕES	17 395 364	18 233 715	-	18 233 715	838 351
07.03.02	EDIFÍCIOS	45 085 047	40 415 869	-	40 415 869	-4 669 178
07.03.99	OUTRAS	19 761 980	20 449 757	-	20 449 757	687 777
08.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES:	203 391 239	412 274 759	-	412 274 759	208 883 520
08.01.00	OUTRAS:	189 721 478	234 548 141	-	234 548 141	44 826 663
08.01.01	PRÉMIOS, TAXAS POR GARANTIAS DE RISCO E DIFERENÇAS DE CAMBIO	-	665 230	-	665 230	-66 453
08.01.99	OUTRAS	188 989 795	233 882 911	-	233 882 911	44 893 116
08.02.00	SUBSÍDIOS	13 669 761	177 726 618	-	177 726 618	164 056 857
08.02.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS PÚBLICAS	368 544	-	-	-	-368 544
08.02.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS PRIVADAS	-	298 414	-	298 414	298 414
08.02.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	-	75 000	-	75 000	75 000
08.02.09	SEGURANÇA SOCIAL	13 301 217	176 863 204	-	176 863 204	163 561 987
08.02.10	INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS	-	490 000	-	490 000	490 000
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	31 879 205 282	34 832 750 159	29 075 000	34 861 825 159	2 982 619 877

RECEITAS DE CAPITAL						
09.00.00	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO:	225 311 065	259 100 260	-	259 100 260	33 789 195
09.01.00	TERRENOS:	14 251 351	9 730 372	-	9 730 372	-4 520 979
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	14 223 950	9 701 600	-	9 701 600	-4 522 350
09.01.06	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE	27 401	28 771	-	28 771	1 370
09.01.10	FAMÍLIAS	-	1	-	1	1
09.02.00	HABITAÇÕES:	1 064 583	2 790 585	-	2 790 585	1 726 002
09.02.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	-	1	-	1	1
09.02.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	874 000	600 000	-	600 000	-274 000
09.02.06	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE	-	-	-	-	-
09.02.10	FAMÍLIAS	190 583	2 190 584	-	2 190 584	2 000 001
09.03.00	EDIFÍCIOS:	151 207 441	230 672 747	-	230 672 747	79 465 306
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	72 082 913	152 476 219	-	152 476 219	80 393 306
09.03.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-245 010
09.03.03	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO	6 245	1 005 745	-	1 005 745	999 500
09.03.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	77 685 253	76 280 500	-	76 280 500	-1 404 753
09.03.06	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE	963 010	685 283	-	685 283	-277 727
09.03.09	INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS	-	-	-	-	-
09.03.10	FAMÍLIAS	225 010	225 000	-	225 000	-10
09.04.00	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO:	58 787 690	15 906 556	-	15 906 556	-42 881 134
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	58 605 908	14 254 781	-	14 254 781	-44 351 127
09.04.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	-	495 445	-	495 445	495 445
09.04.03	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO	20 000	20 000	-	20 000	-
09.04.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	127 000	1 128 000	-	1 128 000	1 001 000
09.04.06	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE	10	10	-	10	0
09.04.09	INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS	10	10	-	10	0
09.04.10	FAMÍLIAS	34 762	8 310	-	8 310	-26 452
10.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:	1 911 833 015	2 366 841 707	-	2 366 841 707	455 008 692
10.01.00	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS:	5 067 335	5 986 477	-	5 986 477	919 142
10.01.01	PÚBLICAS	-	3 125 749	-	3 125 749	3 125 749
10.01.02	PRIVADAS	5 067 335	2 860 728	-	2 860 728	-2 206 607
10.02.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS:	175 946 952	170 296 075	-	170 296 075	-5 650 877
10.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	175 946 952	170 296 075	-	170 296 075	-5 650 877
10.03.00	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:	1 016 819 929	1 068 275 197	-	1 068 275 197	51 455 268
10.03.01	ESTADO	858 008 215	900 894 035	-	900 894 035	42 885 820
10.03.06	ESTADO - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS	77 201 237	81 142 750	-	81 142 750	3 941 513
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	75 573 067	78 528 663	-	78 528 663	2 955 596
10.03.09	SFA - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS	6 037 410	7 709 749	-	7 709 749	1 672 339
10.03.10	-	-	-	-	-	-
10.04.00	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL:	6 272 886	11 310 000	-	11 310 000	5 037 114
10.04.01	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	5 100 800	7 250 000	-	7 250 000	2 149 200
10.04.02	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	1 172 086	4 060 000	-	4 060 000	2 887 914
10.05.00	ADMINISTRAÇÃO LOCAL:	30	30	-	30	0
10.05.01	CONTINENTE	30	30	-	30	0
10.06.00	SEGURANÇA SOCIAL:	449 530	439 530	-	439 530	-10 000
10.06.01	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	350 000	340 000	-	340 000	-10 000
10.06.02	PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS	-	-	-	-	-
10.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS	-	-	-	-	-
10.06.05	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	99 530	99 530	-	99 530	0
10.07.00	INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS:	4 353 872	3 512 754	-	3 512 754	-841 118
10.07.01	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	4 353 872	3 512 754	-	3 512 754	-841 118
10.08.00	FAMÍLIAS:	810 000	5 258 884	-	5 258 884	4 448 884
10.08.01	FAMÍLIAS	810 000	5 258 884	-	5 258 884	4 448 884
10.09.00	RESTO DO MUNDO:	702 112 481	1 101 762 760	-	1 101 762 760	399 650 279
10.09.01	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	701 744 988	1 100 222 950	-	1 100 222 950	398 477 962
10.09.03	UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	47 156	1 539 810	-	1 539 810	1 492 654
10.09.04	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	320 337	-	-	-	-320 337

11.00.00	ATIVOS FINANCEIROS:	3 903 264 234	4 208 756 575	-	4 208 756 575	305 492 341
11.01.00	DEPÓSITOS, CERTIFICADOS DE DEPÓSITO E POUPANÇA	-	-	-	-	-
11.01.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
11.02.00	TÍTULOS A CURTO PRAZO:	883 214 015	1 441 722 021	-	1 441 722 021	558 508 006
11.02.03	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO	883 214 015	1 441 722 021	-	1 441 722 021	558 508 006
11.03.00	TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZO:	822 765 107	907 559 780	-	907 559 780	84 794 673
11.03.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	310 760 960	307 059 780	-	307 059 780	-3 701 180
11.03.03	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO	505 660 000	589 250 000	-	589 250 000	83 590 000
11.03.11	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA	6 344 147	11 250 000	-	11 250 000	4 905 853
11.04.00	DERIVADOS FINANCEIROS:	-	-	-	-	-
11.04.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
11.05.00	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO:	16 200 000	462 274	-	462 274	-15 737 726
11.05.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	15 740 000	1	-	1	-15 739 999
11.05.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
11.05.06	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE	-	-	-	-	-
11.05.10	FAMÍLIAS	460 000	462 273	-	462 273	2 273
11.06.00	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO:	259 133 652	336 394 398	-	336 394 398	77 260 746
11.06.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	184 110 033	234 013 891	-	234 013 891	49 903 858
11.06.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	47 252 210	72 982 849	-	72 982 849	25 730 639
11.06.06	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE	9 244 630	7 626 366	-	7 626 366	-1 618 264
11.06.07	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	100 000	351 317	-	351 317	251 317
11.06.09	INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS	5 146 481	7 312 002	-	7 312 002	2 165 521
11.06.10	FAMÍLIAS	13 280 298	14 107 973	-	14 107 973	827 675
11.08.00	AÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	362 500	-	-	-	-362 500
11.08.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	362 500	-	-	-	-362 500
11.09.00	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	-	2 746 106	-	2 746 106	2 746 106
11.09.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	-	809 000	-	809 000	809 000
11.09.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	-	320 406	-	320 406	320 406
11.09.11	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA	-	1 616 700	-	1 616 700	1 616 700
11.11.00	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS:	1 921 588 960	1 519 871 996	-	1 519 871 996	-401 716 964
11.11.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	26 076 612	32 268 260	-	32 268 260	6 191 648
11.11.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	262 220 867	239 222 000	-	239 222 000	-22 998 867
11.11.03	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO	333 014 257	213 444 914	-	213 444 914	-119 569 343
11.11.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	17 705 000	-	-	-	-17 705 000
11.11.06	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE	-	-	-	-	0
11.11.11	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA	1 282 572 224	1 034 936 822	-	1 034 936 822	-247 635 402
12.00.00	PASSIVOS FINANCEIROS:	5 062 793 687	4 844 498 045	-	4 844 498 045	-218 295 642
12.02.00	TÍTULOS DE CURTO PRAZO	500	1 000	-	1 000	500
12.02.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	500	1 000	-	1 000	500
12.03.00	TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	500	-	-	-	500
12.03.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	500	-	-	-	500
12.04.00	DERIVADOS FINANCEIROS:	-	-	-	-	0
12.04.12	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	-	-	-	-	0
12.05.00	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO:	1 242 079 638	407 000 000	-	407 000 000	-835 079 638
12.05.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	842 079 638	-	-	-	-842 079 638
12.05.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	400 000 000	407 000 000	-	407 000 000	7 000 000
12.05.03	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO	-	-	-	-	0
12.05.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	-	-	-	-	0
12.06.00	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO:	1 501 280 588	1 652 702 991	-	1 652 702 991	151 422 403
12.06.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	20 135 750	-	-	-	-20 135 750
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	3 750 000	8 676 500	-	8 676 500	4 926 500
12.06.03	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO	1 335 422 504	1 490 015 440	-	1 490 015 440	154 592 936
12.06.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	18 395 436	35 031 051	-	35 031 051	16 635 615
12.06.11	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA	123 576 898	118 980 000	-	118 980 000	-4 596 898
12.07.00	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS:	2 319 432 461	2 784 794 054	-	2 784 794 054	465 361 593
12.07.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	-	-	-	-	0
12.07.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	-	54 252 147	-	54 252 147	54 252 147
12.07.03	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO	2 263 675 474	2 591 673 466	-	2 591 673 466	327 997 992
12.07.04	ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	9 328 416	92 439 870	-	92 439 870	83 111 454
12.07.06	ADM. PÚBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE	46 428 571	46 428 571	-	46 428 571	0
13.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL:	182 774 662	19 164 857	-	19 164 857	-163 609 805
13.01.00	OUTRAS:	182 774 662	19 164 857	-	19 164 857	-163 609 805
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	118 847	55 862	-	55 862	-62 985
13.01.02	ATIVOS INCORPÓREOS	90 000 000	-	-	-	-90 000 000
13.01.99	OUTRAS	92 655 815	19 108 995	-	19 108 995	-73 546 820
15.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS:	41 486 036	27 681 387	-	27 681 387	-13 804 649
15.01.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS:	41 486 036	27 681 387	-	27 681 387	-13 804 649
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	41 486 036	27 681 387	-	27 681 387	-13 804 649
16.00.00	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	86 753 486	103 586 176	-	103 586 176	16 832 690
16.01.00	SALDO ORÇAMENTAL	86 753 486	103 586 176	-	103 586 176	16 832 690
16.01.01	NA POSSE DO SERVIÇO	86 753 486	103 586 176	-	103 586 176	16 832 690
	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	11 414 216 185	11 829 629 007	-	11 829 629 007	415 412 822
	TOTAL GERAL	43 293 421 467	46 662 379 166	29 075 000	46 691 454 166	3 398 032 699
	TOTAL sem Ativos e Passivos Financeiros e Saldo da Gerência Anterior	34 240 610 060	37 505 538 370	29 075 000	37 534 613 370	3 294 003 310

Mapa VII: Despesas dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica, com especificação das despesas globais de cada serviço e fundo (em euros)

DESIGNAÇÃO	OE/2016	Proposta PPL OE/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OE/2017	OE/2017	Variação Anual
01 ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	139 435 472	344 473 288	-	344 473 288	205 037 816
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	90 585 772	153 147 683	-	153 147 683	62 561 911
COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - AÇORES	493 081	525 361	-	525 361	32 280
COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE	5 276 600	4 876 000	-	4 876 000	-400 600
COFRE PRIVATIVO TRIBUNAL CONTAS - MADEIRA	502 755	526 375	-	526 375	23 620
CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	2 642 532	2 699 850	-	2 699 850	57 318
CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA	6 551 668	149 483 108	-	149 483 108	142 931 440
ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL	4 553 912	4 623 240	-	4 623 240	69 328
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	17 150 000	16 637 000	-	16 637 000	-513 000
SERVICHO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA	5 274 880	5 274 880	-	5 274 880	0
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	6 404 272	6 679 791	-	6 679 791	275 519
02 PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	277 033 525	424 865 375	-	424 865 375	147 831 850
AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	17 639 916	23 764 035	-	23 764 035	6 124 119
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, IP	6 435 875	6 701 731	-	6 701 731	265 856
FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO	10 278 000	8 609 750	-	8 609 750	-1 668 250
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	203 988 110	346 820 110	-	346 820 110	142 832 000
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ESTRUTURAS COMUNS AO SIED E SIS	12 162 251	11 693 634	-	11 693 634	-468 617
GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS	8 698 793	9 357 057	-	9 357 057	658 264
SERVICHO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANCA	10 682 300	10 912 491	-	10 912 491	230 191
SERVICHO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA	7 148 280	7 006 567	-	7 006 567	-141 713
03 NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	142 311 195	140 526 858	-	140 526 858	-1 784 337
AICEP - AGENCIA PARA O INVESTIMENTO E COMERCIO EXTERNO DE PORTUGAL, EPE	38 980 044	33 397 544	-	33 397 544	-5 582 500
CAMOES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA, I.P.	61 831 151	63 129 314	-	63 129 314	1 298 163
FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, IP	41 500 000	44 000 000	-	44 000 000	2 500 000
04 FINANÇAS	5 015 693 694	6 172 343 415	-	6 172 343 415	1 156 649 721
AGENCIA DE GESTAO DA TESOURARIA E DA DIVIDA PUBLICA, EPE	32 032 259	31 262 525	-	31 262 525	-769 734
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	22 601 996	20 494 150	-	20 494 150	-2 107 846
BANIF IMOBILIÁRIA, S.A.	-	21 769 971	-	21 769 971	21 769 971
BANIF, S.A.	-	3 126 755	-	3 126 755	3 126 755
CAIXA DESENVOLVIMENTO, SGPS, S.A.	75 000	50 000	-	50 000	-25 000
CAIXA GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.	184 773	202 500	-	202 500	17 727
CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, S.A.	1 185 877	1 245 711	-	1 245 711	59 834
COMISSAO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS	25 354 700	21 734 358	-	21 734 358	-3 620 342
CONSEST - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A.	515 916	777 370	-	777 370	261 454
ECODETRA - SOCIEDADE DE TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS, S.A.	18 721	15 256	-	15 256	-3 465
ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P.	30 965 782	22 776 191	-	22 776 191	-8 189 591
ES TECH VENTURES, SGPS, S.A.	-	74 125	-	74 125	74 125
ESTAMO - PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, S.A.	116 964 507	109 121 406	-	109 121 406	-7 843 101
FRME-FUNDO PJ A REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL, SGPS, S.A.	285 000	958 290	-	958 290	673 290
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO	235 074 100	303 380 540	-	303 380 540	68 306 440
FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO ADUANEIRO	5 245 000	4 945 000	-	4 945 000	-300 000
FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO TRIBUTARIO	100 132 850	100 834 538	-	100 834 538	701 688
FUNDO DE GARANTIA AUTOMOVEL	155 259 700	218 316 200	-	218 316 200	63 056 500
FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	374 954 896	380 700 925	-	380 700 925	5 746 029
FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS	1 438 964 127	956 239 502	-	956 239 502	-482 724 625
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL	6 081 222	3 237 783	-	3 237 783	-2 843 439
FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA	1 076 020 000	1 611 000 000	-	1 611 000 000	534 980 000
FUNDO DE RESOLUÇÃO	346 984 420	458 146 135	-	458 146 135	111 161 715
OITANTE, S.A.	-	171 125 562	-	171 125 562	171 125 562
PARBANCA SGPS, S.A. (ZFM)	291 580	480 000	-	480 000	188 420
PARCAIXA, SGPS, S.A.	924 122	307 915	-	307 915	-616 207
PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.	44 333 928	53 727 035	-	53 727 035	9 393 107
PARPUBLICA - PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, SA	438 604 640	1 098 759 580	-	1 098 759 580	660 154 940
PARUPS, S.A.	132 290 367	118 685 516	-	118 685 516	-13 604 851
PARVALOREM, S.A.	390 339 086	388 788 030	-	388 788 030	-1 551 056
PRAÇA DO MARQUES - SERVIÇOS AUXILIARES, S.A.	-	767 621	-	767 621	767 621
QUINTA DOS CÔNEGOS - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	-	349 943	-	349 943	349 943
RIGHTHOUR, S.A.	-	24 789	-	24 789	24 789
SAGESECUR-ESTUDOS, DESENV. E PART. EM PROJETOS DE INV. VALORES MOBILIÁRIOS, SA	9 581 249	11 038 865	-	11 038 865	1 457 616
SANJIMO - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	33 800	33 800	-	33 800	0
SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13 084 427	13 119 718	-	13 119 718	35 291
SOCIEDADE DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES	-	404 342	-	404 342	404 342
SOCIEDADE PORTUGUESA DE EMPREENDIMENTOS S.P.E., S.A.	8 835 420	25 562 619	-	25 562 619	16 727 199
WIL - PROJETOS TURÍSTICOS, S.A.	-	242 749	-	242 749	242 749
WOLFPART, SGPS, S.A.	8 474 229	18 516 100	-	18 516 100	10 041 871
05 DEFESA NACIONAL	254 187 166	266 463 552	-	266 463 552	12 276 386
ARSENAL DO ALFEITE, SA	22 401 394	22 702 115	-	22 702 115	300 721
DEFAERLOC - LOCAÇÃO DE AERONAVES MILITARES, S.A.	14 253 050	13 260 911	-	13 260 911	-992 139
DEFLOC - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DEFESA, S.A.	50 801 163	40 827 538	-	40 827 538	-9 973 625
EMPORDEF - ENGENHARIA NAVAL, S.A.	63 034 972	1 096 235	-	1 096 235	-61 938 737
EMPORDEF SGPS - EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA, S.A.	241 388	19 692 033	-	19 692 033	19 450 645
ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO	2 276 820	42 797 589	-	42 797 589	40 520 769
EXTRA - EXPLOSIVOS DA TRAFARIA, S.A.	123 250	123 496	-	123 496	246
IDD - PLATAFORMA DAS INDUSTRIAS DE DEFESA NACIONAIS, S.A.	2 558 080	2 558 081	-	2 558 081	1
INSTITUTO DE AÇO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS	75 615 612	76 865 112	-	76 865 112	1 249 500
INSTITUTO HIDROGRÁFICO	8 411 189	8 739 186	-	8 739 186	327 997
LABORATÓRIO MILITAR DE PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÉUTICOS	14 470 248	14 000 000	-	14 000 000	-470 248
MM - GESTÃO PARTILHADA, E.P.E.	-	23 801 256	-	23 801 256	23 801 256
06 ADMINISTRAÇÃO INTERNA	154 827 572	159 512 459	-	159 512 459	4 684 887
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL	129 711 882	133 777 616	-	133 777 616	4 065 734
COFRE DE PREVIDÊNCIA DA P.S.P.	965 250	965 250	-	965 250	0
SERVIÇOS SOCIAIS DA G.N.R.	16 957 545	18 500 000	-	18 500 000	1 542 455
SERVIÇOS SOCIAIS DA P.S.P.	7 192 895	6 269 593	-	6 269 593	-923 302
07 JUSTIÇA	393 583 503	448 563 741	-	448 563 741	54 980 238
COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DE JUSTIÇA	3 705 568	3 708 347	-	3 708 347	2 779
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA	4 600 000	23 951 100	-	23 951 100	19 351 100
INSTITUTO GESTAO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, IP	347 404 467	380 863 033	-	380 863 033	33 458 566
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, I.P.	15 450 407	16 603 045	-	16 603 045	1 152 638
INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIENCIAS FORENSES, I.P.	22 423 061	23 438 216	-	23 438 216	1 015 155

08 CULTURA	366 868 214	382 357 954	-925 000	381 432 954	14 564 740
CINEMATECA PORTUGUESA - MUSEU DO CINEMA, IP	3 780 000	3 844 647	-	3 844 647	64 647
COA PARQUE-FUNDAÇÃO PARA A SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO VALE DO COA	883 182	1 136 636	-	1 136 636	253 454
DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	34 920 357	37 502 090	-	37 502 090	2 581 733
FUNDAÇÃO CENTRO CULTURAL DE BELEM	19 002 000	18 257 000	-	18 257 000	-745 000
FUNDO DE FOMENTO CULTURAL	29 150 000	30 035 498	-925 000	29 110 498	-39 502
FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL	383 278	383 278	-	383 278	0
INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL, I.P.	20 702 208	20 982 085	-	20 982 085	279 877
OPART-OGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, EPE	19 293 758	23 403 075	-	23 403 075	4 109 317
RADIO E TELEVISAO DE PORTUGAL, SA	234 067 202	235 809 371	-	235 809 371	1 742 169
TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.	-	5 834 736	-	5 834 736	5 834 736
TEATRO NACIONAL DE SAO JOAO, EPE	4 686 229	5 169 538	-	5 169 538	483 309

09	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	2 193 359 288	2 319 821 310	-	2 319 821 310	126 462 022
	AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS+EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	2 457 502	2 549 042	-	2 549 042	91 540
	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA	10 509 784	10 861 656	-	10 861 656	351 872
	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA	10 320 891	10 656 569	-	10 656 569	335 678
	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO	7 584 021	8 092 426	-	8 092 426	508 405
	ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL	6 122 283	6 307 859	-	6 307 859	185 576
	ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D. HENRIQUE	4 216 311	4 359 730	-	4 359 730	143 419
	FUNDAÇÃO CARLOS LLOYD BRAGA	28 942	28 942	-	28 942	0
	FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	13 703 415	11 180 765	-	11 180 765	-2 522 650
	FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	807 534	133 993	-	133 993	-673 541
	FUNDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS	234 276	109 404	-	109 404	-124 872
	FUNDAÇÃO GASPAR FRUTUOSO	1 270 400	1 159 135	-	1 159 135	-111 265
	FUNDAÇÃO JOSÉ ALBERTO REIS	4 312	9 396	-	9 396	5 084
	FUNDAÇÃO LUÍS DE MOLINA	812 572	5 000	-	5 000	-807 572
	FUNDAÇÃO MUSEU DA CIÊNCIA	11 803	5 000	-	5 000	-6 803
	FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, I.P.	425 726 708	444 782 248	-	444 782 248	19 055 540
	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIÊNCIAS ECONÓMICAS FINANCEIRAS E EMPRESARIAIS	52 866	52 786	-	52 786	80
	FUNDAÇÃO RANGEL DE SAMPAIO	290 600	100 000	-	100 000	-190 600
	IMAR - INSTITUTO DO MAR	1 234 572	1 379 848	-	1 379 848	145 276
	INSTITUTO DE MEDICINA MOLECULAR - IMM	-	9 845 075	-	9 845 075	9 845 075
	INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	13 733 560	14 960 651	-	14 960 651	1 227 091
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	13 321 088	14 720 963	-	14 720 963	1 399 875
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	26 988 551	27 570 581	-	27 570 581	582 030
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	20 107 907	20 721 306	-	20 721 306	613 399
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	38 071 095	40 029 145	-	40 029 145	1 958 050
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	42 870 175	46 157 630	-	46 157 630	3 287 455
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA	35 762 402	37 332 553	-	37 332 553	1 570 151
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE	11 511 107	14 258 103	-	14 258 103	2 746 996
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM	16 522 585	16 837 756	-	16 837 756	315 171
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	23 521 291	26 274 180	-	26 274 180	2 752 889
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	13 746 164	13 445 128	-	13 445 128	-301 036
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	16 804 362	20 808 902	-	20 808 902	4 004 540
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	23 413 883	24 918 051	-	24 918 051	1 504 168
	INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE	8 633 864	11 872 311	-	11 872 311	3 238 447
	INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	45 804 928	51 681 517	-	51 681 517	5 876 589
	INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA	23 287 564	22 266 498	-	22 266 498	-1 021 066
	INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO	21 878 368	23 412 976	-	23 412 976	1 534 608
	ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA - FUNDAÇÃO PÚBLICA	36 446 276	38 349 029	-	38 349 029	1 902 753
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	1 181 491	1 140 056	-	1 140 056	-41 435
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	576 000	628 284	-	628 284	52 284
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	1 535 000	1 535 000	-	1 535 000	0
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	721 350	706 350	-	706 350	-15 000
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	1 786 860	2 147 808	-	2 147 808	360 948
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	3 795 244	3 829 891	-	3 829 891	34 647
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA	1 030 643	1 089 912	-	1 089 912	59 269
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE	807 116	836 846	-	836 846	29 730
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM	740 000	765 202	-	765 202	25 202
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	977 797	1 012 000	-	1 012 000	34 203
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	542 503	546 365	-	546 365	3 862
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	1 725 000	1 735 000	-	1 735 000	10 000
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	1 263 980	1 230 000	-	1 230 000	-33 980
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE	274 821	286 217	-	286 217	11 396
	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	1 341 145	1 823 092	-	1 823 092	481 947
	SAS - UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR	2 472 000	2 426 000	-	2 426 000	-46 000
	SAS - UNIVERSIDADE DA MADEIRA	1 293 170	1 318 925	-	1 318 925	25 755
	SAS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA	10 838 747	10 999 876	-	10 999 876	161 129
	SAS - UNIVERSIDADE DE ÉVORA	1 734 457	1 761 701	-	1 761 701	27 244
	SAS - UNIVERSIDADE DE LISBOA (UL)	8 557 935	8 113 724	-	8 113 724	-444 211
	SAS - UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	3 734 699	3 903 050	-	3 903 050	168 351
	SAS - UNIVERSIDADE DO ALGARVE	2 690 323	2 563 860	-	2 563 860	-126 463
	SAS - UNIVERSIDADE DO MINHO	7 976 418	8 109 974	-	8 109 974	133 556
	SAS - UNIVERSIDADE DOS AÇORES	1 377 538	1 360 360	-	1 360 360	-17 178
	SAS - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	3 223 081	3 172 038	-	3 172 038	-51 043
	UL - ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	4 358 630	-	-	-	-4 358 630
	UL - FACULDADE DE ARQUITETURA	11 860 579	11 286 220	-	11 286 220	-574 359
	UL - FACULDADE DE BELAS-ARTES	6 209 736	6 682 518	-	6 682 518	472 782
	UL - FACULDADE DE CIÊNCIAS	33 929 455	35 922 731	-	35 922 731	1 993 276
	UL - FACULDADE DE DIREITO	9 581 193	9 811 786	-	9 811 786	230 593
	UL - FACULDADE DE FARMÁCIA	10 055 986	10 298 592	-	10 298 592	242 606
	UL - FACULDADE DE LETRAS	19 486 483	20 658 332	-	20 658 332	1 171 849
	UL - FACULDADE DE MEDICINA	15 482 068	16 267 258	-	16 267 258	785 190
	UL - FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA	4 743 739	4 848 111	-	4 848 111	104 372
	UL - FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA	7 653 272	7 935 512	-	7 935 512	282 240
	UL - FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA	8 817 969	9 132 162	-	9 132 162	314 193
	UL - FACULDADE DE PSICOLOGIA	4 809 058	4 942 304	-	4 942 304	133 246
	UL - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	5 893 700	5 983 801	-	5 983 801	90 101
	UL - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO	4 260 423	4 537 398	-	4 537 398	276 975
	UL - INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	4 127 312	4 141 132	-	4 141 132	13 820
	UL - INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS SOCIAIS POLÍTICAS	9 558 221	10 797 262	-	10 797 262	1 239 041
	UL - INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	18 404 930	19 033 652	-	19 033 652	628 722
	UL - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO	16 555 316	16 973 018	-	16 973 018	417 702
	UL - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	88 870 740	93 910 057	-	93 910 057	5 039 317
	UL - SERVIÇOS PARTILHADOS	5 471 694	-	-	-	-5 471 694
	UNIVERSIDADE ABERTA	16 369 091	16 474 264	-	16 474 264	105 173
	UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	31 384 918	35 076 782	-	35 076 782	3 691 864
	UNIVERSIDADE DA MADEIRA	15 864 649	16 336 167	-	16 336 167	471 518
	UNIVERSIDADE DE AVEIRO - FUNDAÇÃO PÚBLICA	90 537 778	93 494 715	-	93 494 715	2 956 937
	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	148 297 103	145 809 710	-	145 809 710	-2 487 393
	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	50 361 151	54 134 705	-	54 134 705	3 773 554
	UNIVERSIDADE DE LISBOA (UL) - REITORIA	22 138 189	30 310 665	-	30 310 665	8 172 476
	UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	39 522 914	46 215 807	-	46 215 807	6 692 893
	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	51 869 088	55 037 356	-	55 037 356	3 168 268
	UNIVERSIDADE DO MINHO - FUNDAÇÃO PÚBLICA	107 986 378	123 266 090	-	123 266 090	15 279 712
	UNIVERSIDADE DO PORTO - FUNDAÇÃO PÚBLICA	213 573 790	228 099 402	-	228 099 402	14 525 612
	UNIVERSIDADE DOS AÇORES	20 086 953	20 666 745	-	20 666 745	579 792
	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - REITORIA	5 339 774	6 466 387	-	6 466 387	1 126 613
	UNL - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	3 108 996	3 150 691	-	3 150 691	41 695
	UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA	37 245 516	37 300 546	-	37 300 546	55 030
	UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS	12 659 224	14 271 674	-	14 271 674	1 612 450
	UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	24 143 886	25 253 344	-	25 253 344	1 109 458
	UNL - FACULDADE DE DIREITO	2 737 983	2 850 028	-	2 850 028	112 045
	UNL - FACULDADE DE ECONOMIA	12 081 603	13 228 652	-	13 228 652	1 147 049
	UNL - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA ANTONIO XAVIER	8 760 140	9 217 000	-	9 217 000	456 860
	UNL - INSTITUTO HIGIENE E MEDICINA TROPICAL	5 698 409	6 098 042	-	6 098 042	399 633
	UNL - INSTITUTO SUPERIOR ESTATÍSTICA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO	3 449 971	3 623 007	-	3 623 007	173 036

10 EDUCAÇÃO	665 377 342	626 353 981	-	626 353 981	-39 023 361
AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS+JUVENTUDE EM AÇÃO	5 294 600	6 342 553	-	6 342 553	1 047 953
AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.	7 859 054	7 722 558	-	7 722 558	-136 496
EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	4 258 264	4 258 000	-	4 258 000	-264
ESCOLA PORTUGUESA DE CABO VERDE - CELP	-	1 135 520	-	1 135 520	1 135 520
ESCOLA PORTUGUESA DE DÍLI - CELP - RUY CINATTI	2 107 380	2 117 070	-	2 117 070	9 690
ESCOLA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE	5 900 000	5 365 300	-	5 365 300	-534 700
ESCOLA PORTUGUESA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE - CELP	-	1 079 400	-	1 079 400	1 079 400
FUNDAÇÃO JUVENTUDE	2 103 734	2 103 734	-	2 103 734	-
INSTITUTO DE AVALIAÇÃO EDUCATIVA, I.P.	4 080 000	4 449 106	-	4 449 106	369 106
INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P. (IGEFE, I.P.)	244 711 225	249 691 058	-	249 691 058	4 979 833
INSTITUTO PORTUGUESO DO DESPORTO E JUVENTUDE, IP	74 741 378	77 640 428	-	77 640 428	2 899 050
PARQUE ESCOLAR - E.P.E.	314 321 707	264 449 254	-	264 449 254	-49 872 453
11 TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	11 887 238 258	11 861 126 337	-	11 861 126 337	-26 111 921
CAIXA-GERAL DE APOSENTAÇÕES, I.P.	10 471 962 679	10 506 778 900	-	10 506 778 900	34 816 221
CASA PIA DE LISBOA, IP	40 932 380	40 525 385	-	40 525 385	-406 995
CENTRO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA (CEFPPI)	3 956 800	3 918 272	-	3 918 272	-38 528
CENTRO DE FORM. PROF. DOS TRAB. DE ESCRITÓRIO, COM., SERV. E NOVAS TECNOLOGIAS	2 240 115	2 213 262	-	2 213 262	-26 853
CENTRO DE FORMAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (NOVINTER)	3 948 600	3 892 371	-	3 892 371	-56 229
CENTRO DE FORMAÇÃO PROF. DA INDUST. DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO SUL	6 213 028	6 124 910	-	6 124 910	-88 118
CENTRO DE FORMAÇÃO PROF. P/ SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO NORTE	6 200 000	6 115 849	-	6 115 849	-84 151
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADO	4 921 100	4 701 571	-	4 701 571	-219 529
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE CORTIÇA	1 555 600	1 555 600	-	1 555 600	0
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO	1 538 355	1 538 355	-	1 538 355	0
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE OURIVESARIA E RELOJOARIA (CINDOR)	1 828 896	1 888 896	-	1 888 896	60 000
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA ELECTRONICA	4 788 551	4 696 035	-	4 696 035	-92 516
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA METALURGICA E METALOMECANICA	17 445 000	16 915 250	-	16 915 250	-529 750
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA TEXTIL, VEST., CONF. E LANIFIÇÕES	8 111 051	8 028 883	-	8 028 883	-82 168
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA REPARAÇÃO AUTOMÓVEL	3 304 000	3 309 744	-	3 309 744	5 744
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS INDÚSTRIAS DA MADEIRA E MOBILIÁRIO	2 159 605	2 208 000	-	2 208 000	48 395
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESCAS E DO MAR	5 712 385	5 966 947	-	5 966 947	254 562
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARTESANATO	2 678 000	2 639 803	-	2 639 803	-38 197
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INDÚSTRIA DE CERAMICA	3 135 100	3 111 824	-	3 111 824	-23 276
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O COMERCIO E AFINS	3 012 320	2 968 817	-	2 968 817	-43 503
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SETOR ALIMENTAR	4 888 300	4 628 326	-	4 628 326	-259 974
CENTRO DE FORMAÇÃO SINDICAL E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	3 932 281	3 935 351	-	3 935 351	3 070
CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA	5 583 120	5 257 753	-	5 257 753	-325 367
CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA JORNALISTAS	897 930	852 576	-	852 576	-45 354
CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SETOR DA JUSTIÇA	2 783 620	2 745 169	-	2 745 169	-38 451
COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL	6 944 282	11 195 342	-	11 195 342	4 251 060
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDARIO	50 036 800	67 481 296	-	67 481 296	17 444 496
INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL IP	938 900 000	852 872 875	-	852 872 875	-86 027 125
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA, IP	277 628 360	283 058 975	-	283 058 975	5 430 615
12 SAÚDE	13 542 853 260	15 905 387 324	-	15 905 387 324	2 362 534 064
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE, I.P.	4 771 633 064	6 762 376 619	-	6 762 376 619	1 990 743 555
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	1 365 579 631	1 416 840 991	-	1 416 840 991	51 261 360
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO, I.P.	121 052 399	122 392 607	-	122 392 607	1 340 208
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALGARVE, I.P.	148 756 158	151 686 574	-	151 686 574	2 930 416
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	543 498 262	586 698 554	-	586 698 554	43 200 292
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.	1 287 755 119	1 366 863 232	-	1 366 863 232	79 108 113
CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE	63 066 164	61 566 146	-	61 566 146	-1 500 018
CENTRO HOSPITALAR DA COVA DA BEIRA, EPE	48 475 824	52 239 628	-	52 239 628	3 763 804
CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE DOURO E VOUGA, EPE	77 084 726	81 440 875	-	81 440 875	4 356 149
CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA, EPE	90 538 269	91 266 825	-	91 266 825	728 556
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL, EPE	361 356 235	370 374 314	-	370 374 314	9 018 079
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA NORTE, EPE	332 712 666	335 711 207	-	335 711 207	2 998 541
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCCIDENTAL, EPE	214 309 277	226 526 692	-	226 526 692	12 217 415
CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, EPE	322 183 391	335 879 948	-	335 879 948	13 696 557
CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL, EPE	88 384 580	83 709 918	-	83 709 918	-4 674 662
CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, EPE	184 347 585	204 985 918	-	204 985 918	20 638 333
CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, EPE	63 722 102	66 668 676	-	66 668 676	2 946 574
CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, EPE	42 790 172	43 552 218	-	43 552 218	762 046
CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, EPE	69 986 658	67 165 454	-	67 165 454	-2 821 204
CENTRO HOSPITALAR DO OESTE	71 924 022	75 688 409	-	75 688 409	3 764 387
CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, EPE	252 920 521	260 455 558	-	260 455 558	7 535 037
CENTRO HOSPITALAR DO TÁMEGA E SOUSA, EPE	77 633 498	80 374 166	-	80 374 166	2 740 668
CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	438 659 834	460 994 547	-	460 994 547	22 334 713
CENTRO HOSPITALAR DA PÓVOA DO VARZIM - VILA DO CONDE, EPE	23 503 995	24 228 382	-	24 228 382	724 387
CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO DE LISBOA	21 984 102	23 267 601	-	23 267 601	1 283 499
CENTRO HOSPITALAR DE TONDELA-VISEU, EPE	109 906 031	113 856 076	-	113 856 076	3 950 045
CENTRO HOSPITALAR TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO, EPE	116 819 768	125 678 357	-	125 678 357	8 858 589
CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA DE GAIA/ESPINHO, EPE	158 606 221	166 326 620	-	166 326 620	7 720 399
CENTRO MEDICO DE REABIL. DA REG. CENTRO - ROVISCO PAIS	8 367 160	10 681 167	-	10 681 167	2 314 007
EAS EMPRESA AMBIENTE NA SAÚDE, TRATAMENTO DE RESIDUOS HOSPITALARES UNIPessoal, L	1 962 000	1 962 000	-	1 962 000	0
ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE - ORÇ.PRIV.	5 758 512	5 982 814	-	5 982 814	224 302
FUNDO PARA A INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE	999 990	1 000 000	-	1 000 000	10
HOSPITAL ARCEBISPO JOAO CRISOSTOMO - CANTANHEDE	4 461 049	4 768 230	-	4 768 230	307 181
HOSPITAL DA SENHORA DA OLIVEIRA GUIMARAES, EPE	80 796 676	79 659 571	-	79 659 571	-1 137 105
HOSPITAL DISTRIAL DA FIGUEIRA DA FOZ, EPE	25 461 054	29 476 242	-	29 476 242	4 015 188
HOSPITAL DISTRIAL DE SANTAREM, EPE	67 655 722	69 375 000	-	69 375 000	1 719 278
HOSPITAL DO ESPIRITO SANTO, DE EVORA, EPE	79 303 909	82 949 349	-	82 949 349	3 645 440
HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO - OVAR	6 502 347	6 511 000	-	6 511 000	8 653
HOSPITAL GARCIA DA ORTA, EPE - ALMADA	132 116 119	140 888 719	-	140 888 719	8 772 600
HOSPITAL MAGALHAES LEMOS - PORTO, EPE	26 174 763	27 917 379	-	27 917 379	1 742 616
HOSPITAL PROF. DOUTOR FERNANDO FONSECA, EPE	152 478 052	148 771 498	-	148 771 498	-3 706 554
HOSPITAL SANTA MARIA MAIOR - BARCELOS, EPE	20 562 589	21 070 065	-	21 070 065	507 476
INFARMED - AUTORIDADE NAC. DO MEDICAMENTO E PROD. DE SAÚDE, I.P.	62 901 310	62 218 399	-	62 218 399	-682 911
INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, I.P.	100 322 293	107 549 822	-	107 549 822	7 227 529
INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE I.P.	26 999 767	26 510 836	-	26 510 836	-488 931
INSTITUTO OFTALMOLOGICO DR. GAMA PINTO	5 167 967	5 505 137	-	5 505 137	337 170
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - COIMBRA, EPE	61 334 800	61 873 178	-	61 873 178	538 378
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - LISBOA, EPE	108 698 332	113 327 623	-	113 327 623	4 629 291
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - PORTO, EPE	131 781 734	139 030 529	-	139 030 529	7 248 795
INSTITUTO PORTUGUES DO SANGUE E DA TRANSPLANTACAO	63 093 070	59 815 817	-	59 815 817	-3 277 253
SERVICOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE	81 908 037	72 314 044	-	72 314 044	-9 593 993
SUCH - DALIXIA SERVIÇOS HOSPITALARES, ACE	26 197 499	-	-	-	-26 197 499
SUCH - SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMUM DOS HOSPITAIS	115 360 500	159 439 772	-	159 439 772	44 079 272
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, EPE	83 281 493	90 882 968	-	90 882 968	7 601 475
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE	63 681 073	68 304 988	-	68 304 988	4 623 915
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, EPE	104 023 452	108 205 276	-	108 205 276	4 181 824
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, EPE	131 104 360	134 549 344	-	134 549 344	3 444 984
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE	80 626 899	84 267 549	-	84 267 549	3 640 650
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO, E.P.E.	55 707 421	54 944 837	-	54 944 837	-762 584
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE, EPE	81 399 888	86 073 672	-	86 073 672	4 673 784
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, EPE	77 473 149	80 744 387	-	80 744 387	3 271 238

13 PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS	4 410 104 807	3 539 920 463	-	3 539 920 463	-870 184 344
AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO	31 513 647	205 992 189	-	205 992 189	174 478 542
AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES	13 790 107	13 774 697	-	13 774 697	-15 410
AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES	46 466 908	53 062 821	-	53 062 821	6 595 913
AUTORIDADE NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	52 414 393	57 212 675	-	57 212 675	4 798 282
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEIO	5 725 748	5 858 881	-	5 858 881	133 133
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO	7 985 219	7 908 853	-	7 908 853	-76 366
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE	5 420 125	5 402 162	-	5 402 162	-17 963
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO	9 840 265	11 346 989	-	11 346 989	1 506 724
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE	17 757 423	15 658 902	-	15 658 902	-2 098 521
CP - COMBOIOS DE PORTUGAL EPE	551 637 412	497 329 093	-	497 329 093	-54 308 319
FCM - FUNDAÇÃO PARA AS COMUNICAÇÕES MOVEIS	17 705 000	-	-	-	-17 705 000
FUNDAÇÃO MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO ARMANDO GINESTAL MACHADO	1 358 732	2 753 860	-	2 753 860	1 395 128
GIL - GARÉ INTERMODAL DE LISBOA, S.A.	14 955 565	12 540 181	-	12 540 181	-2 415 384
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	2 620 337 901	2 455 861 966	-	2 455 861 966	-164 475 935
INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES	108 439 737	151 792 072	-	151 792 072	43 352 335
INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO	12 035 243	13 349 531	-	13 349 531	1 314 288
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL	27 669 755	27 794 547	-	27 794 547	124 792
METRO - MONDEGO, S.A.	2 373 740	2 281 044	-	2 281 044	-92 696
TAP - TRANSPORTES AEROS PORTUGUESES, SGPS, S.A.	862 677 887	-	-	-	-862 677 887
14 ECONOMIA	1 044 240 255	1 207 023 602	30 000 000	1 237 023 602	192 783 347
AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, SA	9 399 812	9 542 807	-	9 542 807	142 995
AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA-IP	10 221 011	10 254 612	-	10 254 612	33 601
ENATUR - EMPRESA NACIONAL DE TURISMO, S.A.	3 978 325	4 131 128	-	4 131 128	152 803
ENTIDADE NACIONAL PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, E.P.E.	29 340 554	27 665 107	-	27 665 107	-1 675 447
ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DA REGIÃO DE LISBOA	3 435 590	3 470 458	-	3 470 458	34 868
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS	9 790 171	9 780 978	-	9 780 978	-9 193
FUNDO DE CONTRAGARANTIA MÚTUO	123 712 980	164 404 821	-	164 404 821	40 691 841
FUNDO PARA A SUSTENTABILIDADE SISTÊMICA DO SETOR ENERGÉTICO	90 000 000	90 000 000	30 000 000	120 000 000	30 000 000
IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, IP	444 417 255	546 014 103	-	546 014 103	101 596 848
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE DESENVOLVIMENTO, SA	4 223 210	4 528 334	-	4 528 334	305 124
INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL IP	244 664 452	255 850 860	-	255 850 860	11 186 408
INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE IP	6 585 674	7 044 270	-	7 044 270	458 596
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREITAÇÃO IP	4 285 320	4 115 619	-	4 115 619	-169 701
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA, I.P.	15 529 481	15 892 096	-	15 892 096	362 615
REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE	5 503 608	6 733 109	-	6 733 109	1 229 501
SPGM - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO, SA	17 528 725	21 673 108	-	21 673 108	4 144 383
TURISMO CENTRO DE PORTUGAL	6 579 967	6 308 424	-	6 308 424	-271 543
TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T.	5 736 535	5 207 933	-	5 207 933	-528 602
TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R.	9 307 585	14 405 835	-	14 405 835	5 098 250
15 AMBIENTE	1 690 607 616	1 545 717 888	-	1 545 717 888	-144 889 728
AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.	50 579 741	74 428 631	-	74 428 631	23 848 890
COIMBRA VIVA, SRU	269 277	-	-	-	-269 277
COSTA POLIS SOC PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS NA COSTA DA CAPARICA, SA	380 797	380 797	-	380 797	0
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DAS ÁGUAS E DOS RESÍDUOS	8 725 000	9 269 508	-	9 269 508	544 508
FUNDO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	4 546 001	-	-	-	-4 546 001
FUNDO DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HIDRÍCOS	14 002 850	-	-	-	-14 002 850
FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE	1 000 000	-	-	-	-1 000 000
FUNDO PORTUGUES DE CARBONO	141 936 038	-	-	-	-141 936 038
FUNDO AMBIENTAL	-	153 873 943	-	153 873 943	153 873 943
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	108 484 554	84 076 708	-	84 076 708	-24 407 846
MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES-SOC CONCESSIONÁRIA DA MARINA PARQUE DAS NAÇÕES, S.A.	20 697 368	14 608 869	-	14 608 869	-6 088 499
METRO DO PORTO, CONSULTORIA - CONSULT. EM TRANSP. URBANOS E PARTICIP., UNIP, LDA.	2 500	2 500	-	2 500	0
METRO DO PORTO, S.A.	663 754 822	666 320 968	-	666 320 968	2 566 146
METROPOLITANO DE LISBOA, S.A.	488 576 903	329 468 745	-	329 468 745	-159 108 158
PARQUE EXPO, 98 S.A.	42 969 270	24 582 743	-	24 582 743	-18 386 527
POLIS LITORAL NORTE, SA	16 781 808	21 989 561	-	21 989 561	5 207 753
POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO, SA	23 630 600	15 653 429	-	15 653 429	-7 977 171
POLIS LITORAL RIA FORMOSA, SA	21 005 418	21 834 445	-	21 834 445	829 027
POLIS LITORAL SUDOESTE-SOC. PARA A REQ. E VALOR DO SUD ALENTEJANO E C VICENTINA	8 484 391	6 075 705	-	6 075 705	-2 408 686
PORTO VIVO, S.R.U. - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA	3 761 084	5 096 024	-	5 096 024	1 334 940
SOFLUSA - SOCIEDADE FLUVIAL DE TRANSPORTES, SA	17 919 806	17 995 920	-	17 995 920	76 114
TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, SA	46 338 047	96 534 642	-	96 534 642	50 196 595
VIANAPOLIS, SOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS EM VIANA DO CASTELO, SA	6 761 341	3 524 750	-	3 524 750	-3 236 591
16 AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	806 771 611	869 081 962	-	869 081 962	62 310 351
EDIA-EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO INFRA ESTRUTURAS DO ALQUEVA, S.A.	92 320 420	94 383 902	-	94 383 902	2 063 482
FUNDO FLORESTAL PERMANENTE	20 600 000	20 400 000	-	20 400 000	-200 000
FUNDO SANITÁRIO E DE SEGURANÇA ALIMENTAR MAIS	31 153 681	21 900 000	-	21 900 000	-9 253 681
INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, IP	54 798 008	55 174 808	-	55 174 808	376 800
INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO, I.P.	11 483 823	10 289 320	-	10 289 320	-1 194 503
INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PISCAS, I.P.	557 418 466	627 567 391	-	627 567 391	70 148 925
INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO, I.P.	9 946 006	10 332 977	-	10 332 977	386 971
INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA, IP	28 349 187	28 486 765	-	28 486 765	137 578
TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CENTRO TURÍSTICO, CINEGÉTICO E DE EDUC AMB., CIRPL	702 020	546 799	-	546 799	-155 221
17 MAR	43 311 444	52 256 738	-	52 256 738	8 945 294
FUNDO AZUL	-	11 085 651	-	11 085 651	11 085 651
FUNDO DE COMPENSAÇÃO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA PESCA	1 250 000	1 250 000	-	1 250 000	0
INSTITUTO PORTUGUES DO MAR E DA ATMOSFERA, IP	42 061 444	39 921 087	-	39 921 087	-2 140 357
TOTAL GERAL	43 027 804 222	46 265 796 247	29 075 000	46 294 871 247	3 267 067 025

Mapa VIII: Despesas dos serviços e fundos autónomos, por classificação funcional
(em euros)

Códigos	Designação	OE/2016	Proposta PPL OE/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OE/2017	OE/2017	Variação Anual
1	FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA	1 682 579 497	1 965 156 502	-	1 965 156 502	282 577 005
1.01	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	991 126 840	1 102 796 965	-	1 102 796 965	111 670 125
1.02	DEFESA NACIONAL	156 046 910	142 971 573	-	142 971 573	-13 075 337
1.03	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	535 405 747	719 387 964	-	719 387 964	183 982 217
2	FUNÇÕES SOCIAIS	28 012 943 487	30 448 496 942	-925 000	30 447 571 942	2 434 628 455
2.01	EDUCAÇÃO	2 347 918 154	2 411 946 591	-	2 411 946 591	64 028 437
2.02	SAÚDE	13 542 853 260	15 905 387 324	-	15 905 387 324	2 362 534 064
2.03	SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS	10 954 375 948	11 013 564 229	-	11 013 564 229	59 188 281
2.04	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	716 900 257	646 875 395	-	646 875 395	-70 024 862
2.05	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	450 895 868	470 723 403	-925 000	469 798 403	18 902 535
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	11 796 097 512	11 115 614 091	30 000 000	11 145 614 091	-650 483 421
3.01	AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	799 817 414	881 361 376	-	881 361 376	81 543 962
3.02	INDÚSTRIA E ENERGIA	141 865 198	140 490 718	30 000 000	170 490 718	28 625 520
3.03	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	5 478 179 855	4 324 086 046	-	4 324 086 046	-1 154 093 809
3.04	COMÉRCIO E TURISMO	279 208 062	296 107 747	-	296 107 747	16 899 685
3.05	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	5 097 026 983	5 473 568 204	-	5 473 568 204	376 541 221
4	OUTRAS FUNÇÕES	1 536 183 726	2 736 528 712	-	2 736 528 712	1 200 344 986
4.01	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	1 514 624 640	2 709 759 580	-	2 709 759 580	1 195 134 940
4.02	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	21 559 086	26 769 132	-	26 769 132	5 210 046
	Total Geral	43 027 804 222	46 265 796 247	29 075 000	46 294 871 247	3 267 067 025

Mapa IX: Despesas dos serviços e fundos autónomos, por classificação económica
(em euros)

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS	OE/2016	Proposta PPL OE/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OE/2017	OE/2017	Varição Anual
DESPESAS CORRENTES						
01.00	DESPESAS COM O PESSOAL	6 530 734 552	7 029 263 075	-120 000	7 029 143 075	498 408 523
02.00	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	11 366 741 797	11 503 516 439	-720 000	11 502 796 439	136 054 642
03.00	JUROS E OUTROS ENCARGOS	892 844 103	754 414 567	0	754 414 567	-138 429 536
04.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 779 485 334	13 784 699 212	-85 000	13 784 614 212	2 005 128 878
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	832 102 616	2 870 724 986	0	2 870 724 986	2 038 622 370
04.04	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	119 512	72 418	0	72 418	-47 094
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	24 746 272	22 683 362	0	22 683 362	-2 062 910
04.06	SEGURANÇA SOCIAL	270 583 667	280 803 933	0	280 803 933	10 220 266
04.01 - 04.02 - 04.07 a 04.09	OUTROS SETORES	10 651 933 267	10 610 414 513	-85 000	10 610 329 513	-41 603 754
05.00	SUBSÍDIOS	597 785 803	578 175 757	0	578 175 757	-19 610 046
06.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	741 829 417	826 340 036	0	826 340 036	84 510 619
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		31 909 421 006	34 476 409 086	-925 000	34 475 484 086	2 566 063 080
DESPESAS DE CAPITAL						
07.00	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2 729 368 628	2 657 951 613	0	2 657 951 613	-71 417 015
08.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 431 132 820	1 804 792 242	0	1 804 792 242	373 659 422
08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	698 445 615	1 110 278 066	0	1 110 278 066	411 832 451
08.04	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	214 540	10 000	0	10 000	-204 540
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	37 806 692	43 745 630	0	43 745 630	5 938 938
08.06	SEGURANÇA SOCIAL	-	-	0	-	-
08.01 - 08.02 - 08.07 a 08.09	OUTROS SETORES	694 665 973	650 758 546	0	650 758 546	-43 907 427
09.00	ATIVOS FINANCEIROS	4 003 634 171	4 338 452 348	30 000 000	4 368 452 348	364 818 177
10.00	PASSIVOS FINANCEIROS	2 923 064 036	2 956 651 611	0	2 956 651 611	33 587 575
11.00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	31 183 561	31 539 347	0	31 539 347	355 786
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		11 118 383 216	11 789 387 161	30 000 000	11 819 387 161	701 003 945
TOTAL GERAL		43 027 804 222	46 265 796 247	29 075 000	46 294 871 247	3 267 067 025
TOTAL sem Ativos e Passivos Financeiros		36 101 106 015	38 970 692 288	-925 000	38 969 767 288	2 868 661 273

Mapa X: Orçamento da Segurança Social – Receitas da segurança social, por classificação económica
(em euros)

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Receitas Correntes	26 062 844 422	26 649 324 278	-	26 649 324 278	586 479 856
02			Impostos indiretos	178 215 772	208 767 363	-	208 767 363	30 551 591
	01	02	Sobre o consumo	-	-	-	-	0
			IVA	-	-	-	-	0
	02		Outros	178 215 772	208 767 363	-	208 767 363	30 551 591
	01		Lotarias	64 400 000	92 416 719	-	92 416 719	28 016 719
	03		Imposto do jogo	-	2 998 780	-	2 998 780	2 998 780
	05		Resultados da exploração de apostas mútuas	113 665 772	103 785 154	-	103 785 154	-9 880 618
	99		Impostos indiretos diversos	150 000	9 566 710	-	9 566 710	9 416 710
03			Contribuições para a Segurança Social	14 842 693 841	15 383 348 130	-	15 383 348 130	540 654 289
	01		Subsistema Previdencial	14 834 892 298	15 368 529 099	-	15 368 529 099	533 636 801
	02		Regimes complementares e especiais	7 801 543	14 819 031	-	14 819 031	7 017 488
04			Taxas, multas e outras penalidades	106 838 074	106 979 451	-	106 979 451	141 377
05			Rendimentos da propriedade	457 666 449	471 565 479	-	471 565 479	13 899 030
	01		Juros - Soc.e quase soc. Não Financeiras	1 000	1 000	-	1 000	0
	02		Juros - Sociedades Financeiras	8 058 112	6 810 391	-	6 810 391	-1 247 721
	03		Juros - Administrações Públicas	372 648 218	391 660 470	-	391 660 470	19 012 252
	04		Juros - Instituições sem fins lucrativos	49 162	50 000	-	50 000	838
	06		Juros - Resto do mundo	29 951 370	30 533 098	-	30 533 098	581 728
	07		Dividendos e particip. nos lucros de soc. e quase soc. não financeiras	34 209 792	32 193 624	-	32 193 624	-2 016 168
	08		Dividendos e particip. nos lucros de soc.financeiras	8 626 144	8 451 247	-	8 451 247	-174 897
	10		Rendas	4 122 651	1 865 649	-	1 865 649	-2 257 002
06			Transferências Correntes	10 449 164 774	10 448 420 663	-	10 448 420 663	-744 111
	01		Sociedades e quase sociedade não financeiras	1 649 170	1 720 000	-	1 720 000	70 830
	03		Administração Central	8 967 465 604	8 913 106 152	-	8 913 106 152	-54 359 452
	01		Estado	1 475 710 887	1 250 821 350	-	1 250 821 350	-224 889 537
	02		Estado-Subsistema de Solidariedade	4 517 885 199	4 516 651 042	-	4 516 651 042	-1 234 157
	03		Estado-Subsistema de Ação Social	1 652 098 916	1 709 804 944	-	1 709 804 944	57 706 028
	04		Estado - Subsistema de Protecção Familiar	1 181 124 964	1 267 668 251	-	1 267 668 251	86 543 287
	07		SFA	139 590 700	167 594 430	-	167 594 430	28 003 730
	09		SFA - Sistema Previdencial	-	-	-	-	0
	11		SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados	1 054 938	566 135	-	566 135	-488 803
	07		Instituições sem fins lucrativos	50 000	50 000	-	50 000	0
	09		Resto do mundo	1 480 000 000	1 533 544 511	-	1 533 544 511	53 544 511
07			Vendas de bens e serviços correntes	17 463 883	17 094 878	-	17 094 878	-369 005
	01		Vendas de bens	6 050	6 011	-	6 011	-39
	02		Serviços	17 457 833	17 088 867	-	17 088 867	-368 966
08			Outras Receitas Correntes	10 801 629	13 148 314	-	13 148 314	2 346 685
	01		Outras	10 696 509	12 517 486	-	12 517 486	1 820 977
	02		Subsídios	105 120	630 828	-	630 828	525 708
			Receitas Capital	14 979 467 894	15 014 374 602	-	15 014 374 602	34 906 708
09			Venda de bens de investimento	16 174 203	10 274 193	-	10 274 193	-5 900 010
10			Transferências de capital	2 000 000	2 057 608	-	2 057 608	57 608
	03		Administração Central	2 000 000	1 877 608	-	1 877 608	-122 392
	03		Estado - Subsistema de Ação Social	2 000 000	1 877 608	-	1 877 608	-122 392
	09		SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados	-	-	-	-	0
	09		Resto do Mundo	-	180 000	-	180 000	180 000
	01		União Europeia - Instituições	-	180 000	-	180 000	180 000
11			Ativos financeiros	14 700 641 258	14 742 042 701	-	14 742 042 701	41 401 443
	01		Depósitos, certificados de depósito e poupança	3 500 100	5 000 100	-	5 000 100	1 500 000
	02		Sociedades financeiras	3 500 100	5 000 100	-	5 000 100	1 500 000
	02		Titulos a curto prazo	5 793 219 831	5 803 108 310	-	5 803 108 310	9 888 479
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	263 575 217	100 000 000	-	100 000 000	-163 575 217
	02		Sociedades financeiras	500 000	500 000	-	500 000	0
	03		Administração Pública - Administração Central - Estado	5 228 644 614	5 500 001 000	-	5 500 001 000	271 356 386
	04		Administração Pública Central - SFA	500 000	500 000	-	500 000	0
	11		Resto do Mundo - União Europeia	100 000 000	100 000 000	-	100 000 000	0
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	200 000 000	102 107 310	-	102 107 310	-97 892 690
	03		Titulos a médio e longo prazo	5 587 439 662	5 607 214 620	-	5 607 214 620	19 774 958
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	500 000	500 000	-	500 000	0
	02		Sociedades financeiras	500 000	500 000	-	500 000	0
	03		Administração Pública - Administração Central - Estado	3 585 439 662	3 605 214 620	-	3 605 214 620	19 774 958
	06		Administração Pública - Administração Local - Continente	500 000	500 000	-	500 000	0
	07		Administração Pública - Administração Local - Regiões Autónomas	500 000	500 000	-	500 000	0
	11		Resto do Mundo - União Europeia	1 000 000 000	1 000 000 000	-	1 000 000 000	0
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	1 000 000 000	1 000 000 000	-	1 000 000 000	0
	04		Derivados financeiros	864 386 520	867 445 740	-	867 445 740	3 059 220
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	500 000	500 000	-	500 000	0
	02		Sociedades financeiras	500 000	500 000	-	500 000	0
	11		Resto do Mundo - União Europeia	345 354 608	433 222 870	-	433 222 870	87 868 262
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	518 031 912	433 222 870	-	433 222 870	-84 809 042
	07		Recuperação de créditos garantidos	3 000 000	1 500 000	-	1 500 000	-1 500 000
	08		Acções e outras participações	1 620 724 725	1 626 460 763	-	1 626 460 763	5 736 038
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	10 000 000	10 000 000	-	10 000 000	0
	02		Sociedades financeiras	500 000	500 000	-	500 000	0
	11		Resto do Mundo-União Europeia	410 224 725	415 960 763	-	415 960 763	5 736 038
	12		Resto Mundo-Países terceiros-Organ.Internacionais	1 200 000 000	1 200 000 000	-	1 200 000 000	0
	09		Unidades de participação	540 241 580	542 164 588	-	542 164 588	1 923 008
	01		Sociedades financeiras	5 000 005	100 011 000	-	100 011 000	95 010 995
	02		Resto do Mundo - União Europeia	534 741 575	441 653 588	-	441 653 588	-93 087 987
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	500 000	500 000	-	500 000	0
	11		Outros Ativos financeiros	288 128 840	289 148 580	-	289 148 580	1 019 740
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
	02		Sociedades financeiras	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
	11		Resto do Mundo - União Europeia	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
12			Passivos Financeiros	260 000 000	260 000 000	-	260 000 000	0
	05		Empréstimos a curto prazo	260 000 000	260 000 000	-	260 000 000	0
	02		Sociedades financeiras	260 000 000	260 000 000	-	260 000 000	0
13			Outras receitas de capital	652 433	100	-	100	-652 333
			Outras Receitas	168 477 999	184 157 563	-	184 157 563	15 679 564
15			Reposições não abatidas nos pagamentos	168 477 999	184 157 563	-	184 157 563	15 679 564
	01		Reposições não abatidas nos pagamentos	168 477 999	184 157 563	-	184 157 563	15 679 564
16			Saldo do Ano Anterior	413 943 886	354 544 720	-	354 544 720	-59 399 166
	01		Saldo orçamental	413 943 886	354 544 720	-	354 544 720	-59 399 166
			TOTAL	41 624 734 201	42 202 401 163	-	42 202 401 163	577 666 962

Mapa XI: Orçamento da Segurança Social – Despesas da segurança social, por classificação funcional
(em euros)

Classificação funcional	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
Segurança Social	37 819 927 987	38 626 788 940	-	38 626 788 940	806 860 953
Prestações Sociais	22 626 096 482	23 446 201 802	-	23 446 201 802	820 105 320
Capitalização	15 193 831 505	15 180 587 138	-	15 180 587 138	- 13 244 367
Formação Profissional e Polít. Activ. Emprego	2 433 532 119	2 228 456 779	-	2 228 456 779	- 205 075 340
Políticas Activas de Emprego	574 969 797	590 652 386	-	590 652 386	15 682 589
Formação Profissional	1 858 562 322	1 637 804 393	-	1 637 804 393	- 220 757 929
Administração	341 439 680	342 386 111	-	342 386 111	946 431
TOTAL	40 594 899 786	41 197 631 830	-	41 197 631 830	602 732 044

Mapa XII: Orçamento da Segurança Social – Despesas da segurança social, por classificação económica
(em euros)

Agrupamento	Subagrup.	Rubrica	Designação da classificação económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	Proposta PPL OSS/2017	Variação Anual
			Despesas Correntes	25 092 155 010	25 707 576 424	-	25 707 576 424	615 421 414
01			Despesas com o pessoal	262 369 164	275 197 859	-	275 197 859	12 828 695
02			Aquisição de bens e serviços	126 938 233	117 169 364	-	117 169 364	- 9 768 869
03			Juros e outros encargos	7 924 880	6 911 669	-	6 911 669	- 1 013 211
04			Transferências Correntes	23 736 812 234	23 955 054 303	-	23 955 054 303	218 242 069
	01		Sociedades e quase Soc. Não Finan.	-	9 425 803	-	9 425 803	9 425 803
	03		Administração Central	1 700 682 661	1 379 531 906	-	1 379 531 906	- 321 150 755
		01	Estado	45 995 313	120 798 867	-	120 798 867	74 803 554
		02	Estado - SPSC - Subsistema de Ação Social	76 311 836	98 313 980	-	98 313 980	22 002 144
		05	SFA - CGA	517 180 970	523 543 480	-	523 543 480	6 362 510
		06	SFA - SPSC - Subsistema de Ação Social	38 143 629	39 500 000	-	39 500 000	1 356 371
		07	SFA - Sistema Previdencial	1 023 050 913	597 375 579	-	597 375 579	- 425 675 334
	04		Administração Regional	130 943 188	181 321 897	-	181 321 897	50 378 709
		01	Região Autónoma dos Açores	97 737 314	135 328 959	-	135 328 959	37 591 645
		02	Região Autónoma dos Açores	33 205 874	45 992 938	-	45 992 938	12 787 064
		05	Administração Local	-	1 000	-	1 000	1 000
		07	Instituições sem fins lucrativos	1 544 654 524	1 581 047 370	-	1 581 047 370	36 392 846
		08	Famílias	20 355 050 361	20 799 238 282	-	20 799 238 282	444 187 921
		09	Resto do Mundo	5 481 500	4 488 045	-	4 488 045	- 993 455
05			Subsídios	945 447 604	1 338 536 226	-	1 338 536 226	393 088 622
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	200 251 647	359 633 898	-	359 633 898	159 382 251
	02		Sociedades financeiras	13 200 000	38 500 000	-	38 500 000	25 300 000
	03		Administração Central	430 388 742	608 525 861	-	608 525 861	178 137 119
	04		Administração Regional	-	-	-	-	-
	05		Administração Local	10 000 000	45 358 750	-	45 358 750	35 358 750
	07		Instituições sem fins lucrativos	291 204 265	283 394 296	-	283 394 296	- 7 809 969
	08		Famílias	402 950	3 123 421	-	3 123 421	2 720 471
06			Outras despesas correntes	12 662 895	14 707 003	-	14 707 003	2 044 108
	02		Diversas	12 662 895	14 707 003	-	14 707 003	2 044 108
			Despesas Capital	15 502 744 776	15 490 055 406	-	15 490 055 406	- 12 689 370
07			Aquisição de bens de capital	36 754 359	40 266 023	-	40 266 023	3 511 664
	01		Investimentos	36 754 359	40 266 023	-	40 266 023	3 511 664
08			Transferências de capital	9 283 912	6 437 245	-	6 437 245	- 2 846 667
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	286 064	290 900	-	290 900	4 836
	03		Administração central	-	-	-	-	-
	04		Administração Regional	-	-	-	-	-
	07		Instituições sem fins lucrativos	8 847 848	5 996 345	-	5 996 345	- 2 851 503
	09		Resto do Mundo	150 000	150 000	-	150 000	-
09			Activos financeiros	15 193 706 505	15 180 352 138	-	15 180 352 138	- 13 354 367
	02		Titulos a curto prazo	5 793 719 831	5 803 608 310	-	5 803 608 310	9 888 479
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	500 000	500 000	-	500 000	-
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500 000	500 000	-	500 000	-
	05		Administração pública central - Estado	5 500 000 000	5 600 001 000	-	5 600 001 000	100 001 000
	14		Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	25 000 000	25 000 000	-	25 000 000	-
	15		Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	77 280 169	27 607 310	-	27 607 310	- 49 672 859
	16		Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	165 439 662	150 000 000	-	150 000 000	- 15 439 662
	03		Titulos a médio e longo prazo	6 086 490 014	6 051 524 157	-	6 051 524 157	- 34 965 857
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	500 000	500 000	-	500 000	-
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500 000	500 000	-	500 000	-
	05		Administração Pública Central - Estado	4 209 991 985	4 339 524 157	-	4 339 524 157	129 532 172
	08		Administração Pública Local - Continente	500 000	500 000	-	500 000	-
	09		Administração Pública Local - Regiões Autónomas	500 000	500 000	-	500 000	-
	14		Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	10 000 000	10 000 000	-	10 000 000	-
	15		Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	1 200 000 000	1 200 000 000	-	1 200 000 000	-
	16		Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	664 498 029	500 000 000	-	500 000 000	- 164 498 029
	04		Derivados financeiros	864 386 520	867 445 740	-	867 445 740	3 059 220
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	500 000	500 000	-	500 000	-
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500 000	500 000	-	500 000	-
	15		Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	345 354 608	433 222 870	-	433 222 870	87 868 262
	16		Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	518 031 912	433 222 870	-	433 222 870	- 84 809 042
	07		Ações e outras participações	1 620 724 725	1 626 460 763	-	1 626 460 763	5 736 038
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	500 000	500 000	-	500 000	-
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500 000	500 000	-	500 000	-
	04		Sociedades financeiras - Comp. de Seguros e Fundos de Pensões	500 000	500 000	-	500 000	-
	14		Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	647 689 890	900 000 000	-	900 000 000	252 310 110
	16		Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	971 534 835	724 960 763	-	724 960 763	- 246 574 072
	08		Unidades de participação	540 256 575	542 164 588	-	542 164 588	1 908 013
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	180 095 525	180 728 863	-	180 728 863	633 338
	14		Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	180 080 525	180 717 863	-	180 717 863	637 338
	16		Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	180 080 525	180 717 862	-	180 717 862	637 337
	09		Outros activos financeiros	288 128 840	289 148 580	-	289 148 580	1 019 740
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
	15		Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
	16		Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
	10		Passivos financeiros	263 000 000	263 000 000	-	263 000 000	-
	05		Empréstimos de curto prazo	260 000 000	260 000 000	-	260 000 000	-
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	260 000 000	260 000 000	-	260 000 000	-
	07		Outros passivos financeiros	3 000 000	3 000 000	-	3 000 000	-
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	3 000 000	3 000 000	-	3 000 000	-
			TOTAL	40 594 899 786	41 197 631 830	-	41 197 631 830	602 732 044

Mapa XIII: Orçamento da Segurança Social – Receitas de cada subsistema, por classificação económica
(em euros)

Subsistema de Solidariedade								
Capítulo	Grupo	Artigo	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Receitas Correntes	4 518 816 006	4 519 034 542	-	4 519 034 542	218 536
04			Taxas multas e Outras penalidades	3 500	3 500	-	3 500	-
06			Transferências Correntes	4 517 885 199	4 516 651 042	-	4 516 651 042	-1 234 157
	03		Administração central	4 517 885 199	4 516 651 042	-	4 516 651 042	-1 234 157
		01	Estado	-	-	-	-	-
		02	Estado-SPSC-Subs. de Solidariedade	4 517 885 199	4 516 651 042	-	4 516 651 042	-1 234 157
		07	SFA	-	-	-	-	-
		09	SFA - Sistema Previdencial	-	-	-	-	-
	06		Segurança Social	-	-	-	-	-
08			Outras Receitas Correntes	927 307	2 380 000	-	2 380 000	1 452 693
	01		Outras	927 307	2 380 000	-	2 380 000	1 452 693
			Outras Receitas	18 188 493	16 716 500	-	16 716 500	-1 471 993
15			Reposições não abatidas nos pagamentos	18 188 493	16 716 500	-	16 716 500	-1 471 993
	01		Reposições não abatidas nos pagamentos	18 188 493	16 716 500	-	16 716 500	-1 471 993
16			Saldo de gerência do ano anterior	-	-	-	-	-
	01		Saldo Orçamental	-	-	-	-	-
			TOTAL	4 537 004 499	4 535 751 042	-	4 535 751 042	-1 253 457

Subsistema de Proteção Familiar								
Capítulo	Grupo	Artigo	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Receitas Correntes	1 189 654 667	1 276 721 250	-	1 276 721 250	87 066 583
04			Taxas multas e Outras penalidades	500	500	-	500	-
06			Transferências Correntes	1 181 155 657	1 267 700 700	-	1 267 700 700	86 545 043
	03		Administração central	1 181 155 657	1 267 700 700	-	1 267 700 700	86 545 043
		01	Estado	-	-	-	-	-
		04	Estado-SPSC - Subsistema de Proteção Familiar	1 181 124 964	1 267 668 251	-	1 267 668 251	86 543 287
		07	SFA	30 693	32 449	-	32 449	1 756
	06		Segurança Social	-	-	-	-	-
08			Outras Receitas Correntes	8 498 510	9 020 050	-	9 020 050	521 540
	01		Outras	223 050	1 020 050	-	1 020 050	797 000
	02		Subsídios	8 275 460	8 000 000	-	8 000 000	-275 460
			Outras Receitas	23 689 482	21 079 450	-	21 079 450	-2 610 032
15			Reposições não abatidas nos pagamentos	23 689 482	21 079 450	-	21 079 450	-2 610 032
	01		Reposições não abatidas nos pagamentos	23 689 482	21 079 450	-	21 079 450	-2 610 032
16			Saldo de gerência do ano anterior	-	-	-	-	-
	01		Saldo Orçamental	-	-	-	-	-
			TOTAL	1 213 344 149	1 297 800 700	-	1 297 800 700	84 456 551

Subsistema de Ação Social								
Capítulo	Grupo	Artigo	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Receitas Correntes	1 895 971 766	2 234 487 047	-	2 234 487 047	338 515 281
02			Impostos diretos	178 215 772	208 767 353	-	208 767 353	30 551 581
	02		Outros	178 215 772	208 767 353	-	208 767 353	30 551 581
		01	Lotarias	64 400 000	92 416 719	-	92 416 719	28 016 719
		03	Imposto do jogo	-	2 998 770	-	2 998 770	2 998 770
		05	Resultados da exploração de apostas mútuas	113 665 772	103 785 154	-	103 785 154	-9 880 618
		99	Impostos indiretos diversos	150 000	9 566 710	-	9 566 710	9 416 710
04			Taxas multas e Outras penalidades	173 230	227 259	-	227 259	54 029
05			Rendimentos da propriedade	2 271 263	2 020 000	-	2 020 000	-251 263
	02		Juros - Sociedades financeiras	1 950 000	1 698 737	-	1 698 737	-251 263
	03		Juros - Administrações Públicas	321 263	321 263	-	321 263	-
06			Transferências Correntes	1 703 873 456	2 016 652 342	-	2 016 652 342	312 778 886
	03		Administração central	1 652 098 916	1 709 804 944	-	1 709 804 944	57 706 028
		01	Estado	-	-	-	-	-
		03	Estado-SPSC-Subsistema de Ação Social	1 652 098 916	1 709 804 944	-	1 709 804 944	57 706 028
		11	SFA - Participação Comunitária em Proj. Cofinanciados	-	-	-	-	-
	06		Segurança Social	11 724 540	10 500 000	-	10 500 000	-1 224 540
	07		Instituições sem fins lucrativos	50 000	50 000	-	50 000	-
	09		Resto do Mundo	40 000 000	296 297 398	-	296 297 398	256 297 398
07			Vendas de bens e serviços correntes	4 729 014	4 725 936	-	4 725 936	-3 078
	01		Venda de bens	10	10	-	10	-
	02		Serviços	4 729 004	4 725 926	-	4 725 926	-3 078
08			Outras receitas correntes	6 709 031	2 094 157	-	2 094 157	-4 614 874
	01		Outras	604 031	604 257	-	604 257	226
	02		Subsídios	6 105 000	1 489 900	-	1 489 900	-4 615 100
			Receitas Capital	1 008 000 100	1 008 057 708	-	1 008 057 708	57 608
10			Transferências de capital	2 000 000	2 057 608	-	2 057 608	57 608
	03		Administração Central	2 000 000	1 877 608	-	1 877 608	-122 392
		03	Estado-SPSC-Subsistema de Ação Social	2 000 000	1 877 608	-	1 877 608	-122 392
		09	Resto do Mundo	-	180 000	-	180 000	180 000
	01		União Europeia - Instituições	-	180 000	-	180 000	180 000
11			Ativos financeiros	1 006 000 000	1 006 000 000	-	1 006 000 000	-
	01		Depósitos, certificados de depósito e poupança:	3 000 000	4 500 000	-	4 500 000	1 500 000
		02	Sociedades financeiras	3 000 000	4 500 000	-	4 500 000	1 500 000
	02		Titulos Curto Prazo	1 000 000 000	1 000 000 000	-	1 000 000 000	-
		03	Administração Pública Central - Estado	1 000 000 000	1 000 000 000	-	1 000 000 000	-
	07		Recuperação de créditos garantidos	3 000 000	1 500 000	-	1 500 000	-1 500 000
13			Outras receitas de capital	100	100	-	100	-
			Outras Receitas	15 326 786	19 092 960	-	19 092 960	3 766 174
15			Reposições não abatidas nos pagamentos	15 326 786	19 092 960	-	19 092 960	3 766 174
	01		Reposições não abatidas nos pagamentos	15 326 786	19 092 960	-	19 092 960	3 766 174
16			Saldo de gerência do ano anterior	503 950	4 217 121	-	4 217 121	3 713 171
	01		Saldo orçamental	503 950	4 217 121	-	4 217 121	3 713 171
			TOTAL	2 919 802 602	3 265 854 836	-	3 265 854 836	346 052 234

Receitas do Sistema Previdencial - Repartição

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Varição Anual
			Receitas Correntes	17 555 182 403	17 698 390 589	-	17 698 390 589	143 208 186
02			Impostos indiretos	-	10	-	10	10
	02		Outros	-	10	-	10	10
		03	Imposto do jogo	-	10	-	10	10
03			Contribuições para a Segurança Social	14 842 693 841	15 383 348 130	-	15 383 348 130	540 654 289
	01		Subsistema Previdencial	14 834 892 298	15 368 529 099	-	15 368 529 099	533 636 801
	02		Regimes Complementares e Especiais	7 801 543	14 819 031	-	14 819 031	7 017 488
04			Taxas multas e Outras penalidades	106 660 844	106 748 192	-	106 748 192	87 348
05			Rendimentos da propriedade	8 457 010	5 389 279	-	5 389 279	- 3 067 731
	02		Juros - Sociedades Financeiras	3 447 857	2 663 183	-	2 663 183	- 784 674
	03		Juros - Administração Pública	773 947	773 947	-	773 947	-
	04		Juros - Instituições sem fins lucrativos	49 162	50 000	-	50 000	838
	10		Rendas	4 186 044	1 902 149	-	1 902 149	- 2 283 895
06			Transferências Correntes	2 575 843 598	2 181 432 029	-	2 181 432 029	- 394 411 569
	01		Sociedades e quase sociedade não financeiras	1 649 170	1 720 000	-	1 720 000	70 830
	03		Administração Central	1 134 194 428	942 464 916	-	942 464 916	- 191 729 512
		01	Estado	994 166 683	775 268 633	-	775 268 633	- 218 898 050
		07	SFA	138 972 807	166 630 148	-	166 630 148	27 657 341
		09	SFA - Sistema Previdencial	-	-	-	-	-
		11	SFA - Participação Comunitária em Proj. Cofinanciados	1 054 938	566 135	-	566 135	- 488 803
	09		Resto do mundo	1 440 000 000	1 237 247 113	-	1 237 247 113	- 202 752 887
07			Vendas de bens e serviços correntes	12 584 869	12 328 942	-	12 328 942	- 255 927
	01		Vendas de bens	6 040	6 001	-	6 001	- 39
	02		Serviços	12 578 829	12 322 941	-	12 322 941	- 255 888
08			Outras receitas correntes	8 942 241	9 144 007	-	9 144 007	201 766
	01		Outras	8 942 121	8 513 179	-	8 513 179	- 428 942
	02		Subsídios	120	630 828	-	630 828	630 708
			Receitas Capital	2 276 652 448	2 270 112 100	-	2 270 112 100	- 6 540 348
09			Venda de bens de investimento	16 000 010	10 100 000	-	10 100 000	- 5 900 010
10			Transferências de capital	-	-	-	-	-
		03	Administração central:	-	-	-	-	-
		10	SFA-Participação comunitária em projetos cofinanciados	-	-	-	-	-
11			Ativos financeiros	2 000 000 105	2 000 012 100	-	2 000 012 100	11 995
	01		Depósitos, certificados de depósito e poupança	100	100	-	100	-
		02	Sociedades financeiras	100	100	-	100	-
		02	Títulos a curto prazo	2 000 000 000	2 000 001 000	-	2 000 001 000	1 000
		03	Administração Pública Central - Estado	2 000 000 000	2 000 001 000	-	2 000 001 000	1 000
		09	Unidades de participação	5	11 000	-	11 000	10 995
		02	Sociedades financeiras	5	11 000	-	11 000	10 995
12			Passivos Financeiros	260 000 000	260 000 000	-	260 000 000	-
		05	Empréstimos a curto prazo	260 000 000	260 000 000	-	260 000 000	-
		02	Sociedades financeiras	260 000 000	260 000 000	-	260 000 000	-
13			Outras receitas de capital	652 333	-	-	-	- 652 333
			Outras Receitas	110 922 738	126 918 153	-	126 918 153	15 995 415
15			Reposições não abatidas nos pagamentos	110 922 738	126 918 153	-	126 918 153	15 995 415
	01		Reposições não abatidas nos pagamentos	110 922 738	126 918 153	-	126 918 153	15 995 415
16			Saldo de gerência do ano anterior	6 439 936	327 599	-	327 599	- 6 112 337
	01		Saldo orçamental	6 439 936	327 599	-	327 599	- 6 112 337
			TOTAL	19 949 197 525	20 095 748 441	-	20 095 748 441	146 550 916

Recargas do Sistema Previdencial - Capitalização

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Recargas Correntes	448 317 837	466 718 121	-	466 718 121	18 400 284
05			Rendimentos da propriedade	448 167 837	466 678 121	-	466 678 121	18 510 284
	01		Juros - Soc. E quase soc. não financeiras	1 000	1 000	-	1 000	-
	02		Juros - Soc. Financeiras	2 660 255	2 448 471	-	2 448 471	- 211 784
	03		Juros - Adm. Pública	371 553 008	390 565 260	-	390 565 260	19 012 252
	06		Juros - Resto do mundo	29 951 370	30 533 098	-	30 533 098	581 728
	07		Dividendos e particip. nos lucros de soc. e quase soc. não financeiras	34 209 792	32 193 624	-	32 193 624	- 2 016 168
	08		Dividendos e particip. nos lucros de soc. financeiras	8 626 144	8 451 247	-	8 451 247	- 174 897
	10		Rendas	1 166 268	2 485 421	-	2 485 421	1 319 153
07			Vendas de bens e serviços correntes	150 000	40 000	-	40 000	- 110 000
	02		Serviços	150 000	40 000	-	40 000	- 110 000
			Recargas Capital	11 710 815 346	11 746 304 794	-	11 746 304 794	35 489 448
09			Venda de bens de investimento	174 193	174 193	-	174 193	-
10			Transferências de capital	16 000 000	10 100 000	-	10 100 000	- 5 900 000
	06		Segurança Social	16 000 000	10 100 000	-	10 100 000	- 5 900 000
11			Ativos Financeiros	11 694 641 153	11 736 030 601	-	11 736 030 601	41 389 448
	01		Depósitos, certificados de depósito e poupança	500 000	500 000	-	500 000	-
	02		Sociedades financeiras	500 000	500 000	-	500 000	-
	02		Titulos a curto prazo	2 793 219 831	2 803 107 310	-	2 803 107 310	9 887 479
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	263 575 217	100 000 000	-	100 000 000	- 163 575 217
	02		Sociedades financeiras	500 000	500 000	-	500 000	-
	03		Administração Pública - Administração Central - Estado	2 228 644 614	2 500 000 000	-	2 500 000 000	271 355 386
	04		Administração Pública - Administração Local - SFA	500 000	500 000	-	500 000	-
	11		Resto do Mundo - União Europeia	100 000 000	100 000 000	-	100 000 000	-
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	200 000 000	102 107 310	-	102 107 310	- 97 892 690
	03		Titulos a médio e longo prazo	5 587 439 662	5 607 214 620	-	5 607 214 620	19 774 958
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	500 000	500 000	-	500 000	-
	02		Sociedades financeiras	500 000	500 000	-	500 000	-
	03		Administração Pública - Administração Central - Estado	3 585 439 662	3 605 214 620	-	3 605 214 620	19 774 958
	06		Administração Pública - Administração Local - Continente	500 000	500 000	-	500 000	-
	07		Administração Pública - Administração Local - Regiões Autónomas	500 000	500 000	-	500 000	-
	11		Resto do Mundo - União Europeia	1 000 000 000	1 000 000 000	-	1 000 000 000	-
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	1 000 000 000	1 000 000 000	-	1 000 000 000	-
	04		Derivados financeiros	864 386 520	867 445 740	-	867 445 740	3 059 220
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	500 000	500 000	-	500 000	-
	02		Sociedades financeiras	500 000	500 000	-	500 000	-
	11		Resto do Mundo - União Europeia	345 354 608	433 222 870	-	433 222 870	87 868 262
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	518 031 912	433 222 870	-	433 222 870	- 84 809 042
	08		Ações e outras participações	1 620 724 725	1 626 460 763	-	1 626 460 763	5 736 038
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	10 000 000	10 000 000	-	10 000 000	-
	02		Sociedades financeiras	500 000	500 000	-	500 000	-
	11		Resto do Mundo - União Europeia	410 224 725	415 960 763	-	415 960 763	5 736 038
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	1 200 000 000	1 200 000 000	-	1 200 000 000	-
	09		Unidades de participação	540 241 575	542 153 588	-	542 153 588	1 912 013
	02		Sociedades financeiras	500 000	100 000 000	-	100 000 000	95 000 000
	11		Resto do Mundo - União Europeia	534 741 575	441 653 588	-	441 653 588	- 93 087 987
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	500 000	500 000	-	500 000	-
	11		Outros Ativos financeiros	288 128 840	289 148 580	-	289 148 580	1 019 740
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
	02		Sociedades financeiras	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
	11		Resto do Mundo - União Europeia	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
			Outras Recargas	350 500	350 500	-	350 500	-
15			Reposições não abatidas nos pagamentos	350 500	350 500	-	350 500	-
	G1		Reposições não abatidas nos pagamentos	350 500	350 500	-	350 500	-
16			Saldo de gerência do ano anterior	407 000 000	350 000 000	-	350 000 000	- 57 000 000
	G1		Saldo orçamental	407 000 000	350 000 000	-	350 000 000	- 57 000 000
			TOTAL	12 566 483 683	12 563 373 415	-	12 563 373 415	- 3 110 268

Recargas do Sistema Regimes Especiais

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Recargas Correntes	482 131 404	476 484 550	-	476 484 550	- 5 646 854
06			Transferências Correntes	482 131 404	476 484 550	-	476 484 550	- 5 646 854
	03		Administração Central	482 131 404	476 484 550	-	476 484 550	- 5 646 854
	01		Estado	481 544 204	475 552 717	-	475 552 717	- 5 991 487
	07		SFA	587 200	931 833	-	931 833	344 633
			TOTAL	482 131 404	476 484 550	-	476 484 550	- 5 646 854

Mapa XIV: Orçamento da Segurança Social – Despesas de cada subsistema, por classificação económica
(em euros)

Despesas do Sistema de Proteção Social de Cidadania - Subsistema de Solidariedade

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Despesas Correntes	4 534 937 388	4 535 751 042	-	4 535 751 042	813 654
01			Despesas com o pessoal	46 382 508	46 557 735	-	46 557 735	175 227
02			Aquisição de bens e serviços	13 331 221	12 878 484	-	12 878 484	-452 737
03			Juros e outros encargos	738 525	515 632	-	515 632	-222 893
04			Transferências Correntes	4 473 750 762	4 475 310 602	-	4 475 310 602	1 559 840
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	-	-	-	-	-
	03		Administração Central	567 980	420 921	-	420 921	-147 059
		01	Estado	567 980	420 921	-	420 921	-147 059
	06		Segurança Social	-	-	-	-	-
	07		Instituições sem fins lucrativos	34 969 081	36 761 657	-	36 761 657	1 792 576
	08		Famílias	4 438 213 701	4 438 128 024	-	4 438 128 024	-85 677
05			Subsídios	322 509	179 941	-	179 941	-142 568
	07		Instituições sem fins lucrativos	322 509	179 941	-	179 941	-142 568
06			Outras despesas correntes	411 863	308 648	-	308 648	-103 215
	02		Diversas	411 863	308 648	-	308 648	-103 215
			Despesas Capital	2 067 111	-	-	-	-2 067 111
			Aquisição de bens de capital	-	-	-	-	-
	01		Investimentos	-	-	-	-	-
08			Transferências de capital	2 067 111	-	-	-	-2 067 111
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	-	-	-	-	-
	03		Administração central	-	-	-	-	-
	07		Instituições sem fins lucrativos	2 067 111	-	-	-	-2 067 111
			TOTAL	4 537 004 499	4 535 751 042	-	4 535 751 042	-1 253 457

Despesas do Sistema de Proteção Social de Cidadania - Subsistema de Proteção Familiar

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Despesas Correntes	1 213 344 149	1 297 800 700	-	1 297 800 700	84 456 551
01			Despesas com o pessoal	12 203 831	13 107 041	-	13 107 041	903 210
02			Aquisição de bens e serviços	3 559 858	3 679 158	-	3 679 158	119 300
03			Juros e outros encargos	197 505	147 536	-	147 536	-49 969
04			Transferências Correntes	1 197 186 559	1 280 727 166	-	1 280 727 166	83 540 607
	03		Administração Central	151 897	120 437	-	120 437	-31 460
		01	Estado	151 897	120 437	-	120 437	-31 460
		05	SFA	-	-	-	-	-
	06		Segurança Social	-	-	-	-	-
	08		Famílias	1 197 034 662	1 280 606 729	-	1 280 606 729	83 572 067
05			Subsídios	86 250	51 486	-	51 486	-34 764
	07		Instituições sem fins lucrativos	86 250	51 486	-	51 486	-34 764
06			Outras despesas correntes	110 146	88 313	-	88 313	-21 833
	02		Diversas	110 146	88 313	-	88 313	-21 833
			Despesas Capital	-	-	-	-	-
07			Aquisição de bens de capital	-	-	-	-	-
	01		Investimentos	-	-	-	-	-
			TOTAL	1 213 344 149	1 297 800 700	-	1 297 800 700	84 456 551

Despesas do Sistema de Proteção Social de Cidadania - Subsistema de Ação Social

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Despesas Correntes	1 867 493 545	2 191 927 694	-	2 191 927 694	324 434 149
01			Despesas com o pessoal	55 384 063	63 989 721	-	63 989 721	8 605 658
02			Aquisição de bens e serviços	67 037 690	59 760 543	-	59 760 543	-7 277 147
03			Juros e outros encargos	308 335	253 588	-	253 588	-54 747
04			Transferências Correntes	1 727 238 129	1 840 634 966	-	1 840 634 966	113 396 837
	01		Sociedades e quase Soc. Não Finan.	-	9 425 803	-	9 425 803	9 425 803
	03		Administração Central	125 590 012	138 018 541	-	138 018 541	12 428 529
		01	Estado	11 134 547	204 561	-	204 561	-10 929 986
		02	Estado-SPSC-Subsistema de Ação social	76 311 836	98 313 980	-	98 313 980	22 002 144
		06	SFA - Subsistema de Ação Social	38 143 629	39 500 000	-	39 500 000	1 356 371
	04		Administração Central	-	57 679 052	-	57 679 052	57 679 052
		01	Região Autónoma dos Açores	-	45 179 052	-	45 179 052	45 179 052
		02	Região Autónoma da Madeira	-	12 500 000	-	12 500 000	12 500 000
	05		Administração Local	-	1 000	-	1 000	1 000
	06		Segurança Social	-	-	-	-	0
	07		Instituições sem fins lucrativos	1 509 685 443	1 544 285 713	-	1 544 285 713	34 600 270
	08		Famílias	91 954 174	91 209 812	-	91 209 812	-744 362
	09		Resto do Mundo	8 500	15 045	-	15 045	6 545
05			Subsídios	16 987 977	226 753 886	-	226 753 886	209 765 909
	01		Sociedades e quase Soc. Não Financeiras	-	41 637 500	-	41 637 500	41 637 500
	02		Sociedades Financeiras	-	25 500 000	-	25 500 000	25 500 000
	03		Administração central	-	58 840 739	-	58 840 739	58 840 739
	05		Administração Local	-	21 819 250	-	21 819 250	21 819 250
	06		Segurança Social	-	-	-	-	0
	07		Instituições sem fins lucrativos	16 585 027	75 832 976	-	75 832 976	59 247 949
	08		Famílias	402 950	3 123 421	-	3 123 421	2 720 471
06			Outras despesas correntes	537 351	534 990	-	534 990	-2 361
	02		Diversas	537 351	534 990	-	534 990	-2 361
			Despesas Capital	1 014 672 664	1 015 691 308	-	1 015 691 308	1 018 644
07			Aquisição de bens de capital	4 605 863	6 404 063	-	6 404 063	1 798 200
	01		Investimentos	4 605 863	6 404 063	-	6 404 063	1 798 200
08			Transferências de capital	7 066 801,00	6 287 245,00	-	6 287 245	-779 556
	01		Sociedades e quase Soc. Não Finan.	286 064	290 900	-	290 900	4 836
	07		Instituições sem fins lucrativos	6 780 737	5 996 345	-	5 996 345	-784 392
09			Activos financeiros	1 000 000 000	1 000 000 000	-	1 000 000 000	0
	02		Titulos a curto prazo	1 000 000 000	1 000 000 000	-	1 000 000 000	0
		05	Administração Pública Central - Estado	1 000 000 000	1 000 000 000	-	1 000 000 000	0
10			Passivos financeiros	3 000 000	3 000 000	-	3 000 000	0
	07		Outros passivos financeiros	3 000 000	3 000 000	-	3 000 000	0
		03	Soc. Financ.- Bancos e outras instituições financeiras	3 000 000	3 000 000	-	3 000 000	0
			TOTAL	2 882 166 209	3 207 619 002	-	3 207 619 002	325 452 793

Despesas do Sistema Previdencial - Repartição

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Despesas Correntes	17 012 061 471	17 219 062 039	-	17 219 062 039	207 000 568
01			Despesas com o pessoal	146 184 024	149 248 834	-	149 248 834	3 064 810
02			Aquisição de bens e serviços	42 959 885	42 070 237	-	42 070 237	-889 648
03			Juros e outros encargos	3 493 337	2 789 551	-	2 789 551	-703 786
04			Transferências Correntes	15 868 511 512	15 892 635 019	-	15 892 635 019	24 123 507
	03		Administração Central	1 574 372 772	1 240 972 007	-	1 240 972 007	-333 400 765
		01	Estado	34 140 889	120 052 948	-	120 052 948	85 912 059
		05	SFA	517 180 970	523 543 480	-	523 543 480	6 362 510
		07	SFA - Sistema Previdencial	1 023 050 913	597 375 579	-	597 375 579	-425 675 334
	04		Administração Regional	130 943 188	123 642 845	-	123 642 845	-7 300 343
		01	Região Autónoma dos Açores	97 737 314	90 149 907	-	90 149 907	-7 587 407
		02	Região Autónoma dos Açores	33 205 874	33 492 938	-	33 492 938	287 064
	06		Segurança Social	11 724 540	10 500 000	-	10 500 000	-1 224 540
	08		Famílias	14 145 998 012	14 513 047 167	-	14 513 047 167	367 049 155
	09		Resto do Mundo	5 473 000	4 473 000	-	4 473 000	-1 000 000
05			Subsídios	942 326 328	1 121 040 813	-	1 121 040 813	178 714 485
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	200 251 647	317 996 398	-	317 996 398	117 744 751
	02		Sociedades financeiras	13 200 000	13 000 000	-	13 000 000	-200 000
	03		Administração Central	430 388 742	549 685 122	-	549 685 122	119 296 380
	04		Administração Regional	-	-	-	-	-
	05		Administração Local	10 000 000	23 539 500	-	23 539 500	13 539 500
	06		Segurança Social	14 275 460	9 489 900	-	9 489 900	-4 785 560
	07		Instituições sem fins lucrativos	274 210 479	207 329 893	-	207 329 893	-66 880 586
06			Outras despesas correntes	8 586 385	11 277 585	-	11 277 585	2 691 200
	02		Diversas	8 586 385	11 277 585	-	11 277 585	2 691 200
			Despesas de Capital	2 308 188 496	2 303 888 960	-	2 303 888 960	-4 299 536
07			Aquisição de bens de capital	32 023 496	33 626 960	-	33 626 960	1 603 464
	01		Investimentos	32 023 496	33 626 960	-	33 626 960	1 603 464
08			Transferências de capital	16 150 000	10 250 000	-	10 250 000	-5 900 000
	06		Segurança Social	16 000 000	10 100 000	-	10 100 000	-5 900 000
	09		Resto do Mundo	150 000	150 000	-	150 000	0
09			Activos financeiros	2 000 015 000	2 000 012 000	-	2 000 012 000	-3 000
	02		Titulos a curto prazo	2 000 000 000	2 000 001 000	-	2 000 001 000	1 000
		05	Administração Pública Central - Estado	2 000 000 000	2 000 001 000	-	2 000 001 000	1 000
	07		Ações e outras participações	-	-	-	-	0
		01	Sociedades e quase soc. não financeiras - Privadas	-	-	-	-	0
	08		Unidades de participação	15 000	11 000	-	11 000	-4 000
		03	Soc. financeiras - Bancos e outras instituições financ.	15 000	11 000	-	11 000	-4 000
10			Passivos financeiros	260 000 000	260 000 000	-	260 000 000	0
	05		Empréstimos de curto prazo	260 000 000	260 000 000	-	260 000 000	0
	03		Soc. financeiras - Bancos e outras instituições financ.	260 000 000	260 000 000	-	260 000 000	0
			TOTAL	19 320 249 967	19 522 950 999	-	19 522 950 999	202 701 032

Despesas do Sistema Previdencial - Capitalização

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Despesas Correntes	9 416 714	9 062 220	-	9 062 220	-354 494
01			Despesas com o pessoal	1 933 145	2 056 528	-	2 056 528	123 383
02			Aquisição de bens e serviços	1 279 240	1 302 863	-	1 302 863	23 623
03			Juros e outros encargos	3 187 179	3 205 362	-	3 205 362	18 183
06			Outras Despesas Correntes	3 017 150	2 497 467	-	2 497 467	-519 683
	02		Diversas	3 017 150	2 497 467	-	2 497 467	-519 683
			Despesas Capital	12 193 816 505	12 180 575 138	-	12 180 575 138	-13 241 367
07			Aquisição de bens de capital	125 000	235 000	-	235 000	110 000
	01		Investimentos	125 000	235 000	-	235 000	110 000
09			Activos financeiros	12 193 691 505	12 180 340 138	-	12 180 340 138	-13 351 367
	02		Titulos a curto prazo	2 793 719 831	2 803 607 310	-	2 803 607 310	9 887 479
		01	Sociedades e quase soc. não financ. - Privadas	500 000	500 000	-	500 000	0
		03	Soc. financeiras - Bancos e outras instituições financ.	500 000	500 000	-	500 000	0
		05	Administração pública central - Estado	2 500 000 000	2 600 000 000	-	2 600 000 000	100 000 000
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	50 000 000	25 000 000	-	25 000 000	-25 000 000
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	77 280 169	27 607 310	-	27 607 310	-49 672 859
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e org. internacionais	165 439 662	150 000 000	-	150 000 000	-15 439 662
	03		Titulos a médio e longo prazo	6 086 490 014	6 051 524 157	-	6 051 524 157	-34 965 857
		01	Sociedades e quase sociedades não financ. - Privadas	500 000	500 000	-	500 000	0
		03	Soc. financeiras - Bancos e outras instituições financ.	500 000	500 000	-	500 000	0
		05	Administração Pública Central - Estado	4 209 991 985	4 339 524 157	-	4 339 524 157	129 532 172
		08	Administração Pública Local - Continente	500 000	500 000	-	500 000	0
		09	Administração Pública Local - Regiões Autónomas	500 000	500 000	-	500 000	0
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	10 000 000	10 000 000	-	10 000 000	0
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	1 200 000 000	1 200 000 000	-	1 200 000 000	0
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e org. internacionais	664 498 029	500 000 000	-	500 000 000	-164 498 029
	04		Derivados financeiros	864 386 520	867 445 740	-	867 445 740	3 059 220
		01	Sociedades e quase soc. não financ. - Privadas	500 000	500 000	-	500 000	0
		03	Soc. financeiras - Bancos e outras instituições financ.	500 000	500 000	-	500 000	0
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	345 354 608	433 222 870	-	433 222 870	87 868 262
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e org. internacionais	518 031 912	433 222 870	-	433 222 870	-84 809 042
	07		Ações e outras participações	1 620 724 725	1 626 460 763	-	1 626 460 763	5 736 038
		01	Sociedades e quase soc. não financ. - Privadas	500 000	500 000	-	500 000	0
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instit. financ.	500 000	500 000	-	500 000	0
		04	Soc. financeiras - Comp. de Seguros e Fundos Pensões	500 000	500 000	-	500 000	0
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	647 689 890	900 000 000	-	900 000 000	252 310 110
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e org. internacionais	974 534 835	724 960 763	-	724 960 763	-249 574 072
	08		Unidades de participação	540 241 575	542 153 588	-	542 153 588	1 912 013
		03	Soc. financeiras - Bancos e outras instit. financeiras	180 080 525	180 717 863	-	180 717 863	637 338
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	180 080 525	180 717 863	-	180 717 863	637 338
		16	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	180 080 525	180 717 862	-	180 717 862	637 337
09			Outros activos financeiros	288 128 840	289 148 580	-	289 148 580	1 019 740
		01	Soc. e quase sociedades não financeiras - Privadas	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
		03	Soc. financeiras - Bancos e outras instit. financeiras	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e org. internacionais	72 032 210	72 287 145	-	72 287 145	254 935
			TOTAL	12 203 233 219	12 189 637 358	-	12 189 637 358	-13 595 861

Despesas do Sistema Regimes Especiais

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação da Classificação Económica	OSS/2016	Proposta PPL OSS/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OSS/2017	OSS/2017	Variação Anual
			Despesas Correntes	482 131 404	476 484 550	-	476 484 550	-5 646 854
01			Despesas com o pessoal	281 592	238 000	-	238 000	-43 592
02			Aquisição de bens e serviços	-	-	-	-	-
04			Transferências Correntes	481 849 812	476 246 550	-	476 246 550	-5 603 262
	08		Famílias	481 849 812	476 246 550	-	476 246 550	-5 603 262
			TOTAL	482 131 404	476 484 550	-	476 484 550	-5 646 854

Mapa XV: Despesas correspondentes a programas
(em euros)

PROGRAMA / MINISTÉRIO	OE/2016	Proposta PPL OE/2017	Alterações introduzidas pela AR à PPL OE/2017	OE/2017	Varição Anual
P-001-ÓRGÃOS DE SOBERANIA ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	3 324 400 950	3 808 764 339	-	3 808 764 339	484 363 389
P-002-GOVERNAÇÃO PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	401 079 387	549 466 516	-	549 466 516	148 387 129
P-003-REPRESENTAÇÃO EXTERNA NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	450 886 096	460 817 765	-	460 817 765	9 931 669
P-004-FINANÇAS FINANÇAS	13 194 857 128	14 071 737 489	2 792 598 280	16 864 335 769	3 669 478 641
P-005-GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FINANÇAS	85 804 520 000	92 218 142 062	-	92 218 142 062	6 413 622 062
P-006-DEFESA DEFESA NACIONAL	2 207 612 174	2 237 741 370	-	2 237 741 370	30 129 196
P-007-SEGURANÇA INTERNA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	2 101 056 057	2 148 720 973	-	2 148 720 973	47 664 916
P-008-JUSTIÇA JUSTIÇA	1 624 470 130	1 609 019 282	-	1 609 019 282	- 15 450 848
P-009-CULTURA CULTURA	656 120 242	701 090 446	- 925 000	700 165 446	44 045 204
P-010-CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	3 682 826 283	3 885 133 076	-	3 885 133 076	202 306 793
P-011-ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO	6 289 026 436	6 487 971 338	-	6 487 971 338	198 944 902
P-012-TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	25 565 890 531	25 568 073 053	-	25 568 073 053	2 182 522
P-013-SAÚDE SAÚDE	22 082 054 110	24 595 765 132	-	24 595 765 132	2 513 711 022
P-014-PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS	5 172 686 225	4 353 001 406	-	4 353 001 406	- 819 684 819
P-015-ECONOMIA ECONOMIA	1 319 985 473	1 577 851 667	60 000 000	1 637 851 667	317 866 194
P-016-AMBIENTE AMBIENTE	1 780 201 230	1 634 754 539	-	1 634 754 539	- 145 446 691
P-017-AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	1 194 243 557	1 272 892 486	-	1 272 892 486	78 648 929
P-018-MAR MAR	96 255 257	116 925 222	-	116 925 222	20 669 965
Total Geral dos Programas	176 948 171 266	187 297 868 161	2 851 673 280	190 149 541 441	13 201 370 175
Total Geral dos Programas consolidado	158 753 947 743	116 318 472 444	2 792 598 280	119 111 070 724	- 39 642 877 019